



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
TRÓPICO ÚMIDO
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

MARIA MADALENA COSTA FREIRE

**DINÂMICA ECONÔMICA E SUBSISTÊNCIA EM COMUNIDADES
RURAIS DA AMAZÔNIA: estratégias de melhoria de renda em Guajará
Miri no Baixo Acará/Pará**

Belém
2008

MARIA MADALENA COSTA FREIRE

**DINÂMICA ECONÔMICA E SUBSISTÊNCIA EM COMUNIDADES RURAIS
DA AMAZÔNIA: estratégias de melhoria de renda
em Guajará Miri no Baixo Acará/Pará**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Luis Eduardo Aragón Vaca

Belém
2008

Dados Internacionais de Catalogação de Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Freire, Maria Madalena Costa

Dinâmica econômica e subsistência em comunidades rurais da Amazônia: estratégias de melhoria de renda em Guajará Miri no Baixo Acará/Pará / Maria Madalena Costa Freire; Orientador Luis Eduardo Aragon Vaca. – 2008.

180 f.: il.; 29 cm

Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Planejamento do Desenvolvimento, Belém, 2008.

1. Comunidades agrícolas – Guajará Miri (PA). 2. Renda – Guajará Miri (PA). 3. Comunidade - Organização – Guajará Miri (PA). 4. Guajará Miri (PA) – Aspectos sociais. 5. Famílias rurais – Guajará Miri (PA) I. Aragon, Luis E., orientador. II. Título.

CDD 21. ed. 307.72098115

MARIA MADALENA COSTA FREIRE

**DINÂMICA ECONÔMICA E SUBSISTÊNCIA EM COMUNIDADES RURAIS
DA AMAZÔNIA: estratégias de melhoria de renda
em Guajará Miri no Baixo Acará/Pará**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Aprovada em 26 de dezembro de 2008

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luis Eduardo Aragón Vaca
Orientador, NAEA/UFPA

Prof. Dra. Edna Maria Ramos de Castro
Examinadora interna, NAEA/UFPA

Prof. Dr. Mario Miguel Amin Garcia Herreros
Examinador externo, UNAMA

AGRADECIMENTOS

Sou grata a todas as pessoas e instituições que direta e indiretamente cotribuíram com a realização deste trabalho, principalmente o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA) pela oportunidade de fazer este curso, em especial o meu orientador, Prof. Dr. Luis Eduardo Aragon, pela orientação e dedicação para a concretização da dissertação.

A todas as famílias da comunidade de Guajará Miri que me receberam e contribuíram com muita alegria para realizar este trabalho, principalmente, o Sr. Ieldo (Presidente da Associação da comunidade de Guajará Miri) e sua família (Neide e seus filhos) por me receber em sua casa durante a realização da pesquisa; José Carlos Galiza; Sr. Vilô e sua esposa, seu Miguel e esposa, seu Guarin, dona Candinha, irmão Bento e Rogério pelas informações e acompanhamento durante a pesquisa de campo; ao seu Rosa e Odete; e mais do que agradecer ao Sr. Ciló e ao Sr. Dorival, remanescentes mais antigos da comunidade cuja narração histórica da dinâmica dos antepassados foi fundamental para o trabalho.

Ao Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários, em especial aos professores Armando Lírio de Souza e Maria José Barbosa pelo apoio, compreensão e incentivos para a realização da dissertação. As sugestões, a leitura do trabalho e as conversas contrutivas foram importantes para a finalização da pesquisa.

Aos amigos, especialmente Karime Carvalho, pela ajuda durante a dissertação.

Às pessoas especiais da minha vida, minha família.

RESUMO

Um estudo de caso envolvendo a utilização de dados quantitativos e qualitativos foi realizado, identificando e analisando as estratégias de melhoria de renda adotada pelas famílias da comunidade rural de Guajará Miri no Baixo Acará (PA) para complementar a renda monetária face aos níveis de pobreza existente na área. O presente estudo permitiu o entendimento mais profundo sobre a população através de uma tipologia das famílias e seus diferentes arranjos de organização familiar e comunitária para a produção e melhoria da renda familiar, e os impactos dos rendimentos gerados nas unidades domésticas para a melhoria das condições de vida da população. A pesquisa revelou que a renda monetária, auferida da comercialização dos recursos naturais existentes na comunidade e de outras fontes não produtivas, assim como a renda não-monetária proveniente da quantificação da produção para o auto-consumo são determinantes para a sobrevivência das famílias, no entanto, a maioria se encontra em situação de pobreza. Uma quantificação da renda de fontes não-monetárias permitiu à pesquisadora destacar a importância de seu papel para a mudança das condições de pobreza entre os grupos mais vulneráveis na comunidade de Guajará Miri. Por isso, esta pesquisa confirmou a necessidade de avaliar pobreza além de componentes monetários. Os conhecimentos gerados serão úteis para vários atores sociais, incluindo pesquisadores e tomadores de decisões para elaboração de futuras pesquisas e políticas públicas capazes de contribuir para diminuição da pobreza na Amazônia.

Palavras-chave: Estratégia de Sobrevivência. Renda Monetária. Renda Não-Monetária. Pobreza. Guajará Miri. Pará. Amazônia.

ABSTRACT

A mixed method study was conducted to identify and analyse the strategies for income enhancement that are adopted by the families of Guajará Miri, Baixo Acará (PA), to compliment their monetary incomes. The study permitted a deeper understanding regarding the characteristics of the population through family typologies and their different arrangements for improving their living standards. The study showed that both monetary and non-monetary incomes are crucial for the survival of families, many of whom are still in a state of poverty. A quantification of income from non-monetary sources permitted the researcher to observe its extreme importance in improving the living standards particularly among the most vulnerable groups in the community of Guajará Miri. For this reason, the study confirmed the need for poverty assessments with a focus beyond monetary income. The knowledge gained is considered important to many stakeholders including researchers and decision makers for the purposes of further research and the crafting of well-defined public policies to combat poverty in the Amazon.

Keywords: Livelihood Strategy. Monetary Income. Non-Monetary Income. Poverty. Guajará Miri. Pará. Amazon.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Total de famílias, de pessoas e de entrevistas na comunidade de Guajará, por povoado – município do Acará, estado do Pará (2008)	23
Tabela 2 -	Comunidade de Guajará Miri, população entrevistada por sexo – município do Acará, estado do Pará (2008)	54
Tabela 3 -	Principais frutos comercializados pelas famílias de Guajará Miri em fevereiro de 2008	93
Tabela 4 -	Preço dos produtos comercializados pelas famílias de Guajará Miri no Porto da Palha, fevereiro de 2008	122
Tabela 5 -	Receita Total Bruta do maior e menor preço recebido pelas famílias de Guajará Miri, fevereiro de 2008	124
Tabela 6 -	Arranjos familiares em Guajara Miri	129
Tabela 7 -	Pessoas da comunidade de Guajará Miri por sexo e tipo familiar	137
Tabela 8 -	Valor total e médio recebido pelas famílias de Guajará Miri das atividades produtivas em fevereiro de 2008	141
Tabela 9 -	Valor total e médio recebido da produção por tipo familiar no mês de fevereiro, 2008	143
Tabela 10 -	Contribuição de outras fontes monetárias para o rendimento familiar por tipo de família, fevereiro de 2008	144
Tabela 11 -	Renda per capita monetária média por tipo familiar, fevereiro 2008	147
Tabela 12 -	Famílias em condições de pobreza em Guajará Miri tomando somente a renda monetária, fevereiro de 2008	149
Tabela 13 -	Valor da cesta básica da RMB em fevereiro de 2008	152
Tabela 14 -	Acréscimos não-monetários à renda familiar na comunidade de Guajará Miri, fevereiro de 2008	153
Tabela 15 -	Renda média per capita total das famílias de Guajará, fevereiro de 2008	154
Tabela 16 -	Famílias em condições de pobreza em Guajará Miri tomando a renda total, fevereiro de 2008	155

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 -	Predominância de plantação de açazeiro em ambiente de várzea na localidade de Beira de Rio	35
Fotografia 2 -	Casa de alvenaria na área de terra firme, localidade Vila	35
Fotografia 3 -	Cachoeira “Lugar da Pedra” em Cruzeirinho	37
Fotografia 4 -	Lavagem de roupa no igarapé em São Miguel	37
Fotografia 5 -	Porto de Boa Vista	39
Fotografia 6 -	Moradora ribeirinha de Guajará Miri desembarcando sua mercadoria	40
Fotografia 7 -	Ponte feita de tronco de árvore de miriti na localidade de Beira de Rio	40
Fotografia 8 -	Trapiche de Guajará Miri	41
Fotografia 9 -	Sistema de abastecimento de água no povoado da Vila	64
Fotografia 10 -	Sistema de abastecimento de água da Matinha	64
Fotografia 11 -	Escola no povoado da Vila	65
Fotografia 12 -	Escola no povoado do Cruzeirinho	66
Fotografia 13 -	Casa de farinha comunitária do povoado da Matinha	72
Fotografia 14 -	Caixa de coar mandioca na casa de farinha do povoado da Vila	73
Fotografia 15 -	Caixa de ralar mandioca na casa de farinha do povoado da Vila	73
Fotografia 16 -	Motor de ralar mandioca da casa de farinha da Matinha	74
Fotografia 17 -	Casa de farinha de dona Geralda no povoado de São Miguel	75
Fotografia 18 -	Projeto de cultivo de flores no povoado do Cruzeirinho parado por falta de orientação técnica e recursos financeiros	78
Fotografia 19 -	Produtor apanhando o açaí no povoado da Vila	89
Fotografia 20 -	Debulha do açaí no povoado da Vila	89
Fotografia 21 -	Máquina manual de bater açaí de uma família no povoado do Bacabal	90
Fotografia 22 -	Família da Matinha realizando a coleta da pupunha	92
Fotografia 23 -	Carvão estocado para a venda na Matinha	95
Fotografia 24 -	Forno de carvão em São Miguel	97
Fotografia 25 -	Queima de carvão no forno no povoado da Vila	97
Fotografia 26 -	Bambu no quintal de uma família no povoado da Vila	98
Fotografia 27 -	Milheiro de espetos prontos para a venda no povoado da Vila	98
Fotografia 28 -	Sr. Vilô mostrando seu tipiti produzido artesanalmente, povoado da Matinha	99
Fotografia 29 -	Exploração da areia no Guajará Miri	105
Fotografia 30 -	Formação de poços de água no areal de Guajará Miri	105

Fotografia 31 - Retirada do barro do areal em Guajará Miri	106
Fotografia 32 - Acumulação de barro no areal de Guajará Miri	106
Fotografia 33 - Farinha pronta para o consumo no povoado da Matinha, fevereiro de 2008	111
Fotografia 34 - Fogão manual construído por uma família no povoado da Matinha, fevereiro de 2008	112
Fotografia 35 - Barco da comunidade chegando no trapiche de Guajará Miri	115
Fotografia 36 - Transporte da produção para o trapiche de Guajará Miri em carro-de-mão	118
Fotografia 37 - Compra de mercadoria por famílias de Guajará Miri no Porto da Palha	151
Fotografia 38 - Barco de Guajará Miri com mercadoria das famílias saindo do Porto da Palha	151
Fotografia 39 - Casa em alvenaria construída recentemente no povoado do Bacabal	157
Fotografia 40 - Casa reformada em madeira no povoado do Cruzeirinho	157
Fotografia 41 - Residência recém-construída de família em expansão no povoado do Cruzeirinho	157
Fotografia 42 - Residência construída com pachiúba de uma família em expansão em São Miguel	157

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Croqui 1 -	Comunidade de Guajará Miri	21
Gráfico 1 -	Famílias entrevistadas, por povoado em Guajará Miri, fevereiro de 2008	24
Mapa 1 -	Rota de acesso à comunidade de Guajará Miri	38
Quadro 1 -	Povoados que fazem parte da comunidade Guajará Miri, sua relação com o trapiche e outros acessos à localidade – município do Acará, estado do Pará (2008)	41
Gráfico 2 -	Pirâmide etária da população de Guajará Miri, fevereiro de 2008	55
Gráfico 3 -	Ocupação dos chefes de família da comunidade de Guajará Miri, fevereiro de 2008	56
Gráfico 4 -	Situação de escolaridade da população de Guajará Miri, fevereiro de 2008	57
Gráfico 5 -	Tipo de construção do domicílio em Guajará Miri, fevereiro de 2008	58
Quadro 2 -	Principais problemas e alternativas para a educação indicados por comunidades quilombolas no II Encontro Estadual dos Quilombolas no Pará, maio de 2008	67
Quadro 3 -	Principais problemas e alternativas para a saúde indicados pelas comunidades quilombolas no II Encontro Estadual dos Quilombolas no Pará, maio de 2008	68
Gráfico 6 -	Ciclo da produção do açaí e outros frutos regionais em Guajará Miri, fevereiro de 2008	83
Gráfico 7 -	Ciclo produtivo da roça de inverno em Guajará Miri, fevereiro de 2008	84
Gráfico 8 -	Ciclo produtivo da roça de verão em Guajará Miri, fevereiro de 2008	85
Gráfico 9 -	Principais produtos que contribuem para a obtenção de renda das famílias de Guajará Miri, fevereiro de 2008	86
Gráfico 10 -	Principais produtos de auto-consumo das famílias de Guajará Miri, fevereiro de 2008	108
Gráfico 11 -	Dificuldades enfrentadas pelas famílias de Guajará Miri para o escoamento da produção	117
Gráfico 12 -	Número de vezes que as famílias de Guajará Miri comercializam no Porto da Palha	119
Gráfico 13 -	Destino da produção das famílias de Guajará Miri, fevereiro de 2008	121
Gráfico 14 -	Tipologia das famílias de Guajará Miri, fevereiro de 2008	133
Gráfico 15 -	Pessoas economicamente ativas por tipo de família em Guajará Miri, fevereiro de 2008.	138
Gráfico 16 -	Distribuição do rendimento médio mensal familiar da população rural segundo origem do rendimento – Brasil 2003 (em %)	158

LISTA DE SIGLAS

AMOPROQG	Associação dos Moradores e Produtores Quilombolas de Guajará Miri
ARQUIMA	Associação dos Remanescentes de Quilombos de Oriximiná
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CEDENPA	Centro de Estudos e Defesa do negro no Pará
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEFLOR	Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar
PNUD	Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
RTB	Receita Total Bruta
SEPOF	Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças
SESPA	Secretaria Estadual de Saúde Pública do Estado do Pará
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	PROBLEMÁTICA DA PESQUISA	15
1.2	OBJETIVO DA PESQUISA	17
1.3	HIPÓTESE	17
1.4	METODOLOGIA	17
1.4.1	Método	18
1.4.2	Estudo piloto	19
1.4.3	Coleta de dados	22
1.4.3.1	Questionário final	22
1.4.3.2	Observação direta e participante	25
1.4.3.3	Levantamento de fontes secundárias e primárias	26
1.4.3.4	Fotografias e diário de campo	26
1.4.4	Análise dos dados	27
1.4.5	Validação dos resultados	31
1.4.6	Questões éticas	32
2	GUAJARÁ MIRI: O SER E O VIVER EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA NO BAIXO ACARÁ	33
2.1	ÁREA DE ESTUDO	33
2.2	ACESSO	37
2.3	HISTÓRIA	42
2.4	CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESTUDADA	49
2.5	ALGUNS ASPECTOS DEMOGRÁFICOS	53
2.6	PRODUÇÃO E INSERÇÃO DA COMUNIDADE NO MERCADO	59
3	ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA: DESAFIOS PARA A SUSTENTABILIDADE	62
3.1	INFRA-ESTRUTURA	62
3.1.1	Sistema de abastecimento de energia	62
3.1.2	Sistema de abastecimento de água	63
3.1.3	Educação	65
3.1.4	Saúde	67
3.1.5	Transporte	68
3.2	PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM GUAJARÁ MIRI	71
3.3	PROJETOS COMUNITÁRIOS	75

4	ATIVIDADES PRODUTIVAS E ARRANJOS DA PRODUÇÃO: ESTRATÉGIAS MONETÁRIAS E NÃO-MONETÁRIAS	81
4.1	ESTRATÉGIAS MONETÁRIAS DE OBTENÇÃO DE RENDA	85
4.1.1	Produção de açaí	87
4.1.2	Demais frutos regionais	91
4.1.3	Produção de carvão	94
4.1.4	Produção de espeto	97
4.1.5	Outras atividades produtivas	98
4.1.6	Serviços	101
4.1.7	O Bolsa-Família e as aposentadorias	102
4.1.8	A “bolsa areal” e os impactos ambientais	103
4.2	ESTRATÉGIAS NÃO-MONETÁRIAS DE COMPLEMENTAÇÃO DE RENDA	107
4.2.1	Farinha de mandioca	109
4.2.2	Açaí, demais frutos regionais e carvão	111
4.3	ESCOAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO	112
5	ORGANIZAÇÃO FAMILIAR E ESTRATÉGIAS DE MELHORIA DE RENDA	127
5.1	ORGANIZAÇÃO FAMILIAR EM GUAJARÁ MIRI	129
5.2	TIPOS DE FAMILIAS	132
5.2.1	Famílias em expansão	132
5.2.2	Famílias consolidadas	133
5.2.3	Famílias do tipo fusão	134
5.2.4	Famílias chefiadas por mães solteiras	135
5.2.5	Outros tipos de famílias	136
5.3	COMPOSIÇÃO FAMILIAR	136
5.4	DINÂMICA ECONÔMICA E SUBSISTÊNCIA EM GUAJARÁ MIRI	139
5.4.1	A renda familiar monetária	139
5.4.2	Renda per capita familiar	146
5.4.3	O consumo familiar	150
5.5	SUBSISTÊNCIA E RENDA FAMILIAR	153
6	CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E IMPLICAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS	160
6.1	CONCLUSÕES	160
6.2	RECOMENDAÇÕES	162
6.3	IMPLICAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS	163
	REFERÊNCIAS	165
	APÊNDICES	172

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de investigação examinou as condições de vida das famílias da comunidade quilombola de Guajará Miri, no Baixo Acará (PA), com a finalidade de identificar e analisar as estratégias de melhoria de renda utilizadas pelas famílias para complementar a renda monetária, considerando os níveis de pobreza existentes na área. A pesquisa deu ênfase à caracterização da população, com base em tipologias familiares e seus diferentes arranjos de sobrevivência para melhoria de suas condições de vida, sendo estes: a organização comunitária e familiar, e o uso dos recursos naturais geradores de renda monetária e não-monetária.

A localidade de estudo fica situada na região Guajarina, com afluência no rio Guamá e faz parte do município do Acará. A comunidade fica às proximidades da área metropolitana de Belém, com a qual se comunica cotidianamente por via fluvial, através do “Porto da Palha”, no bairro da Córdor.

O projeto de investigação na comunidade de Guajará Miri se enquadra em parâmetros metodológicos de um estudo de caso, utilizando métodos mistos de análise. O método de trabalho requereu a utilização de várias fontes de evidências de campo (qualitativas e quantitativas), com aporte técnico das ciências econômicas, e de áreas de conhecimentos afins, o que permitiu ao pesquisador obter uma visão mais ampla do objeto de estudo.

A temática de estudo se fundamenta na realidade das populações rurais na Amazônia, sejam elas ribeirinhas, caboclas, quilombolas ou outras que mantiveram sua sobrevivência a partir do aproveitamento dos recursos agrícolas e extrativistas existentes na região (ACEVEDO MARIN; CASTRO, 1998; BRASIL, 2000; SIMONIAN, 2004a). Sua base de sobrevivência assenta-se em um modo de produção doméstica ou familiar em que a organização do trabalho entre os membros da unidade familiar tem sido para garantir a produção e a reprodução dos recursos naturais locais (ACEVEDO MARIN; CASTRO, 1998).

Em Guajará Miri a sobrevivência das famílias é diretamente relacionada à utilização dos recursos naturais e do acesso a outras fontes de recursos não produtivas. Parte da atividade produtiva é destinada ao auto-consumo e o excedente é comercializado, gerando renda monetária e não-monetária, necessária à melhoria das condições de vida das famílias. No entanto, tais resultados não são computados, acabando por subestimar os rendimentos finais recebidos pelos núcleos domésticos, colocando-os em condição de pobreza.

Dessa forma, para identificar e analisar as estratégias de sobrevivência para melhoria das condições de vida das famílias de Guajará Miri, o estudo foi estruturado em seis seções

principais. A primeira parte apresenta o propósito e a metodologia da pesquisa, o cálculo utilizado para a mensuração das variáveis monetária e não-monetária, a per capita familiar e o nível de pobreza. A seguinte seção apresenta uma caracterização da comunidade, focando os aspectos sociodemográficos da área de estudo. A terceira parte apresenta a participação e a organização comunitária. O acesso a determinadas infra-estruturas e as dificuldades enfrentadas a partir do momento que as famílias foram reconhecidas enquanto população remanescente de quilombo. Na quarta e na quinta seção são debatidas a organização familiar e as estratégias produtivas de renda monetária e não-monetária para a melhoria das condições de vida das famílias, apresentando os diferentes arranjos da produção e os tipos de famílias existentes na comunidade. Apresenta também, a mensuração da renda monetária e não-monetária por tipologia familiar, mostrando a situação e a estratificação da pobreza em cada um dos tipos de famílias. E, por fim, são apresentadas as conclusões com as recomendações e as implicações para futuras pesquisas.

1.1 PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

Ao abordar as estratégias socioeconômicas de sobrevivência de famílias rurais na Amazônia, Brasil (2000) enfatiza a necessidade de estudos mais específicos sobre a dinâmica dessas populações, pois apesar do grande desenvolvimento da literatura sobre o assunto, os estudos se concentram mais nas áreas urbanas do país, deixando os espaços rurais carentes desses estudos. E ainda ressalta que a ausência de pesquisas sobre as estratégias de sobrevivência de famílias rurais é maior quando se trata de populações específicas da Amazônia.

Da mesma forma, Simonian (2004a), em sua pesquisa na ilha da Trambioca buscou informações que permitissem a caracterização das famílias da ilha, ressaltando que há poucas publicações de trabalhos acerca da dinâmica socioeconômica das famílias na Amazônia. Para Simonian (2004a), a base de produção das comunidades rurais está relacionada à organização familiar como estratégia para garantir sua auto-reprodução socioeconômica.

Chayanov (1974) foi um dos pioneiros a colocar a importância da família na organização produtiva e econômica das unidades domésticas rurais. Essas famílias foram adaptando práticas de produção e extração dos recursos baseadas nos saberes e tradições de seus ancestrais permitindo-lhes desenvolver atividades de subsistência combinadas com aquelas voltadas para o mercado (SIMONIAN, 2004a).

Neste aspecto, na comunidade de Guajará Miri, no Baixo Acará (PA), a sobrevivência das famílias é diretamente relacionada à utilização dos recursos naturais. Parte da produção é destinada para o auto-consumo e o excedente vai para a venda no mercado (ACEVEDO MARIN, 2003). Como a organização produtiva e econômica de famílias rurais não é tipicamente capitalista, o que afirma Chayanov (1974), então não se podem determinar objetivamente os rendimentos recebidos pelas famílias a partir do trabalho nas atividades produtivas, pois seus membros não têm como hábito o controle financeiro da venda e do consumo obtido com a produção, assim como o valor dos rendimentos de outras fontes. Dessa forma, os resultados reais dos custos e da renda da produção ficam comprometidos, considerando que a renda é fator determinante para a melhoria das condições de vida¹ das famílias rurais, como é o caso de Guajará Miri.

Diante do exposto, a renda total das famílias pode se constituir num dos elementos fundamentais de melhoria de condições de vida (CARDOSO; NEGRÃO, 2006). Neste caso, Chayanov (1974) propõe a necessidade de construir uma teoria que leve em consideração a realidade das famílias rurais, e não só enfatizando cálculos econômicos. Em relação à realidade de Guajará Miri, é importante integrar nos cálculos da renda monetária, resultados das variáveis não-monetárias para saber se as famílias estão alcançando um padrão de vida mínimo consistente com a satisfação das necessidades humanas estabelecidas pelas Metas do Milênio.

Segundo Hoffmann (2000), as informações da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) não consideram o valor da produção para o auto-consumo dos pequenos agricultores das áreas rurais, mesmo que seja um dos componentes de grande importância para o cálculo da renda real dessas famílias. Esse valor não computado acaba subestimando os rendimentos finais dos núcleos domésticos, colocando-os em condições de pobreza. Outro fator limitante é o fato de atribuir o rendimento com o trabalho da família apenas ao “chefe”. Autores como Almeida (2000) e Romão (2000) têm apontado que o ideal é utilizar o rendimento per capita familiar, pois mais importante que a renda de um indivíduo é a renda total dividida pelo número de membros da família, ou seja, a base per capita familiar como base de mensuração das condições de vida.

¹ Segundo Fukai, apud Nascimento (2006), o termo relacionado a *condições de vida* das famílias tem a ver prioritariamente com a garantia de manutenção da vida através da aquisição de bens materiais: comer, vestir, abrigar. Dessa forma, o grupo familiar caracteriza-se como uma “unidade de renda e de consumo”, sendo o trabalho a base para sua manutenção. Em se tratando do estudo das famílias de Guajará Miri, o termo “condições de vida” está relacionado não apenas com arranjos da aquisição da renda familiar, mas também com fatores que perpassam pela organização social, política e cultural da comunidade como forma de garantia de sobrevivência.

Mas as atividades desenvolvidas pela unidade familiar, especialmente em comunidades rurais da Amazônia, objetivam não somente a subsistência econômica, mas também a sustentação de valores políticos, sociais, culturais e étnicos que perpassam pela formação da identidade do grupo. Neste sentido, esta dissertação centra-se na análise da comunidade de Guajará Miri, no Baixo Acará, e procura analisar como a organização comunitária e familiar influencia nos arranjos da produção em Guajará Miri, com base na tipologia familiar existente na comunidade; e quais as estratégias adotadas pelas famílias para melhorar a renda familiar e garantir a sobrevivência. Busca ainda conhecer o impacto dos rendimentos gerados nas unidades domésticas para a melhoria das condições de vida das famílias.

1.2 OBJETIVO DA PESQUISA

Esta dissertação busca identificar e analisar as estratégias de melhoria de renda utilizadas pelas famílias de Guajará Miri para complementar a renda monetária face aos níveis de pobreza existente na área. Para isso, procurou-se caracterizar tais populações através, principalmente, de uma tipologia das famílias e seus diferentes arranjos de sobrevivência para melhoria de suas condições de vida.

1.3 HIPÓTESE

Considerando que a renda monetária auferida pelas famílias de Guajará Miri é insuficiente para elas atingirem as condições básicas de sobrevivência, seus membros adotam estratégias de melhoria de suas condições de vida vinculadas à organização comunitária, organização familiar e uso dos recursos naturais geradores de renda não-monetária que variam conforme o tipo de família a que pertencem.

1.4 METODOLOGIA

Esta pesquisa investigou as estratégias de sobrevivência adotadas pelas famílias da comunidade de Guajará Miri, através da identificação dos fatores relacionados a tipologia e organização familiar, organização comunitária, diferentes arranjos geradores de renda monetária e não-monetária e impactos dos rendimentos auferidos na unidade familiar para a melhoria das condições de vida das famílias.

A iniciativa do estudo se deu a partir de pesquisa exploratória com populações ribeirinhas que comercializam sua produção no Porto da Palha (Belém)². Nessa pesquisa foi percebido que essa população utiliza diversas estratégias de sobrevivência para suprir suas necessidades básicas além da renda obtida com a comercialização nos portos. Dessa forma, as análises da pesquisa são pautadas em uma ruptura contínua com as pré-noções do senso comum, com a utilização de instrumentais metodológicos que possibilitaram uma relação entre empirismo e teoria para a produção de conhecimentos científicos (LÉVI-STRAUSS, 1998).

A natureza das questões da pesquisa influenciou nos métodos aplicados na coleta de dados. Nas sessões seguintes deste capítulo serão tratadas as características de métodos mistos, o estudo piloto, os processos de coleta e análises dos dados, as considerações éticas e a importância e as limitações da pesquisa.

1.4.1 Método

O estudo envolveu a utilização de métodos mistos, pois esse tipo de caso permite ao pesquisador coletar e analisar tanto dados quantitativos e qualitativos, concomitantemente, em um único estudo, obtendo-se uma análise ampla do problema da pesquisa (CRESWELL, 2007; YIN, 2001). Os dados quantitativos e qualitativos foram coletados simultaneamente, sendo que no questionário havia a combinação de perguntas abertas e fechadas possibilitando ver o objeto de estudo co-relacionado com outras áreas de conhecimento incluindo questões políticas, sociais, culturais e outros elementos presentes na dinâmica da comunidade de Guajará Miri. Além disso, Creswell (2007) enfatiza que o método misto permite a extração em mais detalhes das inter-relações complexas dos participantes, pois a integração dos dados permitiu a transformação de temas ou códigos qualitativos em números quantitativos, ou vice-versa e a comparação dessas informações resultou em uma interpretação qualitativa ou quantitativa no estudo. Neste caso, a metodologia possibilitou expandir os resultados de um

² O Porto da Palha é de jurisdição do município de Belém e fica localizado na parte da orla denominado de zona sul de Belém, no bairro do Guamá (TRINDADE JR.; SILVA; MALHEIRO, 2005), conjugado a uma feira do mesmo nome. *O Porto da Palha era um porto que os barcos que vinham aí do Marajó, encostavam pra vender a palha, aí ficou Porto da Palha* (Sr. Ciló, 84 anos, morador da comunidade de Guajará Miri). É um porto construído de madeira, com uma infra-estrutura precária com vários barcos pequenos atracados vindos de cidades e ilhas do entorno. Segundo Acevedo Marin e Monteiro (2005), o porto é lugar de troca entre a população que chega todos os dias, bem cedo de várias localidades ribeirinhas, com seus pequenos barcos trazendo sua produção para vendê-las e/ou comprar mercadorias, assim como saber notícias da cidade, rever amigos e parentes, levar e trazer recados estabelecendo uma rede de relações sociais e simbólicas, econômicas, culturais, políticas e ideológicas.

método para o outro, convergindo ou confirmando resultados de diferentes fontes de dados, podendo dessa forma, obter uma visão mais detalhada das estratégias adotadas pelas famílias de Guajará Miri, considerando a sua organização familiar relacionada com outros arranjos de sobrevivência.

Neste sentido, o método misto permitiu observar detalhes dos arranjos de sobrevivência das famílias de Guajará Miri através das falas da população envolvida (CRESWELL, 2007). Com isto foi possível extrair depoimentos dos participantes que permitiram estabelecer parâmetros para a análise socialmente construída (CRESWELL, 2007) em que os participantes detalharam a situação em que vivem e a visão que os mesmos têm sobre a questão estudada. Nesse sentido, a fala é entendida não como um fato individual, mas como fator social (BAKTIN, 1987). Portanto, o discurso constitui os sujeitos sociais, e se materializa numa prática social discursiva.

Foram também utilizados indicadores de mensuração e análise da renda proveniente das atividades produtivas e não produtivas das famílias de Guajará Miri. No entanto, a mensuração quantitativa não foi vista como verdade absoluta da realidade das famílias. Conforme Creswell (2007), não se pode ser positivo em pesquisas que estejam estudando comportamentos e ações humanas. No caso de Guajará Miri, as falas ofereceram à pesquisadora a oportunidade de analisar os arranjos estabelecidos pelas famílias para garantir a sobrevivência com base em indicadores quantitativos.

Após a coleta de dados, as informações foram integradas para fazer as interpretações dos resultados gerais, com ênfase na análise de diferentes questões ou níveis de unidades em uma única organização onde se obteve informações numéricas e textuais gerando um banco de dados com informações tanto quantitativas como qualitativas que permitiram confirmar e validar resultados múltiplos em um único estudo de caso (YIN, 2001; CRESWELL, 2007).

Nestes aspectos, a metodologia incluiu uma ampla coleta de dados que exigiu um tempo maior da pesquisadora para as análises das informações textuais e numéricas, como também, a técnica ofereceu maior flexibilidade para mudanças inesperadas no campo.

1.4.2 Estudo piloto

Com base nos estudos teórico-analíticos, a primeira fase da pesquisa se deu com a efetivação de um estudo piloto na comunidade de Guajará Miri onde foi obtido um conhecimento mais próximo da realidade local. O estudo piloto iniciou em meados de janeiro

de 2008 e finalizou em fevereiro de 2008. O estudo piloto permitiu o aprimoramento do plano de coleta de dados final, assim como, possibilitou uma reavaliação das questões teóricas estudadas e o estabelecimento de melhores estratégias de atuação em campo. E também permitiu desenvolver um alinhamento relevante das questões relacionadas ao projeto de pesquisa.

Foram realizados, antecipadamente, contatos com a comunidade, através do presidente da Associação dos Moradores e Produtores Quilombolas de Guajará Miri, e depois, com a Coordenadoria de Promoção e Igualdade Racial (antigo Programa Raízes) que desenvolve atividades de assessoria e acompanhamento junto a essa comunidade. Esses contatos foram formalizados através de uma carta, apresentando o objetivo da pesquisa e solicitando a permissão para conhecer e iniciar o trabalho de campo em Guajará Miri (Apêndice A). Com a permissão foram realizadas as primeiras pesquisas no local, a identificação dos sete povoados integrantes da comunidade: Vila, Bacabal, Vila da Paz, Matinha, Cruzeirinho, São Miguel e Beira do Rio, e a contagem das 106 famílias que moram nesses povoados.

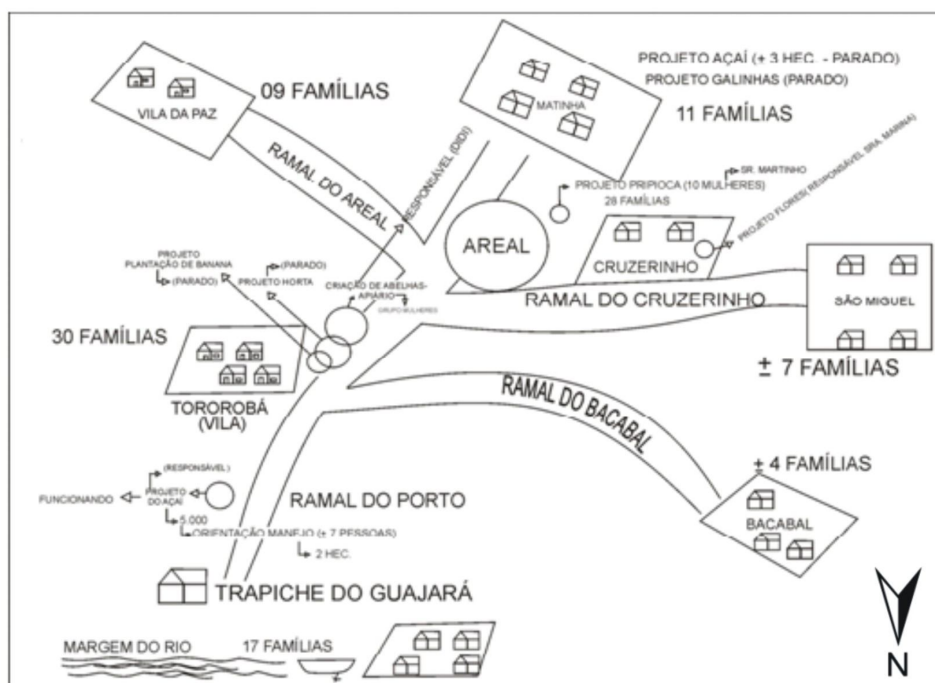
Durante o levantamento piloto foi observado que a denominação de povoado é utilizada pelas próprias famílias de Guajará Miri, e representa o espaço ou lugar onde estão situados os sítios de cada família. Em cada povoado existe uma rede de relações de parentesco ou como denomina Saquet (2007), é um lugar de *posição relacional*, que fundamenta a identidade coletiva da população. Cada um dos povoados tem uma rede relacional com os demais povoados que formam a comunidade.

O sentido de *comunidade* em Guajará Miri iniciou com a atuação da Igreja Católica no local, através das chamadas Comunidades Eclesiais de Base (CEB) que difundiram a Teologia da Libertação. Segundo Betto (1981), fazem parte de uma *comunidade*, pessoas que vivem em comum-união em uma mesma região e congregam da mesma fé católica. As pessoas motivadas pela união e fé lutam em busca de sua sobrevivência e melhores condições de vida, para isso tentam resolver os diversos problemas da comunidade. São chamadas *eclesiais*, por fazerem parte da mesma igreja e formarem núcleos comunitários católicos. São de *base*, por integrar pessoas das áreas rurais e urbanas, independente da classe popular.

Neste aspecto, o sentido de comunidade em Guajará Miri representa uma identidade coletiva que foi formada, inicialmente pela fé católica e embuída no sentido de união para resolver problemas da comunidade na época. Atualmente, o sentido de comunidade para a população vai além da fé e da luta social, mas se define por uma identidade coletiva marcada

por heranças do passado (SAQUET, 2007), e também, por um caráter de organização política, econômica, social, cultural e ambiental, com vistas ao desenvolvimento territorial sustentável (SAQUET, 2007).

Assim, com ajuda dos moradores foi feito um croqui da comunidade que especificava a localização dos povoados e seus respectivos ramais de comunicação, assim como a localização de áreas estratégicas na comunidade como: os projetos comunitários, o areal, os pequenos portos (Croqui 1).



Croqui 1 - Comunidade de Guajará Miri

Fonte: Freire (2008)

Como parte do estudo piloto foi aplicado um questionário com perguntas abertas e fechadas direcionado a um número menor de famílias de cada localidade, escolhidas aleatoriamente, portanto, de caráter quali-quantitativo que subsidiaram a elaboração do questionário final (Apêndice B). Também foram realizadas conversas informais direcionadas para o esclarecimento do objeto do estudo e o levantamento de possíveis registros e documentações sobre o assunto em questão que permitiram uma melhor definição do questionário final.

1.4.3 Coleta de dados

1.4.3.1 Questionário final

Com a permissão do presidente da Associação de Guajará Miri e das famílias da comunidade foi iniciada a pesquisa de campo com a aplicação do questionário final, entrevistas e levantamento de preço dos produtos durante os meses de março e abril de 2008.

As entrevistas foram realizadas com o chefe do domicílio; ou seja, a pessoa responsável ou de referência do respectivo domicílio. No caso de Guajará Miri, o responsável principal foi em quase todas as entrevistas representado pela mãe ou pai, com cônjuge ou sem cônjuge. E mesmo havendo mais de uma família no mesmo domicílio, o núcleo principal (pai/mãe), foi em quase todos os momentos, identificado pelos demais membros da família como o responsável. Se ambos os cônjuges estivessem presentes ao mesmo tempo para a entrevista, foi tomado como chefe um ou outro.

Antes da entrevista os participantes foram informados do objetivo e natureza da pesquisa de forma clara e precisa, informando a ele(a) como foi escolhido, assegurando-o do sigilo das respostas. Foi levado em consideração durante as entrevistas o tempo das famílias, assim como, o cansaço, tempo da entrevista e outros fatores que poderiam prejudicar a pesquisa (TOURTIER-BONAZZI, 1998). Foi falado para os participantes que seus nomes não apareceriam nos resultados da pesquisa. No entanto, durante as conversas com os participantes alguns destes disseram não se importar com a citação dos seus nomes no trabalho escrito. Eles foram informados também, de que poderiam desistir, a qualquer momento de participar na pesquisa, sem que isso pudesse prejudicá-los.

A entrevista foi direcionada para o responsável do domicílio, mas outras pessoas da família poderiam participar contribuindo com informações que o responsável não poderia informar. E também, o interesse da pesquisa era para que toda a família participasse considerando que as atividades de trabalho familiar não dependiam exclusivamente do responsável pela unidade, mas do empenho do coletivo. Segundo o IBGE (2000), a família é uma só, e é calculada a partir da pessoa de referência da família, podendo ser, o cônjuge, os filhos, outros parentes e demais agregados que residam no mesmo domicílio, sendo que neste pode coabitar mais de uma família (IBGE, apud MELO, 2005; MEDEIROS; OSÓRIO, 2001).

Ao todo foram entrevistados 80 chefes de famílias, sendo: 27 famílias na localidade da Vila; 06 no Bacabal; 11 na Matinha; 05 na Vila da Paz, 20 no Cruzeirinho; 08 no povoado do São Miguel e 03 na localidade da Beira do Rio. Ao todo somaram 301 pessoas (Tabela 1).

Tabela 1 - Total de famílias, de pessoas e de entrevistas realizadas na comunidade de Guajará Miri, por povoado, município de Acará, estado do Pará (2008)

Povoados	Total		Entrevistas	
	Famílias	Pessoas*	Chefes	Pessoas
Vila	30	108	27	99
Bacabal	07	29	06	23
Matinha	11	38	11	38
Vila da Paz	08	19	05	14
Cruzeirinho	25	96	20	82
São Miguel	08	29	08	29
Beira do Rio	17	55	03	16
TOTAL	106	374	80	301

Fonte: Freire (2008)

*Em três casas não foi informado o número de pessoas.

A maior parte das famílias entrevistadas mora no povoado da Vila ou Itororomba, denominação dada pelos moradores mais antigos. Fazem parte desse povoado 30 famílias, mas foram entrevistadas somente 27 do total o que corresponde a 33% da amostra. O segundo maior em população, é Cruzeiroirinho com 25% das famílias entrevistadas morando nessa localidade, seguido pelo povoado da Matinha com 14% de famílias entrevistadas, sendo todos moradores de áreas de terra firme. O povoado da Beira do Rio, embora corresponda a 4% da amostra é o terceiro maior em povoamento na comunidade. O difícil acesso a este povoado não permitiu que um número maior de famílias fosse entrevistado, sendo realizadas somente três entrevistas do total de dezessete casas do povoado (Gráfico 1).

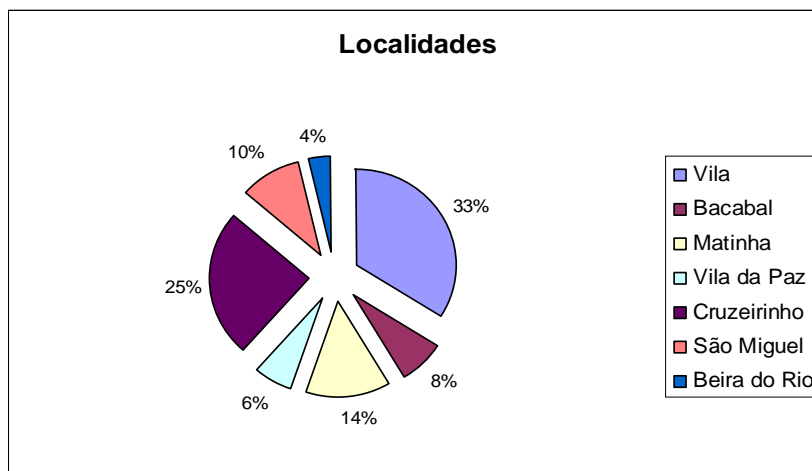


Gráfico 1 - Famílias entrevistadas, por povoado em Guajará Miri, fevereiro de 2008

Fonte: Freire (2008)

Para obter êxito durante as entrevistas buscou-se estabelecer uma relação de proximidade com o entrevistado e com os demais membros da família. Para Tourtier-Bonazzi (1998), a entrevista só terá êxito se for construída uma relação de confiança entre pesquisador e pesquisado e isto poderá ocorrer não apenas durante um primeiro encontro, mas poderá se estender a dois ou mais encontros até que ambos se sintam à vontade para realizar a entrevista, mediante uma colaboração recíproca seguindo princípios éticos.

No questionário havia perguntas abertas e fechadas e as entrevistas foram instrumentalizadas metodologicamente para envolver ao máximo o entrevistado no objeto da pesquisa. As perguntas foram feitas de forma espontânea para que o entrevistado pudesse assumir mais o papel de um informante, expressando suas opiniões e emoções sobre determinado questionamento, ao invés de um mero respondente (YIN, 2001). Isso foi um importante mecanismo de avaliação e análise dos dados. Nas entrevistas foi utilizada a técnica da história oral. Segundo Lozano (1998), a história oral é importante por ser revestida de depoimentos de diversos fatos que marcam as tradições do lugar, relatos de histórias de vida, narrações, recordações, memórias de um passado presente no cotidiano de um espaço. Ainda para Lozano (1998), a história oral possibilita a formulação de perguntas e não necessariamente a obtenção de respostas. Através desta é possível “centrar sua análise na visão e versão que emanam do interior e do mais profundo da experiência dos atores sociais” (LOZANO, 1998, p. 16). Dessa forma, foi possível durante a pesquisa ultrapassar a simples técnica de ser um entrevistador eficiente e utilizar outros recursos além da entrevista. Neste

caso, além das entrevistas escritas foram utilizadas fitas de gravação, fotografias e caderno de campo.

Os relatos com base na história oral ajudaram na construção da caracterização da comunidade, na identificação da organização e dos modos de vida das famílias, assim como, da luta das pessoas da comunidade para a afirmação de uma identidade de população quilombola. Ou seja, a história oral foi importante à medida que contribuiu para a identificação das estratégias de sobrevivência das famílias para atingir melhores condições de vida, com base nas estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais do local.

1.4.3.2 Observação direta e participante

Oliveira (1996) destaca a importância da observação atenta durante a coleta de informações. O olhar previamente modificado pelo aporte teórico possibilita ver o objeto no campo de forma diferenciada: *um olhar devidamente sensível pela teoria disponível. E não mais ingênuo ou de curiosidade, mas como um olhar investigativo* (OLIVEIRA, 1996, p. 16). Segundo ele, o ouvir complementa o olhar, ou seja, o ouvir deverá ser direcionado para obter o máximo de informações para análise do objeto (OLIVEIRA, 1996; YIN, 2001). Posterior ao ato de olhar e ouvir, o escrever deverá sintetizar as expressões observadas no campo. Com este enfoque, afirma-se que estas “servem para o pesquisador como... muletas [...] que lhe permitem caminhar [...] na estrada do conhecimento” (OLIVEIRA, 1996, p. 18). É desta forma, que a observação participante foi incluída na pesquisa, através da análise qualitativa de alguns aspectos que não poderiam ser investigados estando de fora da realidade das famílias, pois só os dados quantitativos não dariam conta da realidade social. Essas estratégias foram determinantes para a elaboração de perguntas e a compreensão do contexto do qual o entrevistado está percebendo o mundo.

Com o propósito da observação direta e participante indicada por Oliveira (1996), foi possível observar no campo a organização familiar e as diversas estratégias de sobrevivência adotada pelas famílias de Guajará Miri. Dessa forma foi possível obter um entendimento mais claro sobre os fatos-chaves da pesquisa. Durante o trabalho de campo foram anotadas as reflexões dos participantes sobre as questões abordadas nas entrevistas e nas conversas informais. A partir da observação direta e participante foi possível perceber fatores que estavam nas entrelinhas. Neste caso, a interação entre pesquisador e informante, assim como o olhar, o ouvir e o escrever ganharam em qualidade.

Com o método de observação direta e participante foi possível fazer uma descrição completa dos participantes, suas atividades, suas concepções e reflexões do objeto da pesquisa (BOGDAN; BIKLEN, 1998). Essas notas permitiram à pesquisadora fazer suas próprias reflexões sobre as situações no campo enriquecendo os resultados da análise da pesquisa. Todas as entrevistas foram feitas exclusivamente pela autora.

1.4.3.3 Levantamento de fontes secundárias e primárias

Foram incluídos na análise da pesquisa dados dos Censos Demográficos, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) e de outras fontes como forma de comparar condições de renda e qualidade de vida da comunidade e da área em estudo. Paralelamente, foram incluídas informações de revistas, artigos e mapas. Conforme Yin (2001), a utilização de fontes secundárias e primárias é útil para confirmação e ampliação dos dados coletados no campo. Por exemplo, durante o trabalho de campo foi construída a cartografia da comunidade, com a participação de um morador de cada uma das sete localidades. Na cartografia foram identificadas as localidades, os principais ramais, os projetos comunitários, a escola da comunidade, a casa de alguns moradores e outros pontos considerados importantes para os moradores. Com essa cartografia foi possível entender e descrever, entre outras coisas, a mobilidade espacial das famílias na comunidade.

Foram incluídas também informações de documentos referentes à história da comunidade, como fatos registrados em atas da associação de Guajará Miri e objetivos descritos no estatuto da Associação e demais registros documentais importantes para o entendimento maior da dinâmica da comunidade.

1.4.3.4 Fotografias e diário de campo

Na interpretação de Samain (1995), o uso da fotografia por Malinowski é muito além do simples objetivo de ilustrar. Para ela,

a fotografia oferece algo que pode ser “visto”, “observado”, “tocado pelo olho” (*to see*); para ele, ainda, a fotografia é uma “amostragem”, uma “demonstração”: ela nos faz “ver”, faz-nos “conhecer”, “ensina”, “explica”, “testemunha” (*to show*) [...] (SAMAIN, 1995, p. 30).

Neste sentido, o uso da fotografia na pesquisa ajudou a interpretar o cenário pesquisado de forma mais ampla; possibilitou fazer uma análise detalhada da organização social, política, econômica, cultural e outros aspectos que estão representados no cotidiano das famílias de Guajará Miri. Assim como o uso do diário de campo, que foi um instrumento imprescindível para o registro das observações do campo, todos esses procedimentos foram processados através da escrita, cuja textualização da pesquisa foi construída com base na interpretação dos dados de campo em interação com o conhecimento acadêmico (OLIVEIRA, 1996).

1.4.4 Análise dos dados

O processo analítico iniciou logo depois da finalização da aplicação dos questionários e continuou com a transcrição, a codificação e a reorganização dos dados através dos programas *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) e Excel.

O primeiro passo da análise dos dados se deu com a definição de uma tipologia familiar. Para isso cada questionário foi analisado separadamente empregando um processo analítico mais rigoroso para a obtenção da tipologia familiar.

Assim, para obter uma tipologia familiar que demonstrasse de forma mais específica a realidade e a dinâmica da comunidade de Guajará Miri foram adotados critérios referentes ao número e à condição dos núcleos familiares que constituem as unidades domiciliares, e as estratégias que essas famílias adotavam em termos de atividades sociais e econômicas para garantir sua sobrevivência (BRASIL, 2000).

Após a definição da tipologia familiar, os dados foram transferidos para o banco de dados com a transcrição, a codificação e a reorganização dos dados através dos programas SPSS e Excel, cujos resultados foram categorizados e classificados em tabelas e gráficos e feitas as proposições do objeto de estudo. As informações foram integradas e feitas as convergências de evidências de dados de múltiplas fontes, dando ênfase à validação dos dados.

O passo seguinte se deu com a análise quantitativa dos dados tendo como objetivo a mensuração dos resultados demográficos, da renda familiar, das atividades produtivas realizadas pelas famílias e da comercialização da produção das famílias. Primeiramente foram categorizados e analisados os dados demográficos onde foram obtidos os resultados do perfil

de idade, sexo, ocupação e população economicamente ativa³, moradia e os resultados relacionados de forma geral e de cada tipo familiar.

Depois foi realizada a análise dos resultados dos rendimentos obtidos por tipologia familiar provenientes das atividades produtivas e não produtivas realizadas por seus membros, considerando tanto a renda monetária, quanto a não-monetária. Para a mensuração da renda monetária e não monetária das famílias de Guajará Miri, foram considerados os seguintes fatores: referência de apenas um mês (fevereiro de 2008); que as famílias pertencessem à mesma comunidade; utilização do mesmo método de cálculo para cada tipo familiar; que os produtos fossem similares.

Dessa forma, os rendimentos monetários na pesquisa são provenientes da renda da produção comercializada pelas famílias, da renda da aposentadoria, a renda do Bolsa-Família e da “bolsa areal”, além da renda proveniente das prestações de serviços (mecânico de bicicleta, costura, capinas e roçados, construções, salário de professor, agente de saúde etc.) e da renda dos projetos comunitários.

Para a mensuração da renda monetária foi realizado primeiramente o levantamento das atividades produtivas, levando-se em consideração todos os produtos comercializados, com suas respectivas quantidades destinadas para a venda e preços alcançados. A partir da diferenciação de cada produto e quantidade comercializada, multiplicou-se a quantidade vendida de produtos pelo preço de venda, obtendo-se dessa forma o valor da renda bruta monetária da comercialização da produção por tipologia familiar. Depois foi feito o levantamento da renda proveniente das aposentadorias⁴, Bolsa-Família, “bolsa areal” e da renda auferida com a prestação de serviços e dos projetos comunitários no mês de fevereiro de 2008. O somatório da venda da produção e das demais fontes resultou no valor total da renda monetária por tipologia de famílias em Guajará Miri.

Para complementar a renda monetária as famílias utilizam diversas estratégias de sobrevivência não-monetárias, sendo uma delas a complementaridade das atividades produtivas, seja na agricultura, na fabricação de utensílios domésticos, na caça, na pesca, dentre outras. Na pesquisa é relevante destacar que os produtos não-monetários foram aqueles destinados para o auto-consumo. Ou seja, são os produtos resultantes das atividades produtivas que deixaram de ser comercializados pelas famílias e destinados para o consumo

³ Foi considerada População Economicamente Ativa (PEA), pessoas com 10 anos e mais de idade trabalhando no momento da pesquisa.

⁴ Para a mensuração da renda da aposentadoria foi considerado o mês de fevereiro de 2008. Nesse mês a renda dos aposentados foi de R\$380,00 por mês.

na unidade familiar. Neste caso, foi observado em Guajará Miri que a produção para o auto-consumo é uma estratégia de sobrevivência recorrente entre as famílias.

Quanto à metodologia do cálculo para obtenção do valor da renda proveniente da produção para o auto-consumo das famílias de Guajará Miri, foi definido na pesquisa a mensuração de até seis dos principais produtos que as famílias destinaram para o consumo, com suas respectivas quantidades no mês de fevereiro de 2008. A esta produção foi atribuído o preço de venda, comparado ao comercializado na feira do Porto da Palha⁵, para assim, estabelecer parâmetros da renda não-monetária das famílias, com base em um preço da produção de auto-consumo da unidade familiar.

Para isso, foi realizado o levantamento de preço dos diferentes produtos, com suas respectivas unidades de medidas, vendidas na feira do porto da Palha⁶. Antes do levantamento de preço foi feita a conversão da unidade de medida da produção utilizada pelas famílias de Guajará Miri, para aquela utilizada na venda na feira⁷. Diferenciando-se o produto, multiplicou-se o preço levantado na feira pela quantidade de produtos consumidos pelas famílias no mês de fevereiro de 2008, mantendo-se na somatória a unidade de medida utilizada pelas famílias. O resultado da quantificação compôs o valor da renda total não-monetária em Guajará Miri por tipologia familiar.

Considerando a dificuldade para o levantamento de dados quantitativos da produção das populações rurais na Amazônia, fato este constatado por vários autores que se dedicam aos estudos rurais, a exemplo de Rocha (1996) e Castro (2003), pois como a produção dessas populações é destinada em maior parte para o consumo familiar e os rendimentos provenientes dessa produção não têm regularidade, não é hábito do produtor contabilizar os resultados da produção, seja da comercialização, ou mesmo daquela destinada para o auto-consumo. Esse é o caso da comunidade de Guajará Miri. Assim, a pesquisa priorizou a utilização de apenas um mês, o de fevereiro de 2008, pela dificuldade de contabilizar a quantia de uma diversidade de produtos que são comercializados e, principalmente, consumidos no ano pelas famílias em Guajará Miri; o detalhamento necessário ao

⁵ A feira do Porto da Palha é lugar de referência para a venda da produção e para as compras dos gêneros necessários ao consumo das famílias de Guajará Miri, sendo principalmente a alimentação.

⁶ O levantamento dos produtos consumidos pelas famílias foi com base nos mês de fevereiro de 2008, mas o levantamento do preço no Porto da Palha para quantificação do auto-consumo foi realizado na primeira quinzena de abril do mesmo ano, logo após o trabalho de campo na comunidade.

⁷ Um exemplo: na comunidade de Guajará Miri a unidade de medida do açúcar é a lata, da farinha também é a lata, no entanto, na Feira do Porto da Palha o açúcar é comercializado em rasa ou basqueta, já a farinha é em saco de 30 quilos. Para o levantamento de preço foi feita a conversão do equivalente em lata para rasa (na pesquisa somente a medida em rasa foi utilizada), e para a farinha, o equivalente em lata para o saco de 30 quilos. E assim, para os demais produtos consumidos pelas famílias.

questionário, assim como o trabalho no campo e tempo de coleta das informações. Por conta disso, o levantamento de dados priorizou o tempo disponível do pesquisador no campo que foi de janeiro a abril de 2008.

Dadas essas condições, foi realizado o levantamento e somatório da renda monetária e não-monetária recebida pelas famílias, com base no mês de fevereiro de 2008, para assim estabelecer a renda per capita familiar⁸. Metodologicamente o uso da renda familiar per capita, é o ideal, porque se leva em conta todos os rendimentos dos membros da família, seu tamanho e seu papel como unidade redistributiva (ROCHA, 1996), pois assim pode-se definir como um dos principais determinantes de bem-estar de uma população.

Para calcular a renda per capita monetária e não-monetária, por tipo familiar da comunidade de Guajará Miri, adotou-se a metodologia usada pelo IBGE (2000). Para o cálculo, foi feito o somatório de todo o rendimento recebido por família, de determinada tipologia, por atividade: 1- produtiva (proveniente da venda dos frutos e outras atividades de cunho produtivo) e, 2- outras fontes (aposentadoria, “bolsa areal”, Bolsa-Família e demais serviços) auferidas pelas famílias. Primeiramente, foi feito o somatório do total de cada atividade por tipo de família, foi feita a divisão pelo número de pessoas existentes em cada tipo familiar, obtendo-se como resultado a renda per capita monetária por tipologia familiar de Guajará Miri. Depois foi feito o somatório da renda total não-monetária por tipo de família e dividido pelo número de membros em cada tipologia, obtendo-se, assim, o valor da renda per capita não-monetária por tipologia familiar na comunidade estudada.

Posteriormente, com base na renda familiar per capita classificou-se, primeiramente as famílias em condições de abaixo ou acima da linha da pobreza e identificada sua condição de não pobre, pobre ou em situação de extrema pobreza, considerando somente a renda monetária. Em seguida foi feita a mesma classificação das condições de pobreza, com base somente na renda não-monetária. Por último foi realizada a estratificação da pobreza monetária e não-monetária em cada tipologia familiar na comunidade de Guajará Miri.

Para a definição da linha de pobreza e de indigência de cada família de Guajará Miri, segundo o tipo familiar, foi utilizada a metodologia do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2007), especificada no Atlas do Desenvolvimento Humano.

Para a determinação da linha da pobreza de uma população, o PNUD somente contabiliza os dados monetários, considerando como critério a proporção de indivíduos que

⁸ Segundo o IBGE (2000), a renda per capita de cada indivíduo é definida como a razão entre a soma da renda de todos os membros da família e o número de membros da mesma. Valores expressos em reais.

vivem em domicílios particulares permanentes com renda equivalente a meio e um quarto do salário mínimo vigente no mês de referência da pesquisa (PNUD, 2007; RIVAS et al., 2008). Neste caso, o valor do salário mínimo na época do levantamento de dados (fevereiro/2008) foi de R\$380,00. Também com a mensuração dos dados quantitativos foi analisada a renda média da produção das famílias para identificar as principais atividades produtivas que contribuem com o orçamento familiar.

No que se refere a dados qualitativos foi feita a codificação dos dados, agrupando-os em tópicos similares para facilitar a interpretação. Da codificação foi gerada uma descrição e nela foram observadas as categorias para análise.

À análise qualitativa foi integrada a análise quantitativa através da quantificação dos dados textuais. Sendo assim, envolveu um aprofundamento maior na análise e interpretação dos dados e dos significados. Esse processo consistiu em extrair sentido dos dados de textos e imagem. Em Guajará Miri foi pouco expressivo o número de questões que deixaram de ser respondidas.

Os dados qualitativos permitiram avaliar os aspectos que determinaram a identidade da comunidade de Guajará Miri; os fatores que influenciam a organização familiar e as estratégias de sobrevivência e a determinação da condição de pobreza na comunidade.

1.4.5 Validação dos resultados

Para precisão e credibilidade nos resultados da pesquisa foram adotados os seguintes procedimentos durante todo o processo da pesquisa:

- a) A triangulação dos dados, através de diferentes fontes de informações, verificando-as em detalhes e depois utilizadas para justificativa coesa dos tópicos em questão;
- b) A apreciação pelas famílias dos materiais como as cartografias com descrições específicas das localidades para determinar se os participantes consideram tais resultados precisos;
- c) Esclarecimento dos vieses que aparecem no estudo, possibilitando uma maior abertura para reflexão e discussão dos tópicos;
- d) Um tempo maior no campo. Isso possibilitou obter resultados mais efetivos e profundos sobre o problema pesquisado.

1.4.6 Questões éticas

Dentre outras considerações, fazendo com que a ética não se restringisse apenas ao comportamento do pesquisador em campo, mas também, da responsabilidade dele em tornar o resultado da pesquisa em fator positivo para a comunidade pesquisada, Simonian (2004a), ao falar da pesquisa em ciências humanas, coloca a importância da eficiência do pesquisador em elaborar o seu trabalho de pesquisa possibilitando subsidiar laudos, elaboração de projetos de desenvolvimento, materiais didáticos e outros tipos de produtos que venham contribuir para o fortalecimento da identidade sociocultural local das comunidades estudadas.

Neste sentido, foram adotados os seguintes comportamentos de campo:

- a) Respeito aos participantes;
- b) Em nenhum momento foi colocado qualquer um dos participantes em situação de risco;
- c) Foi perguntado a cada participante se concordaria em participar da pesquisa, sendo que, seus direitos seriam resguardados. Tendo este a opção de desistir da entrevista em qualquer momento, sem que sua decisão implicasse em nenhum tipo de coação;
- d) Foi apresentado antes da pesquisa ao participante o objetivo e importância da pesquisa, de forma clara e objetiva, possibilitando a ele o espaço para expor suas idéias sobre o que espera na pesquisa, com direitos a fazer perguntas e obter cópias dos resultados da pesquisa;
- e) Foi solicitado as pessoas de interesse na comunidade a permissão para realizar a pesquisa no local, enviando carta de solicitação à comunidade informando a natureza da pesquisa e a instituição de ensino que o pesquisador estava integrado.

2 GUAJARÁ MIRI: O SER E O VIVER EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA NO BAIXO ACARÁ

A comunidade quilombola de Guajará Miri faz parte do município do Acará, que pertence à mesorregião do Nordeste Paraense e à microrregião homogênea de Tomé-Açu. Acará tem uma população de 64.840 habitantes. Destes, 52.718 habitantes, ou seja, a maior parte reside na área rural (PARÁ, 2007). O território acaraense subdivide-se em 3 zonas distritais⁹: Alto Acará; Centro (onde se localiza a sede municipal) e Baixo Acará¹⁰, sendo esta última a zona mais próxima, via fluvial, da cidade de Belém.

Até recentemente, a população do município utilizava somente pequenas embarcações para chegar aos portos da capital do estado, através do rio Guamá; mas com a construção da Alça Viária, em 2003, ela pode dispor do meio de transporte rodoviário, sendo possível ligar a estrada vicinal dessas comunidades, a partir do km 24 da rodovia PA-150, que faz conexão com a rodovia federal BR-316 que chega a Belém.

2.1 ÁREA DE ESTUDO

Para efeito desta dissertação destaca-se apenas a comunidade quilombola de Guajará Miri, que através do documento de titulação de reconhecimento da terra como domínio coletivo recebido do ITERPA, dispõe de uma área geográfica de 1.024,1954 hectares, com dois grandes tipos de *habitat*: a terra firme e a várzea, fazendo limite ao norte com a margem esquerda do rio Guarapiranga, a leste com a comunidade de Itancoã que fica a margem direita do rio Guarapiranga, ao sul confronta-se com o ramal do Genipaúba e a oeste faz fronteira com a comunidade Santa Rosa. Em frente à comunidade fica a ilha Grande que pertence ao município de Belém.

Conforme levantamento realizado pela autora em 2008, a comunidade de Guajará Miri é constituída por uma população de 374 pessoas e 106 famílias, tem acesso a Belém somente através de embarcações, devido ao isolamento do distrito do Baixo Acará, pois fica muito distante da rodovia PA-150 que liga o município de Acará à cidade de Belém.

A construção dessa rodovia mudou a dinâmica de locomoção de algumas comunidades, mas as pequenas embarcações ainda são utilizadas por grande parte da

⁹ O Baixo Acará é a zona distrital mais próxima de Belém e nela está localizada a maior parte das comunidades tradicionais: Itancoã, Jacarequara, Espírito Santo, Paraíso e a própria comunidade de Guajará Miri.

¹⁰ Em cada comunidade do Baixo Acará existem realidades diferenciadas, embora esses povoados compartilhem de um mesmo espaço territorial.

população para o transporte de seus produtos a serem comercializados no Porto da Palha, em Belém.

A comunidade quilombola Guajará Mirí foi titulada em 2002. No entanto, a ocupação desta área se deu a partir dos séculos XVIII e XIX, por camponeses, donos de engenhos e escravos (ACEVEDO MARIN, 2000; CASTRO, 2006). Apesar da importância histórica dessa área, ainda são poucos os dados ou informações na literatura que trata de aspectos relacionados à organização social e econômica desta área. No entanto, nos relatos históricos existentes é dada a importância dessa área enquanto território étnico (CASTRO, 2003), pois as áreas localizadas às margens do rio Guamá foram marcadas pela existência de um grande contingente de escravos, por processos de fuga destes e de formação de quilombos. Nessas áreas os negros desafiavam toda forma de escravidão, buscando viver em liberdade e com garantia de sobrevivência através do acesso aos recursos naturais. Para isso, eles estabeleceram organizações coletivas com base na solidariedade e na criação de alianças familiares, a fim de garantir o território étnico (CASTRO, 2003).

Assim, a área ocupada pela comunidade de Guajará Miri caracteriza-se pela organização do território étnico e por uma diversidade de ecossistemas que integram a paisagem do estuário amazônico, com presença de ambientes de várzeas ou áreas inundadas pelas cheias do rio; e áreas de terra firme ou terras que não sofrem inundações. Segundo Oliveira e Cunha (2001), as matas de terra firme ocupam entre 80 e 90% da área total da Amazônia. Embora as áreas de várzea ocupem uma extensão bem menor em relação à de terra firme, estas planícies inundáveis são de alta produtividade biológica, possuindo uma diversidade de ecossistemas numa mesma área, o que é fundamental para a reprodução de numerosas espécies.

As matas de terra firme de Guajará Miri são formadas por árvores imensas e produtivas, além de outras espécies de vegetais que, juntamente com a presença de uma variedade de espécies de pássaros, insetos e outros animais mostram a exuberante biodiversidade regional amazônica.

A maior parte das famílias da comunidade de Guajará Miri (84%) vive em áreas de terra firme; somente o povoado de Beira do Rio ocupa área de várzea (16%).

A distinção entre as unidades geográficas caracterizadas no ambiente natural do local sustenta um modo de vida específico das famílias da comunidade. Nas áreas de várzea há a predominância de açazeiros e a estrutura dos domicílios é em madeira (Fotografia 1),

enquanto nas áreas de terra firme as residências são cercadas por árvores frondosas e frutíferas de diversas variedades e as casas são em parte de construção de alvenaria (Fotografia 2).



Fotografia 1 - Predominância de plantação de açazeiro em ambiente de várzea na localidade de Beira de Rio

Fonte: Freire (2008)



Fotografia 2 - Casa de alvenaria na área de terra firme, localidade Vila

Fonte: Freire (2008)

Segundo Scoles Cano (2005), o clima da região do Baixo Acará é tipicamente tropical úmido, o mesmo de Belém, com temperatura mensal superior a 18°C e chuvas nas duas estações, precipitação sempre acima de 60mm, inclusive nos meses menos chuvosos. O período mais ensolarado nessa região vai de julho a novembro, com maior intensidade no mês de setembro. Já os meses mais chuvosos vão de janeiro a maio com mais de 300mm, sendo os de maior intensidade chuvosa os de fevereiro e março.

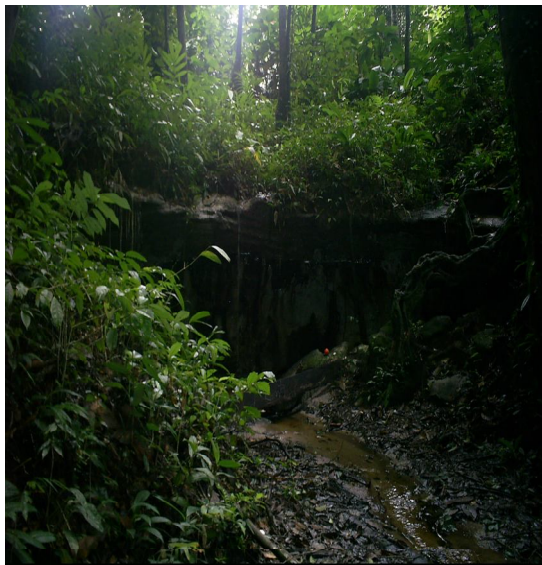
Para Scoles Cano (2005), as estações climáticas relacionadas ao verão e ao inverno caracterizam as condições do clima na região do estuário amazônico, seguindo a terminologia popular:

En la región del Estuario Amazónico se entiende por verano el período menos lluvioso que se extiende de Julio a Diciembre y, por invierno, el período con mayor precipitación que comienza en Enero y finaliza em el mes de Junio. Esta forma de diferenciación climatológica intra-anual resulta coincidente con las mediciones metereológicas científicas y es util para entender numerosos comportamientos de las comunidades rurales con relación a los ciclos naturales y la obtención de recursos naturales (SCOLES CANO, 2005, p. 29).

As famílias de Guajará Miri utilizam o mesmo sistema citado por Scoles Cano (2005). As estações climáticas de maior intensidade de chuvas e de períodos mais ensolarados influenciam diretamente na dinâmica econômica da comunidade, baseada, principalmente, na safra dos frutos, como o açaí, durante o verão; e da coleta do cupuaçu, biribá, piquiá, uxi, mari, abacaba, dentre outros, no período do inverno.

Segundo Acevedo Marin e Castro (1998), o que regula as atividades produtivas em comunidades amazônicas tradicionais é o tempo da natureza. Dessa forma, as estações de inverno e verão estruturam a vida econômica das famílias de Guajará Miri. Assim como o clima, o ciclo das marés e o movimento das águas do rio influenciam o ambiente local e o uso dos recursos naturais pelas famílias da comunidade. Nas áreas de terra firme as famílias praticam principalmente a agricultura de subsistência e a queima de carvão, enquanto nas áreas de várzea se pratica fundamentalmente a coleta do açaí. Isso é possível devido às inundações periódicas que contribuem para a fertilização e recomposição do solo, possibilitando uma heterogeneidade da cobertura vegetal e da abundância de açazeiros, cuja adaptação é propícia a esse tipo de solo, como se demonstra, por exemplo, numa pesquisa na ilha da Trambioca, no município de Barcarena, estado do Pará (SIMONIAN, 2004a).

Embora o ambiente natural de Guajará Miri já tenha passado por alterações devido ao uso dos recursos naturais em tempos passados e atuais, as áreas de várzea e terra firme ainda conservam suas paisagens características. No ramal que vai ao povoado do Cruzeiroinho existe uma pequena cachoeira que a população chama de *lugar da pedra*, nascente de vários igarapés que atravessam os povoados da Matinha, Cruzeiroinho e Bacabal e que são utilizados de diversas formas principalmente por aqueles que não têm sistema de abastecimento de água encanada em seus domicílios (Fotografias 3 e 4).



Fotografia 3 - Cachoeira “Lugar da Pedra” em Cruzeiroinho
 Fonte: Freire (2008)



Fotografia 4 - Lavagem de roupa no igarapé em São Miguel
 Fonte: Freire (2008)

2.2 ACESSO

O acesso à comunidade inicia com o percurso feito pelo rio Guamá, que vai do Porto da Palha até Guajará Miri. Assim, para chegar à comunidade é necessário pegar a embarcação que sai de segunda a sábado entre 9h e 11h do Porto da Palha. Aos sábados o movimento no porto é maior e também é o dia em que as pessoas da comunidade e de diversas localidades fazem suas compras semanais, encontram com parentes e amigos que moram em Belém e que durante a semana torna-se inviável o contato.

Do Porto da Palha até Guajará Miri são uma hora e meia de barco, dependendo da maré. O barco atravessa o rio Guamá, entra no furo, denominado de “furo da Paciência”, e a saída desse trecho é no rio Bijogó (chamado de “rio Grande”), atravessa-se esse rio e se entra no rio Guarapiranga, onde fica localizado o Guajará. À margem direita do rio Bijogó tem-se o furo São Benedito (Mapa 1).



Mapa 1 - Rota de acesso à comunidade de Guajará Miri

Fonte: Dados cartográficos e imagem de *Google maps* com adaptações (2008)

No trecho do rio Guarapiranga, o primeiro porto avistado é o da comunidade de Boa Vista. Essa localidade tem uma estreita relação com Guajará Miri e demais localidades da região, por conta da infra-estrutura de serviços que oferece. Diferentemente das outras localidades, Boa Vista tem uma frota de embarcações que sai do seu porto até Belém, de uma em uma hora; assim como uma delegacia e uma escola com nível de ensino mais avançado onde estudam várias crianças e jovens de Guajará Miri e localidades vizinhas.

Boa Vista é um vilarejo conhecido por seus atrativos turísticos e sempre aos finais de semana recebe visitantes de Belém que vão desfrutar dos rios e ver a paisagem do lugar. Por isso é que dispõe de certa infra-estrutura que acaba beneficiando os povoados vizinhos que não tem um fluxo constante de transporte e de outros serviços (Fotografia 5).



Fotografia 5 - Porto de Boa Vista

Fonte: Freire (2008)

Como em Guajará Miri o barco da comunidade só faz viagem para Belém na madrugada, entre 3h 30min e 4h, e retorna à comunidade ainda pela manhã, de segunda a sábado, aos domingos não faz viagem, então a pessoa que tiver dificuldades de viajar nos horários estabelecidos pela comunidade poderá ir até o porto de Boa Vista e pegar uma embarcação para se deslocar a Belém ou retornar para a comunidade. Desse porto até Guajará Miri é mais de uma hora de viagem em bicicleta pelo ramal de Boa Vista, mas é comum para os moradores fazer esse trecho a pé. Se preferir há também os serviços de moto taxi, mas estes não têm uma frequência regular e o pagamento varia entre R\$5,00 a R\$10,00, é uma quantia considerada bastante elevada para os moradores locais.

Alguns minutos depois do porto de Boa Vista já é possível enxergar o trapiche de Guajará Miri. Antes da chegada nesse pequeno porto, o barqueiro faz algumas paradas para que os moradores da área ribeirinha de Guajará Miri possam descer com suas mercadorias. O equilíbrio nas estivas de tronco de árvores de miriti faz parte da vida dessa população, mesmo para aqueles moradores que já possuem pequenas pontes construídas em madeira em frente de suas residências. Os troncos desta árvore são de muita utilidade, principalmente na maré baixa (Fotografias 6 e 7).



Fotografia 6 - Moradora ribeirinha de Guajará Miri desembarcando sua mercadoria

Fonte: Freire (2008)



Fotografia 7 - Ponte feita de tronco de árvore de miriti na localidade de Beira de Rio

Fonte: Freire (2008)

Há moradores das áreas ribeirinhas que possuem suas próprias embarcações, grande parte são canoas e pequenas “rabetas¹¹” que facilitam a locomoção dos moradores dessas áreas. A chegada no trapiche de Guajará Miri tem significados diversos, pois este é o ponto de encontro entre dois mundos diferentes através do rio.

O trapiche de Guajará Miri reflete também a dinâmica da comunidade. Aos sábados na hora da chegada do barco está sempre muito movimentado, pois é o dia que os moradores chegam com maior volume de compras e encomendas da cidade, então a presença dos familiares é importante para a ajuda no transporte das mercadorias. Há outras pessoas que aguardam notícias e encomendas enviadas por parentes que moram em Belém.

Há muitas crianças em busca de novidades. Já nos dias de segunda a sexta quase não se vê pessoas no trapiche na hora da chegada do barco, assim como, a quantidade de passageiros e de mercadorias é bem reduzida. Fora do horário da chegada do barco o porto volta a ter mais movimento no final da tarde quando as pessoas vão deixar sua produção no barco e na madrugada, na hora da viagem para Belém (Fotografia 8).

¹¹ Canoa movida a motor.



Fotografia 8 - Trapiche de Guajará Miri

Fonte: Freire (2008)

Segundo Acevedo Marin, Pinto e Monteiro (2005), o trapiche é um símbolo, é um divisor de lugares onde se estabelecem elos de comunicação, redes de relações econômicas, sociais, políticas, ambientais e culturais entre a cidade e as comunidades do seu entorno. A comunidade de Guajará Miri é mais um dos milhares de povoados que tem seu trapiche dirigido para a cidade o que fortalece as relações de sociabilidade entre espaços diferenciados (ACEVEDO MARIN; PINTO; MONTEIRO, 2005). Mas também, não existe uma única entrada para chegar à comunidade e desta para a cidade. Em Guajará Miri, há outras entradas para chegar à comunidade, isto depende da localização de cada um dos sete povoados existentes na localidade (Quadro 1).

Povoados	Ligação com o trapiche	Outros acessos
1. Vila	Tem ligação direta com o trapiche	Ramal de Boa Vista
2. Vila da Paz	Tem ligação direta com o trapiche	Ramal de Boa Vista
3. Matinha	Tem ligação direta com o trapiche	Ramal de Boa Vista
4. Bacabal	Tem ligação direta com o trapiche	Ramal de Boa Vista
5. Cruzeirinho	Não tem ligação com o trapiche	Porto Carará ou ramal de Boa Vista
6. São Miguel	Não tem ligação com o trapiche	Ramal de Boa Vista
7. Beira do Rio (Ribeirinhos)	Pouca ligação com o trapiche	Somente pelo rio

Quadro 1 - Povoados que fazem parte da comunidade Guajará Miri, sua relação com o trapiche e outros acessos à localidade – município do Acará, estado do Pará (2008)

Fonte: Freire (2008)

Embora do trapiche tenha-se acesso a todos os sete povoados, nem todos eles utilizam o trapiche. A distância geográfica de um povoado para o outro influencia diretamente na dinâmica econômica e uso dos pequenos portos. A Vila é o povoado que fica mais próximo do trapiche de Guajará Miri, mais à frente ficam Vila da Paz, Matinha e Bacabal. Cruzeirinho e São Miguel ficam mais distantes do trapiche. No povoado do Cruzeirinho tem um pequeno porto chamado Carará onde desemboca um braço de rio do mesmo nome, é por ele que os moradores se deslocam até o Porto da Palha num barco que pertence a um morador do local. Já a população de São Miguel faz o percurso utilizando freqüentemente o ramal de Boa Vista. Todos esses povoados ficam localizados em área de terra firme e o acesso é feito por ramais.

2.3 HISTÓRIA

Segundo levantamentos históricos de Acevedo Marin (2003), e relatos de moradores mais antigos e lideranças de Guajará Miri, as terras da comunidade pertenciam ao capitão Antônio Clemente Maciel de Farias, homem rico, com muitas terras e poder na localidade. Documentos datados do século XIX demonstram que os proprietários arrendavam as terras para alguns negros e outros moradores, pois os referidos donos passavam mais tempo na cidade que no campo. Com o passar do tempo o aluguel das terras passou a ser cobrado por Ingretinha Ramos que se dizia dona das terras. Os seus herdeiros mantiveram essa mesma relação até venderem a terra, uma área de 4.500 hectares para um “paulista” de nome Osvaldo da Costa Ramos. A partir de informações dos moradores, não foi encontrado nenhum documento de posse da área em nome da família Ramos, nem a época que eles adquiriram a propriedade das terras de Guajará Miri.

Eles viviam aqui, mas não incomodavam ninguém, as pessoas podiam trabalhar. Só que eles diziam que eram donos da terra. Segundo meu tio tinham outras pessoas que diziam que eram donas de outros sítios, outras áreas, só que não tinham documentação. A família Ramos era que tinha um documento, uma escritura pública (José Carlos Galiza, liderança da comunidade e seu Cilo, 84 anos, morador da Vila).

Anos depois essas terras foram vendidas para uma família paulista chamada Bocaiúva na década de 1970:

Foi vendida pra empresa Bocaiúva por quinhentos mil reais. Como o terreno não era legalizado a proposta da empresa foi de pagar trezentos e cinquenta mil reais e os cento e cinquenta mil reais foram para legalizar o terreno. Mas

não legalizaram (Sr. Dorival, 88 anos, neto de escravo e morador do povoado da Vila).

Nas décadas de 1960 e 1970 vários conflitos vinham acontecendo na área do Baixo Acará, houve várias intervenções na região com a construção de estradas, políticas de incentivos fiscais e venda de terras em todo o município.

Todos esses trâmites foram acompanhados por processos de ocupação e especulação de terras colocando em disputa fazendeiros, empresas e antigos ocupantes:

Então a gente aqui não sabia que tinham feito isso, vendido as terras, e na época moravam eu acho cerca de cem famílias e então uma madrugada a gente ouviu ronco de tratores o que não era comum isso aqui, não tinha estrada, não tinha como entrar tratores e tinha ronco de tratores que desembarcavam pelo Itancoã, que tinha um porto onde dava pra parar balsa (era um porto de uma antiga olaria na época da escravidão). Então a balsa parou ali porque era um lugar firme e tiraram as máquinas de lá e as máquinas vieram pra cá. Então foi assim um desespero danado de madrugada, o ronco dos tratores todo mundo perguntando o que era e até que falaram que o seu... esqueci o nome dele, mas o sobrenome é Ramos que ele tinha vendido, que a família tinha vendido o terreno. Daí naquela época, acho que era 73, 75 o ano mais ou menos por aí, uma época ainda muito tímida na questão da organização social, já existia sindicato, mas muito tímido e existiam em algumas comunidades as sedes que as comunidades de base tinham um trabalho na questão da evangelização, mas também de consciência da organização dos trabalhadores rurais, só que aqui não tinha isso. Então eles entraram muitas pessoas entenderam que era deles, que tinham direito, então eles foram derrubando e derrubaram tudo. Os tratores só não foram onde era área de igapó ou área de várzea que poderia atolar, mas o resto que era terra firme o trator derrubou tudo, derrubou sítio, derrubou tudo das pessoas. Algumas pessoas foram embora pra Belém, não conseguiram resistir aqui e foram embora, foram pra baixada do Guamá, baixada do Jurunas você encontra muitas pessoas que foram embora daqui nessa época (José Carlos Galisa, liderança da comunidade).

As famílias que permaneceram em Guajará Miri tiveram que trabalhar para os empresários Bocaiúva para sobreviverem, pois a roça e as plantações de frutos foram todas derrubadas para dar lugar à plantação de guaraná e patchouli:

Plantaram o guaraná, plantaram uma planta perfumada que eles chamavam de patchouli, mas pra nós aqui é ourisa, o nome, você encontra muito ali no ver-o-peso, uma planta de folha arredondada só que é perfumada, eles chamavam de patchouli, pra nós patchouli é uma outra planta que a raiz é perfumada e não a folha (depoimento de um morador da Vila).

Além do projeto de plantação de patchouli e guaraná exigir muita mão-de-obra, a renda recebida pelas famílias não era suficiente para garantir sua subsistência, por tanto, era

necessário inserir a mão-de-obra dos filhos menores que tinham o trabalho, principalmente, de carregar água nos “carotes”¹² para as pessoas que trabalhavam na plantação. Também para ajudar na renda, as famílias faziam carvão das madeiras das árvores que eram retiradas das áreas de plantação do patchouli e do guaraná. No entanto esse projeto durou apenas 3 a 4 anos. Com a falência, os empresários se retiraram da comunidade, mas deixaram um responsável, um encarregado para tomar conta da área. Esse funcionário não deixava nenhuma família trabalhar na área da comunidade, pois havia a pretensão de recomeçar o projeto pelos proprietários. Foi uma época muito difícil para as famílias; sem nenhuma renda e nem mesmo terra para plantar, como expressa José Carlos Galiza, morador da Vila:

A única coisa que se tinha era áreas de várzeas que nessa época era livre, que tinha açcaizal então as pessoas poderiam coletar açcaí, parentes da comunidade vizinha (Itancoã) davam farinha pra gente. E a gente catava um caranguejinho que tem na várzea chamado sarará, a gente catava isso na várzea pra poder se alimentar. Foi uma época muito difícil, uma época de muito sofrimento. Eu cresci assim com muita revolta dessa situação toda que a gente sofreu.

As muitas dificuldades levaram algumas lideranças a buscar alternativas de mudanças para a comunidade. Com a ajuda das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), principalmente através da organização do movimento jovem, foi iniciada em Guajará Miri a luta pela posse da terra entre as décadas de 1970 e 1980. Com base nas experiências de outras localidades, a organização se deu com a criação da primeira associação de nome “Associação dos Moradores de Guajará Miri”. Através dessa associação, em 1982, as famílias reivindicaram a titulação individual das terras da comunidade ao ITERPA. Somente em meados de 1990 com o apoio do ITERPA, do Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará (CEDENPA), do Programa Raízes e da Associação dos Remanescentes de Quilombos de Oriximiná (ARQUIMA), foi dado início ao processo de titulação coletiva centrada na posse de terras quilombolas. Foi desde então que as famílias passaram a valorizar suas origens e conhecimento de sua história e de seus direitos, enquanto população remanescente de quilombo.

O reconhecimento de população remanescente de quilombo se dá porque na região de Guajará Miri durante a colonização portuguesa no Pará se formaram vários quilombos. A ocupação de terras se deu em áreas próximas a Belém, ao longo dos rios Capim, Acará, Moju e Guamá que apresentavam solo propício para a plantação de café, arroz, cacau, milho,

¹² Recipiente para carregar água.

mandioca para a fabricação da farinha, e principalmente a cana-de-açúcar, cuja população direcionava em grande parte para o abastecimento do comércio da colônia e da capital; além de madeira de lei para exportação. O apossamento de terras no Baixo Acará se deu com a concessão de Carta de Sesmarias a sesmeiros da colônia que organizaram fazendas, sítios e engenhos de médio e pequeno porte de base agrícola, extrativista e muito pouca criação de animais. A economia nessas unidades produtivas estava subordinada à acumulação primitiva de capital, sendo essas unidades distribuídas às margens do rio para facilitar o acesso a Belém, principal fonte de abastecimento dos produtos interioranos (CASTRO, 2006; ACEVEDO MARIN; CASTRO, 1999).

Esse rio foi um dos primeiros cursos d'água a receber exploradores portugueses e colonos que para lá se dirigiam em busca de seus recursos naturais abundantes. A facilidade de acesso ao rio possibilitou o comércio com Belém que aos poucos foi estruturando uma rede de comercialização e de trocas da produção das populações interioranas que levavam seus produtos para os portos da cidade. Estes e outros povos foram estabelecendo redes de contato e de trocas pelos rios e igarapés diretos para os mercados dos portos de Belém.

A região do Baixo Acará organizou a sua produção inicialmente com a utilização da mão-de-obra indígena, mas com a proibição da coroa da presença do índio na atividade produtiva a base do trabalho passou a ser do negro africano, notabilizando-se pela elevada quantidade de escravos nessa região.

A ocupação do vale do rio Acará nos séculos XVIII e XIX permitiu a formação de vários sítios: Monte Alegre, São Pedro, Espírito Santo, Boa Vista, Samaúma-Pará, São Miguel, São José, Santa Maria, Guajará Miri, ou ainda outras denominações de lugares que constituem atualmente, em grande parte, comunidades remanescentes de quilombos do Baixo Acará. “Vários desses sítios têm maior importância, pois neles existia cemitério dos camponeses, ex-quilombos ou locais dos cabanos assombrados e, portanto, adquirem destaque numa cartografia simbólica” (ACEVEDO MARIN, 2000, p. 19).

O surgimento da ocupação de terras hoje denominadas “remanescentes de quilombos” ou “quilombolas” no Baixo Acará se deu principalmente com a ruptura do sistema escravagista, através das revoltas, levantes e fugas de negros escravizados nas fazendas, desde a inserção deles na atividade produtiva. Porém os *quilombos* ou *mocambos* não eram formados apenas por escravos, mas também por índios, soldados deserdados e colonos pobres que tiveram outras formas de acesso à terra, como a cessão pelos proprietários de um pedaço de terra para que os escravos e outros trabalhadores produzissem roças de subsistência, e pela ocupação de terras que foram abandonadas e desativadas pelos seus senhores.

Vários acontecimentos, de cunho geral, a exemplo da revolta dos Cabanos, que vinha sendo organizada desde o século XIX, fizeram aprofundar a falência da produção e da organização do trabalho escravo e de engajamento forçado na região, que em períodos anteriores ostentou a economia do Pará. Dentre esses e outros acontecimentos o sistema de sesmarias foi lentamente modificado por formas de acesso à terra, consideradas fora da lei ou ilegítimas como os mocambos de pretos e de índios (CASTRO, 2006).

Esses fatores levaram à falência os estabelecimentos manufatureiros, que sem recursos, os senhores não puderam fazer novos investimentos para a busca e captura de escravos fugidos e para a destruição dos mocambos. Dessa forma o negro teve maiores possibilidades de buscar e reinventar outras formas de sobrevivência fora do domínio escravo e com livre acesso aos recursos naturais, como revela Castro (2006, p. 140).

Mesmo em condições de clandestinidade, passam a exercer inúmeras atividades de roçados ou plantações de outrem, em locais onde precisassem de trabalhadores, ali onde ele pudesse se assegurar das condições de existência fora do regime escravo. No entanto, a maior parte acaba por recriar, no interior das florestas, seus roçados, fortalecendo assim os laços internos e ampliando seus conhecimentos e as práticas de uso dos recursos da floresta e cursos d'água.

A existência de povoações de negros e organização de formas coletivas (CASTRO, 2006) fez com que essa população construísse num mesmo espaço sua identidade social e cultural que reproduz a sociedade do presente. As povoações quilombolas ou de mocambos estabeleceram e teceram redes de sociabilidade e de trocas econômicas com outros povoados e localidades do seu entorno. Segundo Acevedo Marin e Castro (1998) esses espaços são territórios onde se integram atividades produtivas e sociais que estão intimamente ligadas entre si e com base nos rituais e nos significados simbólicos de seus antepassados.

Depoimentos dos moradores mais antigos de Guajará Miri informaram que a área foi povoada pelo escravo João Fidelis Valentin do Nascimento, mais conhecido como “Pretão”. Esse personagem seria um escravo que sabia ler e lutava pela liberdade (Sr. Ciló, 84 anos e Sr. Dorival, 88 anos, neto do escravo Fidelis). Com base na história dos seus antepassados e no auto-reconhecimento a população de Guajará Miri se reuniu e deu entrada ao processo de titulação coletiva das terras, como informa José Carlos Galiza:

Então a gente reuniu e eu disse: “olha a gente vai mudar a estratégia”, porque nós somos uma comunidade remanescente de quilombo, então a gente fez todo um trabalho de conscientização. A turma topou, a gente então fez o ato de auto-reconhecimento e fizemos um documento pro ITERPA, trocando o processo individual e passando para o coletivo.

As comunidades de Guajará Miri e Itancoã se uniram para criar a Associação dos Remanescentes de Quilombos “Filhos de Zumbi”, em meados de 2000, em homenagem a Zumbi dos Palmares:

É assim, tem uma associação que se chama Filhos de Zumbi, ela praticamente é mãe da comunidade do Itancoã e daqui do Guajará, porque são aliadas, né? Foi através da Zumbi que eles fizeram um convênio com o governo e o governo deu o título da terra e liberou o dinheiro pra vários projetos (Sr. Ieldo, presidente da Associação de Moradores da Comunidade - AMOPROQG).

E em 26 de novembro de 2002, vinte anos depois da primeira reivindicação das famílias pela posse da terra, Guajará Miri recebeu o título de comunidade remanescente de quilombo através da associação “Filhos de Zumbi”. Desde que foi criada, a Filhos de Zumbi passou a responder por demandas maiores das comunidades de Itancoã e Guajará Miri. Embora a “Filhos de Zumbi” tenha o papel de instituição mãe foi necessário que Itancoã e Guajará tivessem autonomia para assim responder às questões específicas de gestão de cada uma das comunidades. Diante dessas necessidades, Guajará Miri reestruturou a antiga Associação (Associação de Moradores e Produtores de Guajará Miri), que havia sido criada desde a década de 1980, para um novo formato de organização denominada: Associação de Moradores e Produtores Quilombolas de Guajará Miri (AMOPROQG), que passou então a responder somente pelos interesses específicos de Guajará Miri. Atualmente são membros da associação, 86 sócios.

Da população entrevistada durante a pesquisa, 95% estão associados na AMOPROQG. As decisões na associação são direcionadas nas assembléias e o mandato da direção é de três anos. As reuniões para as tomadas de decisão são abertas ao público e acontecem mensalmente. Em cada povoado tem um tipo de articulador local que mobiliza as famílias para participar das reuniões da associação conforme agenda encaminhada pela direção ou de qualquer associado que se manifestar interessado em colocar assuntos em pauta.

Da mesma forma que Diegues e Moreira (2001) destacam a importância da criação de reservas extrativistas para a sobrevivência das populações seringueiras, a criação da AMOPROQG seu deu pela necessidade de estabelecer um novo modo de organização da comunidade para enfrentar ameaças às formas tradicionais de vida das populações locais e buscar uma alternativa de desenvolvimento sustentado de utilização comunal dos recursos naturais em Guajará Miri. Foi com base nesses objetivos que Guajará Miri fundou sua própria

associação para levar em frente as demandas de mudanças indispensáveis para melhoria das condições de vida das famílias. Uma organização política que está possibilitando as comunidades construir sua história colocando em prática processos de reconhecimento, pautados em uma identidade coletiva de “comunidade remanescente de quilombo”.

A gestão da comunidade de Guajará Miri, através de associação reflete como já posto, influências externas, como a presença da Igreja Católica e do movimento negro, ambos com atuação marcante na Amazônia. Ainda que Guajará Miri tenha iniciado sua luta por garantias de direitos com forte influência da Igreja Católica, esta foi aos poucos modificando sua concepção para formas flexíveis, mesmo porque na comunidade está havendo uma forte presença de evangélicos que marca divergências com os católicos. Atualmente, a criação da associação reflete objetivos reais de garantir a propriedade das terras ocupadas pelas famílias quilombolas, assim como assegurar primeiramente o desenvolvimento político, econômico e social das famílias e da comunidade em geral; a preservação e a conservação dos recursos naturais e o uso sustentável dos recursos. As terras, porém, não podem ser vendidas, arrendadas ou loteadas sendo permitido obedecer a limites de respeito de cada família. Por último, a associação tem o papel de representar a comunidade perante instituições externas, públicas e demais entidades que possam contribuir com transformações da melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Diante da realidade que se apresenta em Guajará Miri, o conceito de “*comunidade*” exercida pelos moradores se aproxima daquele utilizado por muitas comunidades rurais da Amazônia, conforme apresenta Scoles Cano (2005, p. 139):

El concepto de comunidad se interpreta en este análisis de forma flexible, como un conjunto de personas y familias con intereses e identidad semejantes que viven en una localidad determinada y comparten la gestión comunitaria del territorio y sus recursos.

Almeida (2004) considera que as mudanças ocorridas na década de 1990 foram fundamentais para uma nova organização política dos movimentos sociais. Para as comunidades negras rurais historicamente marginalizadas por sua condição social essas mudanças representam o fortalecimento e a consolidação da gestão coletiva do território.

A gestão comunitária do território é fator determinante, pois permite a sustentação e a reprodução social, econômica, política e cultural das populações quilombolas e sua manutenção por várias gerações através da consolidação de um território próprio e de uso comum. O efeito contrário implica riscos de o grupo vir a desaparecer (SCOLES CANO,

2005). Dessa forma a gestão da comunidade de Guajará Miri pela associação proporciona às famílias a garantia de permanência na terra conforme defende Viveiros de Castro apud Acevedo Marin e Castro (2004, p. 38):

A terra é vista como espaço de reprodução da sobrevivência. Quando se trata de grupos étnicos, o acesso à terra é associado a sobrevivência física e étnico-cultural, mas também às concepções de uso coletivo e de terra comum como eixo das identidades desses grupos, pois eles realizam apropriações simbólicas e desenvolvem saberes sobre o território, enquanto espaço não só de trabalho, mas também, social e simbólico.

A lógica da posse da terra por comunidades remanescentes de quilombo se sustenta na idéia de herança, direitos e usos em comum dos recursos, sendo contrária à da propriedade privada que se baseia apenas em documentações ou certidões de posse (ACEVEDO MARIN; CASTRO, 1999).

2.4 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESTUDADA

Como dito acima, a comunidade de Guajará Miri através da Associação dos Remanescentes de Quilombos Filhos de Zumbi e da Lei Estadual nº 6.165/1998, Decreto Estadual nº. 3.572/1999 e Instrução Normativa nº 02/1999 recebeu em 26 de novembro de 2002 do Governo do Estado do Pará através do ITERPA o título de reconhecimento de domínio coletivo das terras de Guajará Miri. Foram necessários 20 anos de luta para obter a titulação de comunidade remanescente de quilombo. A condição de “população quilombola” foi dada pelo reconhecimento histórico da existência de povoações de negros, descendentes de escravos nos séculos XVIII e XIX. Esses grupos étnicos estabeleceram povoamentos nessa região e passaram a compartilhar identidades, recriando condições de vida através da produção baseados na exploração dos recursos naturais e da constituição de um pequeno comércio junto aos mercados de Belém (CASTRO, 2006).

A comunidade recebeu o direito de uso real e coletivo de uma área de 1.024,1954 hectares da qual fazem parte sete povoados: Vila, Vila da Paz, Matinha, Bacabal, Cruzeiroinho, São Miguel e moradores da Beira do Rio, que reúnem um total de 106 famílias e 374 pessoas conforme foi apresentado na introdução deste estudo.

O acesso a cada um dos povoados é realizado por ramais, os principais são: ramal do Porto, ramal do Cruzeiroinho, da Vila da Paz e da Matinha, como mostrado no Croqui 1. Alguns dos caminhos são de difícil acesso por conta da mata fechada.

O padrão espacial da comunidade foi fortemente influenciado pela dependência das atividades extrativistas na localidade. À medida que as pessoas estabeleciam novos grupos familiares, as moradias eram construídas geralmente às proximidades da casa de parentes ou onde havia maior quantidade de recursos, garantindo assim as relações de sociabilidades e de sobrevivência das famílias do Guajará Miri. Dessa forma, as famílias investem no plantio de culturas permanentes em áreas particulares e isto condiciona a permanência delas no mesmo local por muito mais tempo. Foi observado que alguns filhos permanecem nos sítios dos pais por fatores econômicos. Neste caso, os filhos que formaram famílias antes de constituírem seus próprios sítios tendem a permanecer na área produtiva dos pais, pois o casal recém formado não tem condições econômicas de sustentar sua prole, assim o chefe do núcleo principal cede parte de terra na mesma propriedade para que o filho construa sua própria casa e os recursos são compartilhados entre as duas famílias.

Da população que constitui a comunidade, a maior parte nasceu e sempre morou em Guajará Miri, o que corresponde a 72% dos moradores. Os que não nasceram em Guajará Miri foram para lá porque casaram com um morador da comunidade e passou a fixar residência no local.

O fato da maioria das famílias terem nascido na comunidade levou os povoados a constituírem entre si redes familiares. Como a comunidade é relativamente pequena as redes de parentesco também são estreitadas através do casamento. Basicamente todas as famílias entre si mantêm algum grau de parentesco e os casamentos são realizados muitas vezes entre pessoas do mesmo povoado, formando uma rede familiar bastante intrincada (OLIVEIRA; CUNHA, 2001). Segundo Castro (2006), as redes de relações estabelecidas entre as familiares permitem conectar as comunidades entre si, as pessoas aos grupos familiares, e estas para as demais comunidades que compõem o universo étnico da região do Acará. A partir da organização das redes é possível estabelecer um intrincado universo de relações de solidariedade, cooperação e também competição (ACEVEDO MARIN; PINTO; MONTEIRO, 2005). Essas relações são organizadas e reinventadas em diversos espaços sociais vivenciados pelas famílias e se concretizam em estratégias de sobrevivência da população na comunidade.

Mesmo havendo uma relação de proximidade entre os familiares que se constituem em ajuda mútua, há uma delimitação espacial que separa um povoado e outro, no entanto, esta delimitação se dá em termos de garantia de pertencimento a uma determinada área, ou povoado e não entre famílias.

O povoado da Vila tem um diferencial em relação aos demais povoados pelo fato dele apresentar uma área central, denominada pelos moradores da comunidade de “Beira”, mesma expressão identificada por Scoles Cano (2005) em sua pesquisa em Itancoã, comunidade próxima de Guajará Miri. Segundo o mesmo autor, a “Beira” é lugar de encontro social e comunitário. No Guajará Miri a “Beira” é ponto de encontro de jovens, de mulheres que param para conversar coisas do cotidiano, de famílias inteiras que param para apreciar o futebol no final da tarde. A “Beira” é lugar de ouvir histórias dos mais antigos e de marcar reuniões para encaminhar decisões importantes para a comunidade.

É lugar onde se concentram os principais serviços comunitários, tais como: dois postos de telefone público; um sistema de abastecimento de energia e água; a Escola Municipal Santa Marta, uma igreja católica em construção, um campo de futebol, alguns estabelecimentos comerciais. É um espaço onde as casas estão muito próximas uma das outras, separadas somente pelos quintais. É o lugar que fica às proximidades do trapiche fluvial da comunidade, o que caracteriza o sentido e conceito de “Beira” (SCOLES CANO, 2005). As residências familiares da Vila mais afastadas da “Beira”, e mesmo as casas localizadas nos povoados mais distantes dessa zona de referência, são identificadas pelo nome do responsável da família.

Nos locais mais afastados da “Beira” há poucas casas e a formação do ecossistema é de mata mais fechada com muitas árvores frutíferas nas proximidades dos domicílios. Nesses lugares, a separação entre uma residência e outra é dada pela organização de sítios¹³.

A organização de sítios na região do Baixo Acará vem desde “tempos imemoriais” os quais constituem elementos importantes da paisagem local (ACEVEDO MARIN, 2000). No Guajará Miri, a denominação de sítio é dada pelas próprias famílias, e estes compõem o nível de pertencimento maior que é a comunidade. Segundo Castro (2003), os sítios caracterizam um estado de pertencimento de cada família por constituir referência social e cultural comum em cada terreno particular.

Nos sítios são cultivadas, principalmente, culturas permanentes (cupuaçuzeiro, pupunheira, biribazeiro, uxizeiro, piquiazeiro, dentro outras) que valorizam a terra. Outros espaços são de uso comum, principalmente os roçados que são geralmente feitos fora das áreas de sítios. Segundo informações das famílias, os roçados podem ser feitos em qualquer lugar que esteja desocupado, desde que não seja terreno de alguém. Assim, um roçado

¹³ Cada família da comunidade tem delimitado sua área de terra em “sítios” ou “terrenos” particulares. A área inclui o domicílio e seus arredores, como o quintal, as áreas de plantações frutíferas e outras benfeitorias das famílias. A delimitação de sítio é respeitada pelos outros vizinhos.

plantado fica conhecido como o roçado do “fulano” e nenhuma outra pessoa faz plantio nessa área. Outros espaços de uso comum são os serviços comunitários de abastecimento de água e energia e telefone público, a casa de farinha, a escola e o barco da comunidade. Há áreas de trabalho comunitário que incluem os projetos da comunidade que tem fins produtivos, ainda que o acesso seja de uso restrito aos associados, como se verá em detalhe no Capítulo 3.

No povoado de Bacabal vivem apenas sete famílias. O nome da localidade faz referência, segundo os moradores, à existência de uma grande quantidade de árvores de abacabas que havia no passado. É um dos povoados que mais sofre com a carência de infraestrutura; a maioria das famílias não têm disponibilidade de energia elétrica nem de sistema de abastecimento de água. Cinco famílias dessa localidade escoam a produção através do trapiche de Guajará Miri e o deslocamento das famílias para a cidade é basicamente realizado pelo porto utilizando o barco da comunidade. Nas duas famílias restantes, a relação de pertencimento é com o povoado do Cruzeirinho. As duas residências ficam localizadas às proximidades desse povoado e um dos barqueiros do Cruzeirinho é morador de Bacabal e os vínculos familiares das duas famílias são com Cruzeirinho.

O povoado de São Miguel também sofre pela falta de infra-estrutura. Esse povoado é o que se localiza mais distante, tanto em relação ao trapiche de Guajará Miri quanto para o porto de Boa Vista. Nenhum dos domicílios tem acesso a energia elétrica e nem sistema de abastecimento de água. O igarapé São Miguel atravessa o povoado; durante a cheia, barcos de terceiros podem entrar na localidade e transportar as famílias até a cidade ou mesmo para comprar a produção dos familiares. No entanto, os moradores muito pouco se deslocam para fazer a comercialização de suas mercadorias pelo igarapé São Miguel, dizem que além de ser muito demorado chegar ao Porto da Palha, o custo com as passagens e transporte de mercadorias é muito elevado. Nesse caso, as famílias preferem não realizar a comercialização diretamente, repassando as mercadorias para o intermediário da venda.

Na Vila da Paz moram oito famílias. É uma localidade que foi organizada recentemente a partir do retorno de famílias que haviam migrado para Belém. Alguns dos núcleos familiares resolveram retornar ao local de origem devido às dificuldades enfrentadas na cidade com a falta de emprego, exploração no local de trabalho e elevado índice de criminalidade nos centros urbanos, entre outros fatores. Outra forma de ocupação da localidade se deu por famílias recém formadas que saíram da casa dos pais e estão construindo seu próprio sítio.

As famílias da Vila da Paz iniciaram há pouco tempo a plantação de árvores frutíferas. Suas fontes de renda são principalmente a comercialização de carvão, pequenos comércios e a

prestação de serviços para outras pessoas da própria comunidade como: capina, serviços de pedreiro, mão-de-obra para fazer roçado. Outras famílias recebem ajuda de parentes que já têm produção em seus sítios.

A localidade do Cruzeirinho é a segunda maior em povoamento. Nessa localidade estão implantados alguns projetos comunitários, dentre eles o da pripioca do qual fazem parte algumas mulheres da localidade. Tem um pequeno porto que as famílias utilizam para escoar a sua produção. O Cruzeirinho tem uma relação estreita com o trapiche da comunidade, o deslocamento para Belém é realizado pelo pequeno porto da localidade, ou mesmo pelo de Boa Vista.

Na Matinha moram 11 famílias. As famílias se deslocam para Belém pelo trapiche de Guajará Miri.

Para os moradores que habitam as áreas de várzea, 17 famílias no total, são poucas as famílias que mantêm vínculos de vizinhança e de parentesco com os demais moradores da área de terra firme da comunidade de Guajará Miri. Em Beira do Rio, por exemplo, quanto mais as residências vão se distanciando do trapiche da comunidade menor o sentimento de pertencimento a Guajará Miri. As famílias de Beira do Rio que estabelecem relações com os demais moradores da comunidade utilizam as áreas de terra firme para fazer a plantação de roçados e utilizam também os serviços de infra-estrutura de uso comum, além de participarem de projetos voltados para o desenvolvimento de comunidades quilombolas ofertados por instituições que dão apoio às populações remanescentes.

2.5 ALGUNS ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Os aspectos relacionados à questão demográfica são centrais para a compreensão da realidade socioeconômica de uma sociedade. Em se tratando da população do Guajará Miri, das 80 famílias entrevistadas nos sete povoados, o total de habitantes chegou a 301 indivíduos, uma média de 3,8 pessoas por família. Esse resultado está abaixo da média nacional. A média nacional para as famílias rurais passou de 4,4 em 1991 para 4,0 em 2000, o que confirma a tendência de redução do tamanho das famílias no Brasil com o passar dos anos (IBGE, 2000). A exceção está para os povoados do Cruzeirinho e Beira do Rio que têm uma média de 4,1 e 5,3 pessoas por família, respectivamente. Estas famílias são consideradas grandes (Tabela 2).

Tabela 2 - Comunidade de Guajará Miri, população entrevistada por sexo – município do Acará, estado do Pará (2008)

Povoados	Famílias entrevistadas	População			Pessoas por família	Razão de sexo
		Total	Homens	Mulheres		
1. Vila	27	99	45	54	3,6	83,3
2. Matinha	11	38	19	19	3,4	100,0
3. Bacabal	6	23	13	10	3,8	130,0
4. Vila da Paz	5	14	8	6	2,8	133,3
5. Cruzeiroinho	20	82	40	42	4,1	95,2
6. São Miguel	8	29	15	14	3,6	107,1
7. Beira do Rio	3	16	9	7	5,3	128,6
Total	80	301	149	152	3,8	98,0

Fonte: Freire (2008)

Entre a população da amostra, 50,5% são mulheres e 49,5% homens. A proporção maior de mulheres em Guajará Miri se diferencia das estatísticas nacionais e da literatura em que é comum o contingente maior de homens nas áreas rurais do país. No Pará a população masculina é de 1.114.533 indivíduos nas zonas rurais, enquanto que a população feminina é de 957.08. No município do Acará a população de homens nas áreas rurais é de 52,36% e de mulheres e de 47,64. Simonian (2004a) e Scoles Cano (2005) identificaram tendência de crescimento da razão de sexo¹⁴ em comunidades tradicionais. Segundo os mesmos autores, há uma tendência maior de mulheres deixar suas comunidades e ir em busca de emprego na cidade, enquanto os homens tendem a permanecer no local.

Em Guajará Mirí pode haver inúmeros fatores que precisam ser observados com mais profundidade para entender o crescimento da população feminina na comunidade. Embora a saída de mulheres seja um fato em Guajará Miri, foi constatado durante a pesquisa o retorno de muitas mulheres. Elas haviam saído em busca de emprego em Belém, geralmente de empregada doméstica, e de oportunidade de estudos na cidade. Como as dificuldades foram inúmeras na capital, elas preferiram retornar para seu lugar de origem, e para junto da família e retomar a plantação de sítios, podendo viver em condições melhores do que na cidade. Ainda que a migração de retorno seja um importante indicativo para a análise da razão de sexo, é importante considerar outros fatores sociodemográficos que podem estar influenciando na dinâmica populacional da localidade. Contudo, nota-se que ainda que no total existam mais mulheres do que homens, essa relação, se mantêm somente nos maiores

¹⁴ Número de homens por cem mulheres.

povoados (Vila e Cuzeirinho). Essas cifras confirmariam os achados de Simonian (2004a) e Scoles Cano (2005). A migração de retorno de mulheres estaria se dando então, principalmente nas maiores vilas.

Em relação à idade, a população de Guajará Miri apresenta um padrão de população relativamente jovem, com 50% da população até com 20 anos (Gráfico 2). Nessa faixa etária estão 58% de mulheres e 48% de homens. Neste aspecto, Simonian (2004a), Brasil (2000) e Scoles Cano (2005) identificaram percentual maior de populações jovens em comunidades tradicionais da Amazônia.

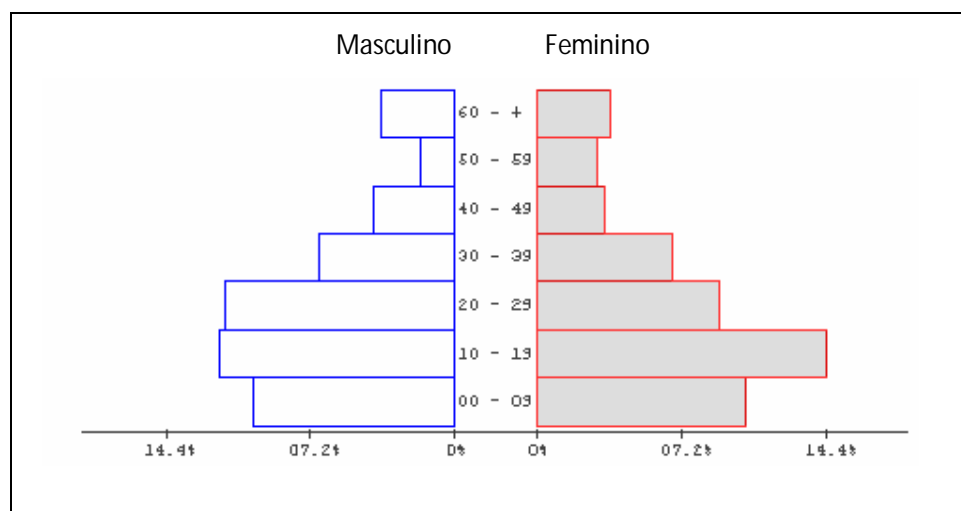


Gráfico 2 – Pirâmide etária da população de Guajará Miri, fevereiro de 2008
Fonte: Freire (2008)

Das 80 famílias entrevistadas, 28 têm em média de um a três filhos, fecundidade considerada relativamente baixa para os padrões de famílias rurais. Embora a população seja relativamente jovem, há um número considerável de pessoas em idade avançada, podendo indicar queda na fecundidade, mas também a migração de crianças para estudar fora da comunidade, ou acompanhar suas mães, pode estar influenciando nos indicadores demográficos de Guajará Miri.

Em comunidades rurais da Amazônia é importante analisar os indicadores sociodemográficos da população, pois eles estão diretamente relacionados com o trabalho nas atividades produtivas. No caso de Guajará Miri, as unidades de produção são assentadas na mão-de-obra familiar voltada para a exploração de produtos da floresta, principalmente a

coleta de frutos e a produção da farinha de mandioca e do carvão. Ao analisar a configuração da ocupação dos entrevistados na comunidade, 62% trabalhavam na lavoura, ou seja, em atividades de produção de sítios para a extração de frutos, plantação de roças, fabricação de farinha, produção de carvão e outras atividades ligadas ao agroextrativismo. Embora os demais participantes tenham indicado como principal ocupação aquelas voltadas para os serviços de dona de casa e aposentado (16% e 13%, respectivamente), eles indicaram ajudar os demais membros da família nas atividades produtivas. Já os 9% de moradores restantes informaram como principal ocupação as atividades de professor, comerciante, mecânico de bicicleta, pedreiro, carpinteiro e outros trabalhos ligados a área de serviços (Gráfico 3).

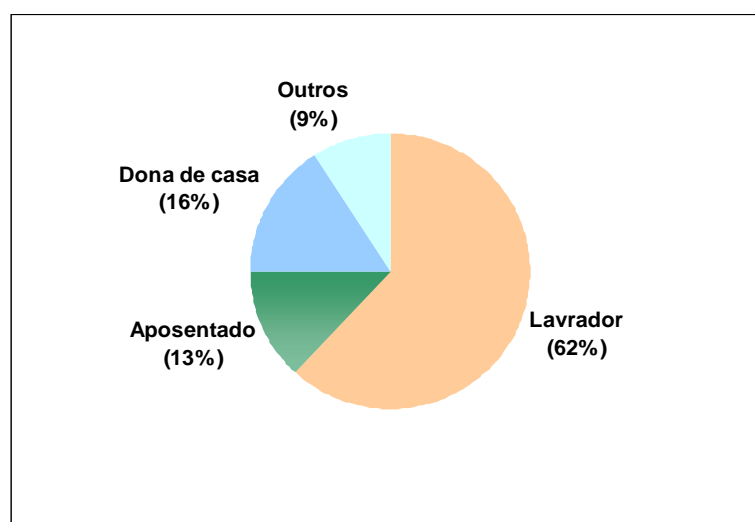


Gráfico 3 - Ocupação dos chefes de família da comunidade de Guajará Miri, fevereiro de 2008

Fonte: Freire (2008)

Em termos de rendimentos recebidos, a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (PARÁ, 2007) do Governo do Pará contabiliza que 70,89% das famílias rurais do município do Acará convivem com uma renda per capita mensal inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo (PARÁ, 2007). Entretanto, considerando as condições socioeconômicas das comunidades rurais, especialmente na Amazônia, essa estatística deve considerar-se com cautela (ARAGÓN, 2005). Formas de satisfação não monetárias não são mensuradas pelas estatísticas oficiais o que pode gerar uma maior renda (HOFFMANN, 2000; ROMÃO, 2000), como se verá no Capítulo 5.

Dados os baixos rendimentos monetários recebidos pelas famílias em Guajará Miri, a necessidade de contribuir na renda familiar tem levado, principalmente, os jovens a abandonar os estudos muito cedo; fato reforçado pela escassez de estabelecimentos escolares na área. Na

comunidade há apenas duas escolas com nível de ensino até a 4ª série do ensino fundamental, os moradores que conseguiram ou pretendem obter um nível de escolaridade mais elevado têm que sair da comunidade e ir para outros locais, principalmente Belém.

Essa situação evidencia o baixo grau de escolaridade na comunidade de Guajará Miri: 42% da população possuem apenas o ensino fundamental incompleto (Gráfico 4), sendo que entre os chefes de família essa percentagem aumenta para 57,9%.

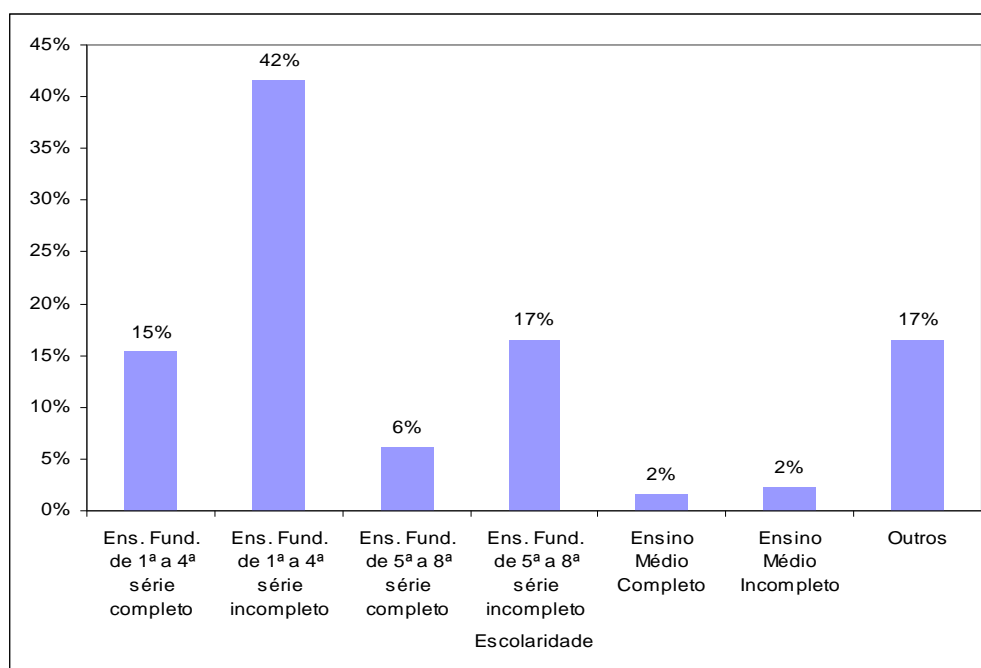


Gráfico 4 - Situação de escolaridade da população de Guajará Miri, fevereiro de 2008
Fonte: Freire (2008)

Segundo os dados do Pará (2007) com base no Censo Demográfico de 2000, a média de anos de estudo da população de 10 anos ou mais de idade para o município do Acará fica em torno de 3,07 para a população urbana e 1,43 para a população rural. Em termos de estado, a média é de 3,35 e 2,11, respectivamente.

A baixa escolaridade tem restringido o trabalho na cidade, resultando em decepção para os jovens da comunidade. Dessa forma, como eles não podem conseguir trabalho bem remunerado, acabam voltando para a comunidade e ao chegar a tendência é formar novas famílias. Os casais nessas condições, em grande parte ainda não possuem condições econômicas para sustentar a família, tendo que receber apoio dos parentes para garantir a sobrevivência.

No que tange às condições de habitação, as residências ocupadas pelas famílias foram construídas em sua maioria de madeira: 65% dos entrevistados moram nesse tipo de casas (Gráfico 5). A madeira para a construção das casas é retirada da área da própria comunidade e a construção das moradias é realizada na maioria das vezes pelos próprios membros da família.

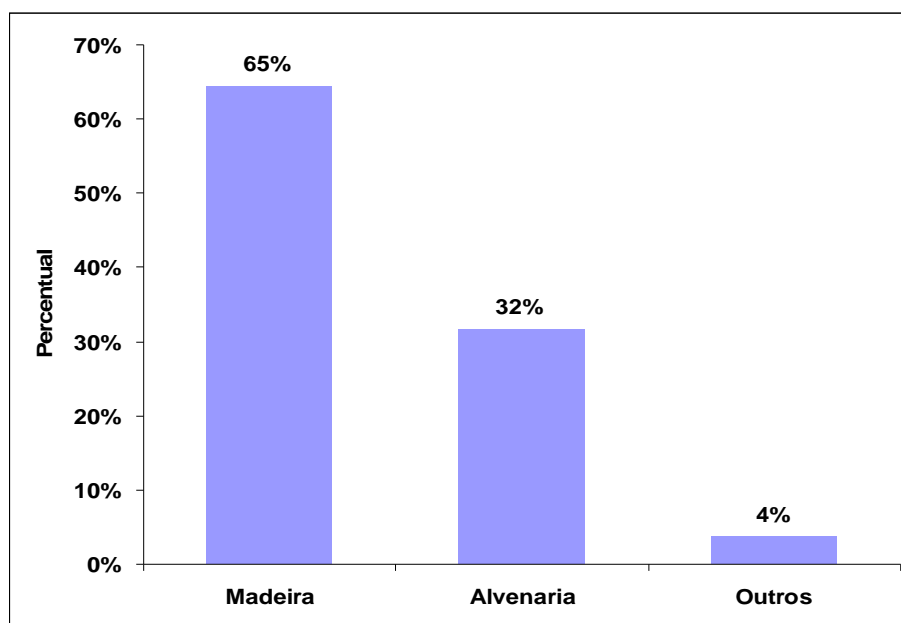


Gráfico 5 - Tipo de construção do domicílio em Guajará Miri, fevereiro de 2008
Fonte: Freire (2008)

Outra parte dos moradores (32%) reside em casas de alvenaria com telhas de barro, e algumas famílias habitam casas construídas com pachiúba¹⁵. Nas áreas de várzea de Guajará Miri não há moradias construídas em alvenaria. Nesta comunidade o predomínio de casas de alvenaria fica na “Beira”, na área central do povoado da Vila e esse tipo de construção está relacionado ao maior poder econômico dessas famílias.

Com respeito à disponibilização de iluminação, 80% dos domicílios têm acesso à energia elétrica. Os domicílios que ainda não possuem esse serviço estão muito distantes dos postes de distribuição e as famílias não dispõem de condições financeiras para comprar todo o material necessário para fazer a instalação até a residência. Para esses moradores os tipos de iluminação mais utilizados são a lamparina a querosene, o lampião e a vela.

¹⁵ Um tipo de palmeira que se encontra na área da comunidade própria para a construção de casas. Este tipo de construção mais rudimentar é mais freqüente entre famílias constituídas por jovens que iniciaram vida conjugal recentemente e, portanto, com menores condições econômicas. A construção de casas com pachiúba corresponde a um tipo de moradia típico das áreas rurais da Amazônia.

Com o acesso a energia elétrica as famílias com maiores condições financeiras dispõem de alguns equipamentos domésticos como: televisão, rádio, geladeira, máquina de lavar roupas, liquidificador e outros bens duráveis.

A comunidade dispõe de três caixas d'água localizadas nos povoados de Vila, Matinha e Cruzeirozinho. 56% das famílias têm acesso à água encanada, os demais 44% utilizam poço ou igarapé.

2.6 PRODUÇÃO E INSERÇÃO DA COMUNIDADE NO MERCADO

A sobrevivência das populações rurais amazônicas está relacionada, fundamentalmente, à produção e à extração dos produtos agroextrativistas para atender as necessidades de consumo das famílias e o mercado local. Segundo Simonian (2004a), os recursos naturais são a base material de sustentação das populações tradicionais da Amazônia.

Neste aspecto, Brasil (2000) e Lima e Alencar (2000) acrescentam que a agricultura e o extrativismo se deram com a realização de atividades de coleta da seringa e de frutos comestíveis, de ervas medicinais e aromáticas, a exploração da madeira, a pesca e a caça, a agricultura da mandioca para subsistência familiar e para serem comercializados nos mercados locais. As famílias rurais da Amazônia trabalham e produzem em regime familiar. Parte da produção é destinada ao sustento do grupo doméstico e o restante é direcionado para a comercialização.

No caso de Belém, o abastecimento do mercado da cidade de gêneros alimentícios de base agro-extrativa é oriundo em grande parte de ilhas e cidades ribeirinhas. O escoamento dos produtos se dá através dos rios, igarapés, furos e canais para serem comercializados nos portos públicos da cidade. Por esses portos chega diariamente uma grande quantidade de madeira, frutos (açai, cupuaçu, taperebá, uxi, mari, banana etc.), farinha, carvão e animais de pequeno porte (CASTRO et al., 2005). No Porto da Palha, produtos como o açai, a farinha e a madeira são comercializados freqüentemente.

Os produtos extrativistas são tradicionais na dieta alimentar de grande parte dos consumidores da região, principalmente, dos migrantes das regiões do entorno (TRINDADE JR.; SILVA; MALHEIRO, 2005). Neste sentido, esses produtos acabam tendo um mercado definido possibilitando uma dinâmica econômica intensa nesses portos que se dá com a chegada e saída de barcos para trazer e levar mercadorias.

No passado a construção dos portos esteve relacionada ao embarque de produtos extrativistas com alto valor de mercado, a exemplo da borracha e de outros gêneros ligados à

produção extrativista (LIMA; ALENCAR, 2000). Com o declínio dessas economias, muitos desses portos deixaram de ter importância no cenário de diversas cidades, cujos gestores públicos, passaram a adotar o modelo globalizado de portos estruturados com destino à exportação (TRINDADE JR.; SILVA; MALHEIRO, 2005).

No entanto, no contexto do abastecimento interno, eles continuam exercendo um papel determinante no suprimento de gêneros necessários e complementares ao consumo da população local. Segundo Acevedo Marin, Pinto e Monteiro (2005), a diversidade de experiências, hábitos, costumes e atividades que fazem do cotidiano dos portos públicos de Belém, a exemplo do Porto da Palha, está muito distante da Belém moderna. Visto dessa forma, a dinâmica econômica produzida nesses espaços acaba sendo invisível, sem poder ser mensurada como determinante de desenvolvimento. A infra-estrutura inadequada para o embarque e o desembarque de mercadorias e pessoas, a falta de espaços específicos para o armazenamento da produção e para a comercialização revela a necessidade de políticas públicas para a gestão portuária nesses locais.

Na comunidade de Guajará Miri a produção comercializada pelas famílias no porto da Palha é retirada da propriedade de cada família. Dessa forma, o sistema produtivo tradicionalmente desenvolvido pelas famílias em Guajará Miri envolve a coleta de frutos que se divide entre a safra do açaí e os demais frutos regionais. Além da produção da farinha de mandioca, da confecção de utensílios domésticos, da coleta de ervas medicinais e aromáticas dentre outras atividades produtivas constituem importantes fontes de consumo e de renda para a comunidade.

Neste aspecto, Brasil (2000) e Durr (2001) apontam esses produtos como os mais comercializados por populações tradicionais. Nesse sentido, tanto a produção agrícola quanto o extrativismo oriundos da produção familiar são de suma importância para a sustentabilidade e o desenvolvimento local (DURR, 2001).

Mesmo sendo determinantes para a subsistência e o desenvolvimento local, os produtos agroextrativistas ainda são fatores de invisibilidade econômica. O fato está relacionado à incapacidade econômica e social de atender à alta demanda dos mercados devido à baixa produtividade da terra, e conseqüentemente, na pouca capacidade de oferta do produto nos mercados; a produção está pautada na mão-de-obra familiar; a substituição da produção extrativa por substitutos industriais e de cultivo doméstico o que caracteriza a pouca viabilidade de mercado (HOMMA, 1990; IDEFLOR, 2008).

O que deve ser observado é que a sustentabilidade de populações depende do uso dos recursos e, portanto a coleta e extração dos produtos da natureza não devem ser vistos apenas

na perspectiva do mercado, pois, embora muito dos recursos não tenham elevado valor econômico no mercado, eles são de extrema importância para o consumo e geração de renda para as familiares rurais. Por outro lado, a produção extrativista ainda é vista apenas na simples coleta dos produtos, sem preocupações de que este deve estar relacionado a uma produção de uso sustentável que permita a utilização dos recursos por gerações futuras (CAMPOS, 2002).

Diferentemente da produção extrativista, a produção da farinha de mandioca em Guajará Miri é destinada ao consumo familiar. Anteriormente a farinha de mandioca na comunidade era o principal produto de comercialização e de fonte de renda das famílias. Com a inserção e a valorização de alguns produtos no mercado, a exemplo do uxi, o açaí, a pupunha, o cupuaçu, e outras frutas que tiveram alta de preço no comércio local, a produção da farinha não proporciona mais rendimentos financeiros significativos para as famílias, passando a integrar basicamente o consumo familiar na comunidade de Guajará Miri.

3 ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA: DESAFIOS PARA A SUSTENTABILIDADE

As ações comunitárias tem sido de suma importância para a reprodução socioeconômica das famílias de Guajará Miri. A luta pelo reconhecimento da comunidade como população quilombola tem sido uma das estratégias utilizadas para ter acesso a determinados serviços. Desde o reconhecimento da titulação das terras da comunidade como espaço de uso comum, as famílias foram beneficiadas com serviços de infra-estrutura e projetos coletivos para fortalecer a organização comunitária e possibilitar o desenvolvimento local. Esses projetos foram implementados com apoio do Governo do Estado através do Programa Raízes e do Governo Federal. O Programa Raízes foi criado pelo Governo do Estado em maio de 2000, com o objetivo de articular dentro da esfera governamental as demandas dos povos indígenas e quilombolas.

Na comunidade do Guajará Miri, o programa foi responsável pela implantação de diversas ações comunitárias voltadas para o apoio à educação, a ações sociais, culturais, ambientais e, principalmente, de renda e infra-estrutura. As ações receberam financiamento a fundo perdido e foram direcionadas para o desenvolvimento de novas iniciativas econômicas de gestão coletiva.

3.1 INFRA-ESTRUTURA

A infra-estrutura existente diferencia-se em cada povoado. A comunidade conta com duas escolas, energia elétrica, sistema de abastecimento de água, telefone público, casa de farinha comunitária, e barco. Há também igrejas (católicas e evangélicas). São espaços e serviços de uso comum ou comunitário, mas que não estão disponíveis em todos os povoados, principalmente o sistema de abastecimento de água ou de energia; muitas famílias não tem recursos financeiros para instalar esses serviços no domicílio.

A distância de um povoado ao outro e a localização geográfica do domicílio são fatores que influenciam no acesso à infra-estrutura existente na comunidade.

3.1.1 Sistema de abastecimento de energia

A energia foi instalada na comunidade Guajará Miri através de programas do Governo Federal em 2004. Os povoados que mais se beneficiaram com esse serviço foram os da Vila e

do Cruzeirinho, por estarem localizados às proximidades de ramais de mais fácil acesso ao povoado e dispõem de maior número de famílias.

Na Vila, o fato dessa localidade dispor de um espaço considerado privilegiado, caracterizado por “Beira”, área central da comunidade, a infra-estrutura de serviços tende a se concentrar nesses locais. É onde também as residências estão mais próximas umas das outras, fazendo com que a energia seja mais acessível para as famílias. Mesmo os domicílios que ficam mais distantes dessa área central, dispõem de energia elétrica. No povoado do Cruzeirinho a maioria das unidades familiares possui energia elétrica. Dentre os fatores que favoreceram a disponibilização desse serviço estão à proximidade entre as residências e a facilidade de acesso ao povoado, através do ramal da Boa Vista que foi de onde originou todo o serviço de instalação do sistema de abastecimento de energia para a comunidade. Na Matinha e na Vila da Paz a maioria das famílias também têm acesso à energia. Os povoados do Bacabal e do São Miguel não dispõem desse serviço. Como os domicílios dessas localidades ficam muito distantes dos postes de energia elétrica, principalmente em São Miguel, o custo da instalação da energia torna-se oneroso. Em Beira do Rio, das três unidades familiares entrevistadas, apenas a que fica mais próxima da “beira” dispunha de energia.

3.1.2 Sistema de abastecimento de água

Outra medida tomada pelas instituições governamentais, mas que dependeu, prioritariamente, da organização da comunidade, foi a instalação de três sistemas de micro abastecimento de água na comunidade, projeto que foi financiado pelo Programa Raízes do Governo do Estado do Pará. Um micro sistema foi instalado na Vila, outros na Matinha e no Cruzeirinho entre os anos de 2002 a 2006 (Fotografias 9 e 10).

A necessidade da instalação dos micro-sistemas na comunidade foi devido à má qualidade da água dos igarapés em algumas localidades. O consumo estava causando constantes problemas de diarreias, verminoses e micoses, principalmente nas crianças. No Cruzeirinho durante o verão (período menos chuvoso) a maior parte dos igarapés diminuiu consideravelmente o caudal. Na Matinha, a retirada da mata em uma área próxima as nascentes de igarapés dessa localidade para a extração de areia de forma intensiva por uma empresa, tem produzido o deslizamento de uma grande quantidade de areia para dentro desses igarapés ocasionando o assorimento dessas fontes. Esses problemas pesaram para que a instalação da água canalizada fosse priorizada nos povoados da Vila, Cruzeirinho e Matinha.



Fotografia 9 - Sistema de abastecimento de água no povoado da Vila
Fonte: Freire (2008)



Fotografia 10 - Sistema de abastecimento de água da Matinha
Fonte: Freire (2008)

A capacidade de infra-estrutura de instalação e da caixa d'água é proporcional ao número de moradores. Na Matinha como são apenas onze famílias, a infra-estrutura do micro sistema é mais rudimentar em relação ao da Vila que tem um número maior de domicílios, como pode ser observado nas Fotografias 9 e 10.

Todos os povoados têm problemas com o abastecimento de água diretamente nos domicílios. As casas situadas próximas ao sistema de abastecimento de água dispõem normalmente de água canalizada e potável ainda que 44% das famílias carecem de canalização de água até suas casas. Dentre as famílias que não dispõem do sistema de abastecimento de água estão as comunidades de São Miguel e Bacabal. Para obter água, as famílias que não têm poço recorrem aos igarapés que ficam distantes das residências. É necessário caminhar longas distâncias para lavar roupa, tomar banho, e retirar água para beber. O transporte da água até o domicílio é realizado, principalmente, pelas mulheres adultas e crianças, o que é tradicionalmente uma característica das áreas rurais da Amazônia.

Em cada povoado há um zelador responsável pelos equipamentos, ou seja, a gestão é de responsabilidade de lideranças na comunidade que fazem a mobilização das famílias para participarem das assembléias da associação e outras atividades importantes na comunidade.

3.1.3 Educação

Ainda se tratando da infra-estrutura de uso comunitário, em Guajará Mirí existem somente duas escolas, uma localizada na Vila e a outra em Cruzeirinho. A da Vila é a Escola Municipal Santa Marta construída em alvenaria com duas salas de aula, onde funciona a educação infantil e o ensino fundamental até a 4ª série (Fotografia 11). Pela manhã funciona a educação infantil, com cerca de 23 crianças matriculadas. No horário da tarde há uma única turma de 1ª a 4ª série onde estudam vários alunos de idade diferenciada em um sistema multisseriado. O professor é do município do Acará que se desloca para a comunidade e permanece no local durante a semana (segunda a sexta-feira), retornando geralmente para o Acará no final da semana. Este professor é quem educa as duas turmas.



Fotografia 11 - Escola no povoado da Vila

Fonte: Freire (2008)

Na escola Santa Marta funciona uma turma de alfabetização de jovens e adultos à noite. Para freqüentar a escola os alunos que não moram às proximidades do estabelecimento de ensino têm que se deslocar de muito longe para chegar à sala de aula. Por exemplo, os alunos do povoado de São Miguel, que é uma localidade mais distante em relação ao povoado da Vila, caminham em média uma hora e meia para chegar à escola Santa Marta.

O outro estabelecimento de ensino, a Escola Municipal do Cruzeirinho, é de madeira e está em condições precárias (Fotografia 12). Do mesmo modo que a escola da Vila, no Cruzeirinho há uma turma de educação infantil pela manhã, outra em sistema multisseriado à tarde. Também é somente uma professora, mas esta mora na própria localidade.



Fotografia 12 - Escola no povoado do Cruzeiroirinho
Fonte: Freire (2008)

Para cursar estudos a partir da 5ª série é necessário se deslocar até a comunidade de Boa Vista ou Belém. Em Guajará Miri a maior parte dos alunos nessa fase escolar se desloca para a escola municipal do povoado de Boa Vista, que tem ensino da educação infantil até a 8ª série. Os estudantes dos povoados da Vila, Matinha, Bacabal, Vila da Paz e Beira do Rio, vão para Boa Vista, que fica a meia hora de viagem do trapiche de Guajará Miri sempre no horário da tarde; eles utilizam o barco da comunidade que é alugado pela Prefeitura do Acará, para levar os alunos à escola de Boa Vista. Já os estudantes do Cruzeiroirinho e São Miguel se deslocam a pé ou de bicicleta pelo ramal de Boa Vista até a escola.

Há muita carência nos serviços educativos de Guajará Miri, as escolas e a infraestrutura destas não atendem às necessidades da população. A alimentação e o material escolar são escassos. Não há equipamentos de suporte tecnológico e pedagógico tais como: televisão, DVD, computador e outros equipamentos necessários ao melhor aprendizado. A necessidade de infraestrutura adequada para ensino de qualidade não é um problema isolado, essa é uma dificuldade enfrentada na maior parte das áreas rurais da Amazônia. Em se tratando de comunidades quilombolas, a necessidade de políticas específicas para melhoria da educação é ainda maior. Esse tema fez parte da discussão do II Encontro Estadual dos Quilombolas do Pará, intitulado “Território e garantia dos direitos e da identidade etno-racial das comunidades quilombolas do Pará”, que ocorreu em Belém, em maio de 2008 que reuniu várias representações de comunidades quilombolas, incluindo a AMOPROQG. Os grupos identificaram como um dos principais problemas a falta de acesso a educação, mas também propuseram alternativas de ações, incluindo as seguintes (Quadro 2):

Temática	Principais problemas identificados	Alternativas propostas
Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de infra-estrutura e de transporte escolar que, quando é oferecido, contempla apenas os alunos do ensino fundamental; • Falta de professores qualificados e de cursos de qualificação e formação para professores de dentro das comunidades quilombolas; • Falta de material didático de qualidade e com temas específicos das comunidades quilombolas; • Falta de escolas com ensino fundamental, médio e superior que atenda as comunidades quilombolas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar a Lei 10.639 de 09/01/03, que trata da inserção do ensino de história e cultura Afro-Brasileira nas escolas públicas, bem como a compra de livros e materiais didático-pedagógicos para que os professores trabalhem este tema em sala de aula; • Formação de nível superior e continuada de professores para atuar nas comunidades quilombolas, dando preferência para que os próprios quilombolas tenham acesso a esta educação; • Regionalizar a merenda escolar, onde os quilombolas sejam fornecedores dos produtos para a merenda escolar; • Criar uma coordenação com a participação efetiva dos quilombolas dentro da Secretaria Municipal de Educação; • Garantia de ensino fundamental e médio em todas as comunidades quilombolas.

Quadro 2 - Principais problemas e alternativas para a educação indicados por comunidades quilombolas no II Encontro Estadual dos Quilombolas no Pará, maio de 2008

Fonte: II Encontro Estadual dos Quilombolas no Pará (maio de 2008)

3.1.4 Saúde

A pesquisa identificou que é também muito precário o sistema de saúde em Guajará Miri. Na comunidade não há posto de saúde; há apenas um agente de saúde contratado pelo município do Acará. Quando as pessoas necessitam de um atendimento de primeiros socorros busca-se o posto de saúde da comunidade de Itancoã que dispõe de dois agentes de saúde e uma enfermeira que mora na própria localidade, mas a falta de medicamentos, material para curativos e recursos humanos é freqüente. Outros atendimentos médicos são procurados em Boa Vista que atende várias localidades, funcionando de segunda a sexta-feira pela manhã e a tarde. Eles também recorrem a Belém que oferece serviço especializado. Essa temática

também foi tratada no II Encontro Estadual dos Quilombolas do Pará, apresentando-se as seguintes reivindicações (Quadro 3):

Temática	Principais problemas identificados	Alternativas propostas
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de infra-estrutura e de recursos humanos na área de saúde em todas as comunidades quilombolas; • Falta de formação dos poucos profissionais de saúde que trabalham com quilombolas; • Poucos profissionais para atender aos quilombolas; • Insuficiência da qualificação oferecida aos agentes de saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> • Oferecer capacitação aos quilombolas; • Regionalizar o programa de saúde da família quilombola; • Valorizar e reconhecer as práticas dos quilombolas, como a parteira e uso dos medicamentos naturais; • Contratação de agentes de saúde dentro das próprias comunidades quilombolas.

Quadro 3 - Principais problemas e alternativas para a saúde indicados pelas comunidades quilombolas no II Encontro Estadual dos Quilombolas no Pará, maio de 2008

Fonte: II Encontro Estadual dos Quilombolas no Pará (maio de 2008)

Destacam-se entre essas propostas a valorização dos saberes tradicionais e a formação da própria comunidade para melhor desenvolver essas práticas em suas localidades.

3.1.5 Transporte

Como os outros acessos à infra-estrutura discutidos anteriormente, o de transporte desempenha importante papel para o desenvolvimento humano da população de Guajará Miri, pois é responsável, tanto para a condução de moradores, como para o escoamento da produção. Através da Associação Filhos de Zumbi e apoio do Programa Raízes foi implementado um projeto e a comunidade adquiriu dois barcos, um pequeno com capacidade para 20 passageiros e outro com capacidade para 100 passageiros. Estes pertencem a Guajará Miri e a Itancoã¹⁶.

Durante a semana o barco com maior capacidade transporta as crianças dos povoados para as escolas de Boa Vista, somente aos sábados é que leva a produção da comunidade para o porto da Palha. Já o barco de menor capacidade faz o transporte das cargas e de passageiros da comunidade para o Porto da Palha, de segunda a sexta-feira. O barco sai todos os dias do

¹⁶ Para a aquisição do primeiro barco foi liberado um recurso financeiro disponibilizado para a compra do barco menor, chamado pelos moradores de “Zumbizinho”. Depois foi liberado um valor maior, correspondente a R\$25.000,00 e foi comprado o barco de maior capacidade, o “Zumbizão” ou “Zumbi Grande”.

trapiche da comunidade, durante a madrugada (entre 3h 30min e 4h) em direção ao Porto da Palha. As famílias precisam chegar a esse porto logo nas primeiras horas da manhã para comercializar a produção. Os passageiros que vão à cidade para tratar de outros assuntos precisam ficar no barco até depois das seis da manhã, um horário mais seguro para desembarcar, pois os assaltos na área são constantes. Fato este também identificado por Acevedo Marin, Pinto e Monteiro (2005), em pesquisa no Porto da Palha. Aos domingos, não há viagens de barco de Guajará Miri, pois a ida a cidade é apenas para venda da produção, a compra de mercadorias para o consumo doméstico, a visita de parentes, bem como, para resolver questões políticas da comunidade, ir ao médico e à realização de outros serviços que não são disponibilizados no local. Portanto, o domingo na comunidade é dia de descanso, de ir a igreja, de ficar com a família. Caso haja necessidade de viagens de pessoas da comunidade fora do dia e horário de funcionamento do barco é necessário se deslocar para Boa Vista, onde podem encontrar embarcação em direção a Belém.

Embora os barcos tenham sido destinados para as duas comunidades quilombolas, quem utiliza mais as embarcações é Guajará Miri porque em Itancoã há três embarcações de moradores dessa localidade que também fazem viagens para Belém todos os dias. A população de Itancoã dá preferência para viajar no barco de seus parentes da comunidade.

Para viajar no barco da comunidade e mesmo transportar a produção para comercializar em Belém, cada morador de Guajará Miri tem que pagar o valor de R\$2,50, por viagem, no total, o custo de passagem por pessoa é de R\$5,00, um valor bastante elevado considerando a renda da população e o barco pertencendo à associação. Também se paga por cada quantidade de produto transportado, o custo dependendo do tipo de produto. Na visão do Sr. Ieldo, presidente da AMOPROQG, em se tratando do pagamento de transporte de passageiros e da produção não está havendo benefícios para as famílias porque os custos com os serviços no barco da associação não se diferenciam daqueles cobrados por donos de barcos particulares:

E assim, ontem eu tava conversando lá no porto a respeito desse barco. Nós temos dois barcos, mas veja bem, o barco não veio pra melhorar pra nós. Porque a gente vê assim: se veio pra melhorar a nossa situação, a gente paga R\$5,00 (isso só de passagem). Nós pagamos R\$0,50 de cada saca de carvão que nós leva, nós paga 0,20 centavos de cada cacho de pupunha que vai, R\$1,00 de cada feixe de espeto e assim por diante. Sábado de aleluia, eu tava em Belém, fui eu com a Oneide e mais o meu irmão. Levamos pupunha, eu paguei R\$19,00 só de passagem. Se nós fosse avaliar que o barco é nosso, eu achava que nós não devia pagar tudo isso. Ou a gente pagava só a nossa passagem e liberavam nossa mercadoria, porque eu acho que tem condições. [...] Por exemplo, eles dizem porque o Preto cobra R\$5,00. Mas o Preto é dono do barco, o barco é dele, não é barco da associação. Então se o barco é

da associação, onde ta nossa diferença como quilombola? Nós não temos. Não tem diferença nenhuma (Presidente da AMOPROQG).

A gestão dos barcos é realizada pela diretoria da Associação Filhos de Zumbi. Na época da pesquisa estava composta por cinco pessoas da comunidade de Guajará Miri. A direção é trocada a cada dois anos, fazendo rodízio de diretoria entre Guajará Miri e Itancoã, a cada período subsequente e é a direção que encaminha as decisões em assembléia¹⁷.

Através de um acordo entre a “Filhos de Zumbi” e a Prefeitura do Acará, o barco com maior capacidade, o “Zumbi Grande”, faz o transporte de ida e vinda dos estudantes de Itancoã e Guajará Miri para Boa Vista durante a semana. Por esses serviços a prefeitura paga para a Associação o valor de R\$1.600,00 a cada mês correspondendo ao período escolar na comunidade, nos meses de férias dos alunos a associação não é remunerada. A renda recebida pela associação é direcionada para cobrir os custos com manutenção do barco, pagamento de duas pessoas que fazem o serviço de transporte dos estudantes e outros serviços necessários ao bom funcionamento da embarcação. O presidente da AMOPROQG, sr. Ieldo, questiona esse sistema:

Mas eu tava dizendo, se o barco é nosso eu acho que ele devia continuar nos R\$4,00 ida e vinda, porque o barco é nosso e ele tem outra renda. Se ele não tivesse outra fonte aí eu concordaria que a gente pagasse nossa mercadoria. Mas ele tem outra fonte que dá pra cobrir as despesas. Porque ele ganha e por aí dá pra colocar combustível no motor, né? (Presidente da AMOPROQG).

Em Guajará Miri 42% das famílias utilizam o barco da comunidade. Desses, apenas as famílias dos povoados da Vila, Matinha, Vila da Paz, poucas famílias da localidade da Beira do Rio fazem viagens nas embarcações. No Cruzeirinho os moradores utilizam o barco de um morador da localidade, que sai pelo igarapé próximo à localidade, chamado Carará¹⁸. O acesso é realizado com muitas dificuldades na época de chuvas intensas. Nesta época a população dá preferência pelo deslocamento de bicicleta ou a pé pelo ramal de Boa Vista. Já do povoado de São Miguel o deslocamento é realizado principalmente pelo ramal de Boa Vista. Há uma saída também pelo igarapé Genipaúba que fica no povoado e alguns moradores utilizam essa via.

¹⁷ Embora Guajará Miri e Itancoã tenham sua própria autonomia de gestão da comunidade, a Filhos de Zumbi integra a gestão de projetos comuns entre as duas comunidades.

¹⁸ O igarapé é um afluente do rio Guarapiranga. No igarapé Carará, fica localizado um pequeno porto, chamado pela comunidade de “porto Carará”.

A bicicleta é o meio de transporte mais utilizado no interior da própria comunidade, bem como, para pequenos trajetos. As famílias que não dispõem de pelo menos uma bicicleta fazem o percurso de um povoado para o outro e de uma comunidade para a outra a pé, um hábito entre os moradores do local. Como falado anteriormente, há alguns serviços de moto-taxi em Boa Vista que atendem as comunidades vizinhas ao serem chamados por telefone celular por famílias que possuem esse aparelho, no entanto esses serviços são pouco demandados pela população de Guajará.

3.2 PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM GUAJARÁ MIRI

Em Guajará Miri a participação das famílias em associações tem representado muitas conquistas para a comunidade, principalmente, a conquista da autonomia que tem reforçado as redes de pertencimento das famílias ao sistema de comunidades (ACEVEDO MARIN; SILVA, 2007). Isso é relevante para as populações quilombolas que em muito vem lutando pela garantia do seu território e dos potenciais existentes nesses espaços para a sobrevivência das famílias. No entanto, os resultados dessa organização ainda não são satisfatórios no que tange à melhoria das condições de vida da população e no desenvolvimento da comunidade.

Em Guajará Miri a organização da comunidade em associação possibilitou a formalização de convênios com o Governo do Estado, através do Programa Raízes e foram destinados recursos para a implantação de alguns projetos comunitários. Um dos incentivos foi a construção de três casas de farinha coletivas, uma no povoado da Vila, outra na Matinha e outra no Cruzeirinho. O povoado de Bacabal e as famílias que moram as margens do rio não têm casa de farinha coletiva¹⁹.

A utilização da casa de farinha é tradicional e pouco difere das formas encontradas em outras áreas rurais da Amazônia. Segundo Diegues e Moreira (2001), embora os sistemas tradicionais de uso comunitário no Brasil tenham se desestruturado com o avanço do capitalismo, em comunidades rurais da Amazônia, existem exemplos que mostram a capacidade de organização de determinados grupos para recriar modos de vida, a fim de sustentar seus indivíduos, a partir do uso comum seja do espaço, dos recursos naturais ou dos instrumentos de trabalho. Na comunidade de Guajará Miri a casa de farinha coletiva é um exemplo de uso comunitário e, ao mesmo tempo, de fortalecimento da organização de grupos tradicionais, que por muito tempo foram ignorados social e culturalmente, pelas formas de

¹⁹ Na localidade de São Miguel foi iniciada a construção de uma casa de farinha, mas no momento a obra se encontra parada.

apropriação dominantes. As experiências sociais de uso comunitário dos recursos naturais e dos espaços têm sido consideradas como formas potenciais de “desenvolvimento sustentado” (DIEGUES; MOREIRA, 2001).

A casa de farinha ou “retiro” é o lugar onde se fabrica a farinha de mandioca. Esse produto foi durante muito tempo considerado um dos principais produtos para a comercialização das famílias, hoje a prioridade é para os frutos, pelo fato de alguns deles terem alcançado maior valorização no mercado. Segundo as famílias entrevistadas que trabalham no fabrico da farinha, afirmaram que a produção é para o autoconsumo, devido se constituir como um produto essencial à alimentação e à subsistência destas famílias (ACEVEDO MARIN; CASTRO, 1998; SCOLES CANO, 2005; SIMONIAN, 2004a). No caso de Guajará Miri, a construção da casa de farinha comunitária foi uma conquista já que as famílias não possuíam os equipamentos necessários para montar o seu próprio “retiro” e ter maiores condições de produtividade da mandioca. As casas de farinha existentes na região eram bastante precárias que dificultavam o trabalho produtivo. Hoje as casas de farinha comunitárias, em cada povoado, têm a mesma estrutura de construção com suas laterais em alvenaria, piso cimentado e cobertura de telha de barro (Fotografia 13).



Fotografia 13 - Casa de farinha comunitária do povoado da Matinha
Fonte: Freire (2008)

No interior do barracão encontram-se alguns equipamentos coletivos necessários para a fabricação da farinha, como o forno, a caixa de ralar mandioca e a caixa de coar. Os instrumentos utilizados na produção da farinha são quase todos fabricados na própria comunidade, com exceção do forno de torrar farinha, que por ser de cobre ou ferro foi

adquirido fora de Guajará Miri. A muralha para colocar o forno é construída em barro, e a caixa de ralar e de coar mandioca, feitas de madeira retirada da mata local (Fotografias 14 e 15).



Fotografia 14 - Caixa de coar mandioca na casa de farinha do povoado da Vila
Fonte: Freire (2008)



Fotografia 15 - Caixa de ralar mandioca na casa de farinha do povoado da Vila
Fonte: Freire (2008)

Outros utensílios são de uso individual das famílias, a exemplo do tipiti para espremer a mandioca, a peneira, o rodo e o remo, todos de fabricação local e de recursos retirados da floresta.

Outro equipamento comprado para a casa de farinha foi um motor de ralar mandioca (Fotografia 16). Esse equipamento possibilita às famílias ralar em pouco tempo uma quantidade maior de mandioca, o qual fica guardado na casa de uma família na comunidade e este é entregue a cada pessoa que precisar utilizá-lo, terminando o serviço o equipamento é entregue novamente na casa do responsável por este equipamento.



Fotografia 16 - Motor de ralar mandioca da casa de farinha da Matinha
Fonte: Freire (2008)

Na comunidade não existem regras escritas para as famílias utilizarem a casa de farinha comunitária. Então quem chegar primeiro no “retiro” faz a sua farinha e os demais aguardam até chegar a sua vez.

Na comunidade a proporção de famílias que utilizam a casa de farinha é de 37%. As 63% que disseram não utilizar o espaço comunitário, deve-se ao fato de suas roças ainda estarem verdes, ou mesmo não estarem fazendo roça na época da pesquisa. Nove famílias possuem seu próprio retiro. Outras famílias afirmaram utilizar a casa de farinha de familiares. Os grupos familiares que beneficiam farinha e cujo povoado ainda não possui a casa de farinha, se deslocam até o povoado mais próximo onde há o “retiro” comunitário para realizar a produção. Em São Miguel todas as famílias utilizam o “retiro de dona Geralda”, única moradora que possui forno para fabricar farinha. Os “retiros” particulares na comunidade se encontram em grande parte às proximidades da casa e têm estrutura bastante rudimentar (Fotografia 17).



Fotografia 17 - Casa de farinha de dona Geralda no povoado de São Miguel

Fonte: Freire (2008)

3.3 PROJETOS COMUNITÁRIOS

Há outros projetos da comunidade que tem fins produtivos como: o projeto de manejo do açaí; o projeto de criação de galinhas e construção de um aviário; o projeto APIÁRIO de produção de mel de abelha; o projeto para a plantação de pripioca; a horta comunitária e de plantação de banana e o projeto de plantação de flores. Todos esses projetos são de acesso e de uso restrito dos associados e foram implantados em parceria com o Programa Raízes, para propiciar alternativas econômicas de geração de renda para as famílias, assim como, assegurar a gestão no uso dos recursos limitados na comunidade. Segundo Diegues e Moreira (2001), esses arranjos são permeados de forte relação de parentesco, compadrio e vizinhança, onde a confiança no indivíduo é determinante para a efetivação de qualquer projeto de reprodução e transformação social e econômica.

Essas novas alternativas foram implementadas considerando que Guajará Miri, assim como as diversas comunidades amazônicas, vêm passando por intensas transformações socioculturais e de utilização dos recursos naturais que tem alterado hábitos de consumo aumentando a dependência do mercado. Portanto são essas as principais questões que têm justificado o incremento e financiamento de iniciativas comunitárias em Guajará Miri. Segundo o IDEFLOR (2008), essas experiências compõem atualmente 35 milhões de hectares do estado do Pará, onde estão organizados 500 mil produtores agroextrativistas e florestais.

Essas iniciativas são alternativas organizadas em diferentes modalidades de uso e manejo dos recursos naturais, o que expressa grande potencial de recursos locais disponíveis.

Em Guajará Miri esses projetos passam por sérios problemas, alguns deles nem existem mais, outros estão parados e os poucos que resistem passam dificuldades relacionadas, principalmente, à falta de recursos e orientação técnica. Por conta disso várias famílias desistiram; apenas 14% disseram estarem vinculadas a algum desses projetos. Segundo José Carlos Galisa (liderança da comunidade), o projeto de manejo de “açazais” nativos está funcionando próximo ao ramal do trapiche, no povoado da Vila. No entanto, a proposta era para iniciar no povoado da Matinha onde há uma área de igapó com inúmeras palmeiras de açaí. O projeto não funcionou de forma satisfatória desde o início.

Na implantação do projeto participaram mais de 20 famílias, atualmente são apenas sete. Foi repassado um recurso no valor de R\$5.000,00 para a limpeza e manejo de mais ou menos cinquenta hectares de área produtiva. Foi proposta a realização de um curso de manejo, mas não foi suficiente para qualificar de forma eficiente as famílias na atividade. Considerando a falta de experiência na prática do manejo e apoio técnico durante o desenvolvimento do projeto, as famílias investiram o recurso na compra de equipamentos de trabalho como faca, bota, lima, terçado; alimentação para os participantes do projeto durante o desenvolvimento das atividades e a roçagem de uma área de mais ou menos 20 hectares. Com esses investimentos o recurso acabou e não foi aplicada a “anelação” nas árvores, o que inviabilizou a continuidade do projeto.

Nós roçamos tipo vinte hectares de açazal, só que acabou o recurso e a gente não fez a anelação nas árvores, então praticamente não deu o resultado esperado, que a idéia talvez fosse a gente trabalhar uma área menor, mas concluir, né? E a gente não concluiu aí o pessoal acabou desistindo e hoje tá livre é uma área que tá livre, que todo mundo pode tirar, mas é uma área que ainda precisa ser trabalhada melhor, porque na época não foi (José Carlos Galisa, liderança da comunidade e morador do povoado da Vila).

As famílias que permanecem, cultivam uma área de mais ou menos dois hectares. A falta de recursos e o desconhecimento de práticas de manejo, assim como a falta de capacitação das famílias para desenvolver habilidades de gestão de projetos comunitários, levaram à desmotivação e à saída de vários grupos do projeto. Contudo, mesmo com as fragilidades internas do projeto, o grupo que permanece tem medido esforços para dar continuidade ao trabalho. Sempre às quartas-feiras o grupo se reúne e faz um mutirão para a limpeza do local. Segundo o coordenador do projeto, o sr. Guarin, na safra passada do açaí

(junho a dezembro de 2007) a comercialização era realizada quase todos os dias da semana e eram vendidas em média quatro basquetas no Porto da Palha. Como na safra há uma queda no preço do açaí devido à concorrência, as basquetas eram vendidas a R\$10,00, mais ou menos. A renda adquirida com a venda do fruto só foi distribuída em dezembro de 2007. Cada um dos membros recebeu R\$190,00 igualmente.

Embora os resultados econômicos da nova atividade ainda não seja o desejado pelas famílias, a prática do manejo coletivo e a utilização de novas técnicas produtivas vêm possibilitando ao grupo o fortalecimento da solidariedade e o uso dos recursos de forma eficiente, a fim de garantir a sustentabilidade dos mesmos.

O projeto Apiário, para a criação de abelhas e a produção de mel, também financiado pelo Programa Raízes, e implantado às proximidades dos povoados da Vila, Matinha e Vila da Paz, estava parado na época da pesquisa, devido ao inverno. Durante o período de chuvas fica muito difícil a continuidade dos trabalhos, pelas perdas na produção, sendo melhor aguardar o verão para retomar as atividades.

O projeto iniciou com dez famílias e atualmente estão apenas quatro. Embora os participantes tenham recebido orientação técnica no início, a capacitação não foi suficiente para garantir a autogestão de um empreendimento de apicultura. O curso foi básico, havendo necessidade de conhecer aspectos mais complexos da atividade, o que tem levado à perda de algumas colméias. O Projeto foi implantado de forma experimental, sendo produzidas poucas colméias, insuficiente para gerar renda para tantas famílias. Para uma família seriam necessários vinte caixas, como afirma José Carlos Galisa:

Então falta um recurso pra ampliar isso daqui, porque pra gerar renda um projeto de apicultura, segundo o técnico, seriam 20 caixas, 20 colméias pra cada uma família [...] Então é apenas uma experiência mesmo, que gerando renda não tá.

Já houve comercialização de alguns litros de mel, mas a renda adquirida com a venda não foi distribuída entre os membros do empreendimento que alegaram problemas relacionados à contabilidade da comercialização.

O projeto de criação de galinhas foi implantado no povoado da Matinha. A Associação recebeu do Governo do Estado o valor de R\$5.000,00, direcionado para compra de materiais para montar as instalações para a criação e produção de ovos de galinha. O projeto funcionou por pouco tempo, pois o recurso não foi suficiente para a compra de insumos para a alimentação das galinhas e os ovos que foram comercializados no início da implantação do

projeto não foram suficientes para sustentar financeiramente o empreendimento. Assim, a falta de recursos financeiros e de orientação técnica, e principalmente, sobre os aspectos da gestão do empreendimento produtivo, levou os associados a abandonar o projeto em pouco tempo, como afirma o presidente da AMOPROQG.

Eu acho que é por falta de recurso que é muito pouco, porque, por exemplo, eles fazem um projeto de cinco mil, mas quando o dinheiro cai no banco era descontado uma taxa. Aí quando chegava o dinheiro, por exemplo, pra galinha, veio cinco mil reais, aí tinha que comprar brasiliti, tinha que comprar tudo lá em Belém, a madeira [...]. Aí quando acabou o dinheiro ficou ruim, porque as galinhas comiam muito e não tinha ração, aí vendendo só os ovos também não dava. Aí também tinha uma coisa errada que eles faziam (vendiam e não consultavam ninguém). Aí acabou, por isso que o projeto não deu certo (Sr. Ieldo, presidente da Associação).

Os projetos de plantação e comercialização da pripioca e de flores foram realizados por mulheres do povoado do Cruzeirinho. O de flores foi implantado no terreno da professora da localidade que cedeu um pedaço do seu sítio para o empreendimento coletivo, mas no momento se encontra parado por falta de recursos e orientação técnica (Fotografia 18). A pripioca continua sendo cultivada com a participação de um número reduzido de mulheres. A falta de experiência no cultivo tem gerado muitos problemas e por conta disso, a produção mensal é bastante reduzida.



Fotografia 18 - Projeto de cultivo de flores no povoado do Cruzeirinho parado por falta de orientação técnica e recursos financeiros

Fonte: Freire (2008)

Segundo Simonian (2004a), projetos comunitários são fundamentais para garantir a sustentabilidade de populações tradicionais. Tais projetos ajudam na melhor tomada de decisões sobre o aproveitamento sustentável e gestão integrada dos seus recursos proporcionando novas possibilidades de renda.

No caso de Guajará Miri, os projetos comunitários foram implantados sob a forma de experiências piloto e de modo isolado o que comprometeu a continuidade das ações. Nenhuma dessas iniciativas se encontra consolidada, pois as famílias não adquiriram experiências suficientes para a gestão desses projetos.

A maioria desconhece as técnicas necessárias para o manejo, a criação de animais, a apicultura, a produção de plantas e frutos que incorporam técnicas inovadoras e investimento financeiro elevado. Para cada projeto eram necessários mais recursos e acompanhamento técnico contínuo, por parte das instituições envolvidas, principalmente, durante a fase de estruturação das atividades e até o momento em que o grupo estivesse em condições de consolidá-lo e aptos para a autogestão desses pequenos empreendimentos produtivos. Esses fatores levaram à parada na condução dos projetos e a saída de várias famílias da produção coletiva, tornando a maioria dos projetos ineficazes para a sustentação e o desenvolvimento da comunidade.

Diegues e Moreira (2001) afirmam que para as ações coletivas de uso dos recursos naturais e do espaço alcancem resultados positivos é necessário que estas estejam amparadas por uma organização social mais ampla e por uma ideologia pautada no coletivo, a fim de fazer frente ao individualismo e a interesses estritamente econômicos. Mas também, em se tratando de populações que dependem substancialmente dos recursos naturais, a exemplo do extrativismo, é necessário que haja aplicações de processos econômicos, voltados para a obtenção de inovações tecnológicas, a fim de ultrapassar a simples coleta dos recursos. Assim, Campos (2002) considera que a extração dos recursos naturais não deve estar dissociada do cultivo, da criação e do beneficiamento dos produtos.

As estruturas produtivas não estão avessas ao progresso técnico, ao contrário, as inovações aplicadas à produção das populações rurais da Amazônia devem ser vistas como novas alternativas de sobrevivência econômica, relacionadas à prioridade de sustentabilidade dos recursos naturais para a sobrevivência das populações atuais e das gerações futuras.

Ainda, segundo Campos (2002), as novas técnicas produtivas devem estar de acordo com as especificidades e demandas locais, indo muito além do conhecimento formal acadêmico/científico e transferível, dado por instituições de apoio, mas no conhecimento

tácito, “cumulativo” (local), que tem haver com os saberes e práticas tradicionais. Só assim será possível gerar novas tecnologias capazes de transformar a realidade local. Para isso, há a necessidade que a comunidade possa se organizar e fortalecer redes socioeconômicas internas pautadas na cooperação e na confiança (PUTNAN, 2000), para o desenvolvimento de ações coordenadas de cooperação com diferentes atores, seja o governo, seja da sociedade. Isto pode ser chamado de arranjos institucionais que propiciem espaços para a troca de experiências entre a comunidade e demais parceiros.

4 ATIVIDADES PRODUTIVAS E ARRANJOS DA PRODUÇÃO: ESTRATÉGIAS MONETÁRIAS E NÃO-MONETÁRIAS

A organização econômica de Guajará Miri é baseada na produção agroextrativista, principalmente com a coleta de frutos e a produção de farinha. Essa forma de produção vem desde o período colonial, em que as unidades produtivas do Baixo Acará e de todo o estuário amazônico produziam para o auto-consumo e para o abastecimento de um mercado que girava em torno dos portos de Belém.

A produção na comunidade inclui o cultivo da mandioca para a produção da farinha; a coleta do açaí, cupuaçu, uxi, biribá e outros frutos; carvão vegetal; espetos de bambu; ervas medicinais e a fabricação de alguns utensílios domésticos confeccionados de fibras vegetais (tipiti, paneiro, rasas, peneira), como observado em depoimento dos moradores mais antigos de Guajará Miri²⁰:

Eu trabalhava em roça, plantando maniva, milho, plantando essas coisas, aí fazia carvão, ia pra cidade com a mão cheia de carvão (o carvão era empalhado no paneiro), farinha, pupunha, cupuaçu, essas frutas sempre tiveram. A canoa era a remo, botava a carga lá no porto (quando era a hora da maré pegava a canoa e enchia a carga), ia o piloto, mas quando não tinha ginga era pilotado a remo de mão e ia embora lá pra cidade. Vendia as coisa no Porto da Palha, Conceição, Pariquis, Ouvidio Bastos, Porto do Sal (Sr. Cílo, 84 anos).

Eu trabalhava na lavoura, fazendo farinha, vendia macaxeira, lenha, mamão, ervas cheirosas. As famílias faziam peneira, faziam tipiti e vários outras coisa pra sobreviver. Faziam caieira. Vendiam no Ver-o-Peso. Não vendiam no Porto da Palha porque ali era um aningal. O transporte era feito em “montarias” (remando) vendia o produto e fazia compra e voltava. Era preciso remar muito. Saia de madrugada, muitas vezes por debaixo de chuva. Ia e vinha por baixo de chuva (Seu Dorival, 88 anos, neto de escravo).

Diante do exposto, a comunidade de Guajará Miri desde tempos imemoriais pratica a produção tanto para o consumo quanto para atender ao mercado de Belém. Atualmente, a produção das famílias é destinada quase que completamente para a comercialização, como é o caso dos frutos regionais em épocas de safra, o carvão vegetal e o espeto de bambu, cujo ingresso monetário, obtido com a comercialização é a principal fonte de renda dessas famílias. Já o cultivo da mandioca para a fabricação da farinha e os utensílios domésticos confeccionados artesanalmente são basicamente para o auto-consumo e o uso familiar. Neste aspecto, Brasil (2000) e Lima e Alencar (2000) concordam com essa afirmativa e acrescentam

²⁰ Dentre os moradores mais antigos da comunidade estão os netos de escravos.

que as alternativas de sobrevivência de populações amazônicas, ao longo do tempo, sempre foram baseadas nas atividades agroextrativistas, além da pesca e a caça que são destinados para o auto-consumo e o restante comercializado nos mercados locais.

A produção e a coleta dos frutos de Guajará Miri são realizadas nos sítios particulares manejados tradicionalmente. Estes sítios incorporam áreas de “capoeira” (mata secundária), várzeas e igapós. A produção e o trabalho são guiados pelo tempo da natureza (ACEVEDO MARIN; CASTRO, 2004; CASTRO, 2003), ou seja, a sazonalidade.

A sazonalidade segue um calendário climatológico marcado por uma estação do ano mais chuvosa (inverno) e outra menos chuvosa (verão), influenciando diretamente na dinâmica econômica das famílias e, conseqüentemente, na obtenção da renda. Neste caso, a dedicação das famílias para a realização das atividades produtivas leva em conta a sazonalidade produtiva, pois durante o inverno a jornada de trabalho maior das famílias é voltada para a coleta do uxi, cupuaçu, biribá, mari, piquiá, ingá, dentre outros. No verão, os produtores se voltam quase que inteiramente para a coleta do açaí. A produção da farinha de mandioca exige um tempo de trabalho das famílias que dura o ano todo e se intercala com a coleta dos frutos e outras atividades produtivas (produção de artesanato, coleta de ervas medicinais etc) e não produtivas (prestação de serviços).

Como citado anteriormente, as famílias de Guajará Miri entende por verão o período menos chuvoso que vai de julho a dezembro, e por inverno, o período com maior frequência de chuvas que começa em janeiro e finaliza em junho. Esse calendário climatológico influencia diretamente na dinâmica econômica da comunidade.

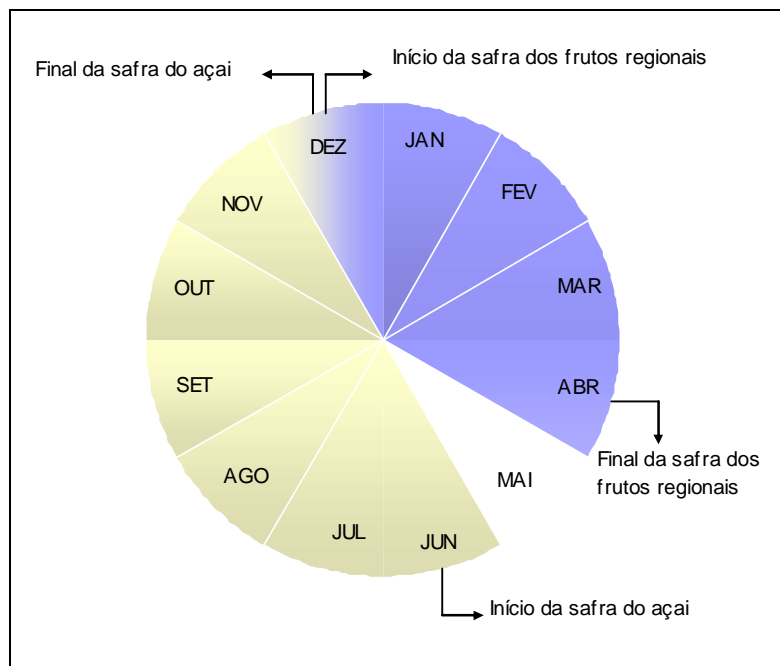


Gráfico 6 - Ciclo da produção do açaí e outros frutos regionais em Guajará Miri, fevereiro de 2008

Fonte: Freire (2008)

Nas áreas de várzea, a safra do açaí começa no final inverno entre os meses de maio e junho, quando as chuvas não são tão intensas, e termina mais ou menos em outubro. Para quem mora nas áreas de terra firme a safra desse fruto começa em meados de julho, e até um pouco mais tarde, e termina entre os meses de dezembro e janeiro (Gráfico 6).

De dezembro a abril, ou seja, no início do inverno, começa a safra de uxi, pupunha, cupuaçu, biribá, bacuri, mari, piquiá, cacau e outros frutos (Gráfico 6). As famílias que mais se beneficiam com essa safra são as que moram em terra firme, excetuando-se o cacau que é coletado, com maior frequência, pelas famílias moradoras das áreas de várzea.

Em relação à agricultura na comunidade, a pesquisa revelou que a atividade mais frequente entre as famílias de Guajará Miri é a plantação de roça para a produção da farinha de mandioca. As roças são abertas tanto nas áreas dos sítios das famílias, como fora dessa extensão particular e segue um calendário agrícola definidos pela divisão entre o inverno e o verão, e utilizando o método tradicional do corte e queima para o preparo da área.

A chamada “roça de inverno”²¹ (ACEVEDO MARIN; CASTRO, 2004; CASTRO 2003; SCOLES CANO, 2005) é aberta entre os meses de setembro e outubro, iniciando com a “derrubada” da mata, seguido da queimada da área no mês de novembro. Algumas semanas

²¹ Denominação utilizada pelas famílias de Guajará Miri.

após a queimada a terra está apta para o plantio da mandioca. Posteriormente, são realizadas três capinas na área, necessárias para evitar ervas daninhas e outros danos, que podem afetar negativamente a plantação da mandioca, obtendo assim, um bom desenvolvimento da agricultura e do produto. A primeira capina é realizada logo após o plantio da mandioca, entre os meses de janeiro e fevereiro. Já para a segunda e terceira capina são dados prazos maiores para realizar a atividade. Após alguns meses da última capina, as famílias podem iniciar a colheita da mandioca²², de acordo com a necessidade da unidade familiar. A mandioca é transformada em farinha, farinha de tapioca, tucupi, goma e outros produtos necessários ao consumo e renda familiar (Gráfico 7).

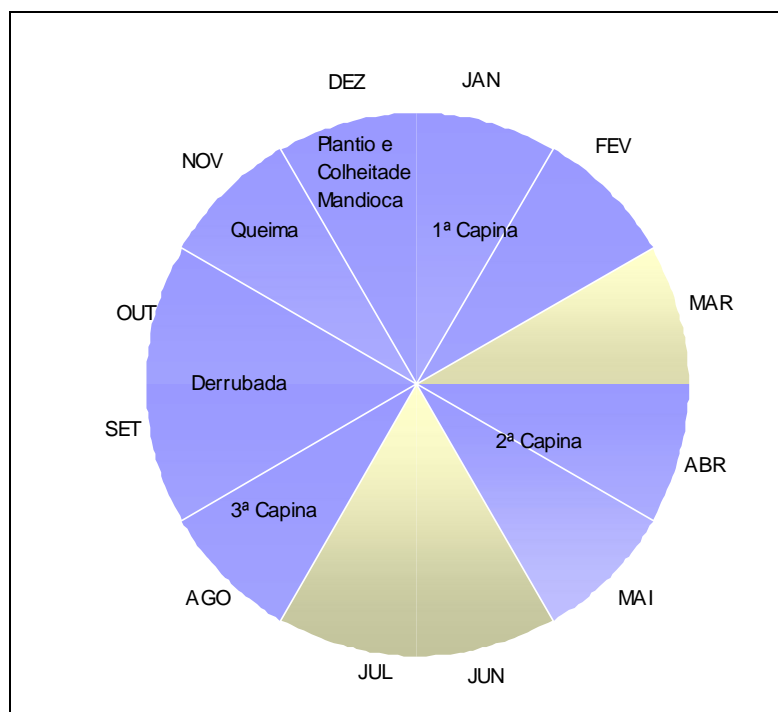


Gráfico 7 - Ciclo produtivo da roça de inverno em Guajará Miri, fevereiro de 2008
Fonte: Freire (2008)

As “roças de verão”²³ (ACEVEDO MARIN; CASTRO, 2004; CASTRO 2003; SCOLES CANO, 2005) inicia no mês de julho, e posteriormente são dadas as sequências das atividades de queima, plantio, capinas e colheita da mandioca (Gráfico 8).

²² Dependendo da espécie de mandioca a colheita do produto pode ser realizada no período de um ano ou mais, conforme informações das famílias.

²³ Denominação utilizada pelas famílias de Guajará Miri.

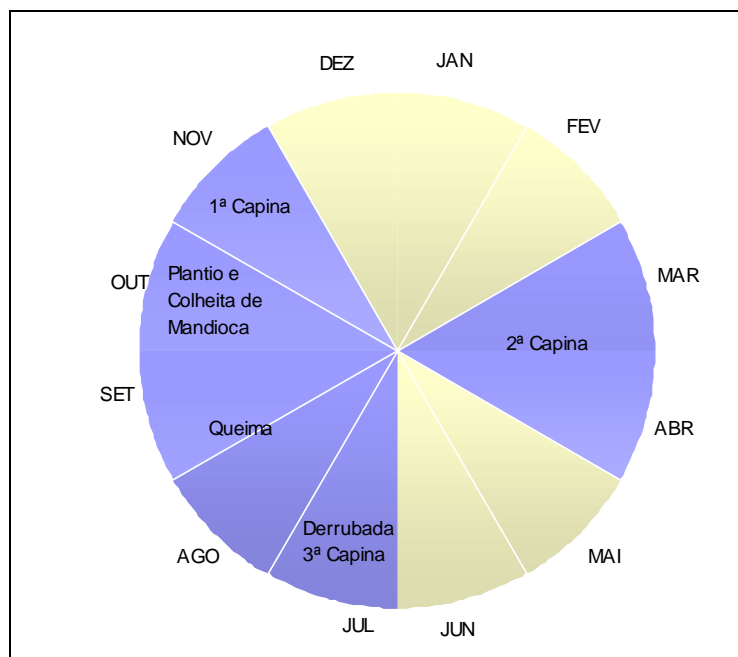


Gráfico 8 - Ciclo produtivo da roça de verão em Guajará Miri, fevereiro de 2008

Fonte: Freire (2008)

Em termos de produtividade de farinha na comunidade é importante ressaltar que a farinha de mandioca é fabricada basicamente para o consumo familiar, pois na época do levantamento de campo (fevereiro de 2008) apenas uma família comercializou este produto. Entre as famílias que trabalharam na atividade de beneficiamento do produto, estas destinaram apenas para o auto-consumo, de forma que a farinha de mandioca é um importante produto não-monetário de subsistência em Guajará Miri.

Dessa forma, as famílias na comunidade dividem seu tempo de trabalho entre a coleta de frutos, a plantação da mandioca e produção da farinha, produção artesanal, coleta de ervas, a prestação de serviços e outras atividades de cunho monetário e não-monetário como estratégia de sobrevivência adotada pelas famílias.

4.1 ESTRATÉGIAS MONETÁRIAS DE OBTENÇÃO DE RENDA

As estratégias de obtenção de renda adotadas pelas famílias de Guajará Miri dividem-se entre as atividades produtivas (coleta de frutos, produção de artesanato e coleta de ervas medicinais) que são direcionadas para a venda no mercado, e as atividades não-produtivas (serviços prestados, aposentadoria, Bolsa-Escola, “bolsa areal”).

Em se tratando das atividades produtivas, as famílias da comunidade coletam os frutos de acordo com a sazonalidade que se divide entre a safra dos principais produtos comercializados pelas famílias: o açaí, no período menos chuvoso; e a dos frutos regionais de cultura permanente (pupunha, cupuaçu, biribá, uxi, mari, o piquiá e outros) no período mais chuvoso. Essas atividades produtivas são as mais economicamente viáveis, para obtenção de renda, durante as épocas de safra no ano.

A pesquisa de campo foi realizada durante a safra dos frutos regionais, sendo observada a coleta e a comercialização principalmente de cupuaçu, pupunha, biribá, mari, piquiá, uxi, e abacaba, dentre outros produtos, o que representa na época 42% de produtos com maior relevância para o mercado (Gráfico 9).

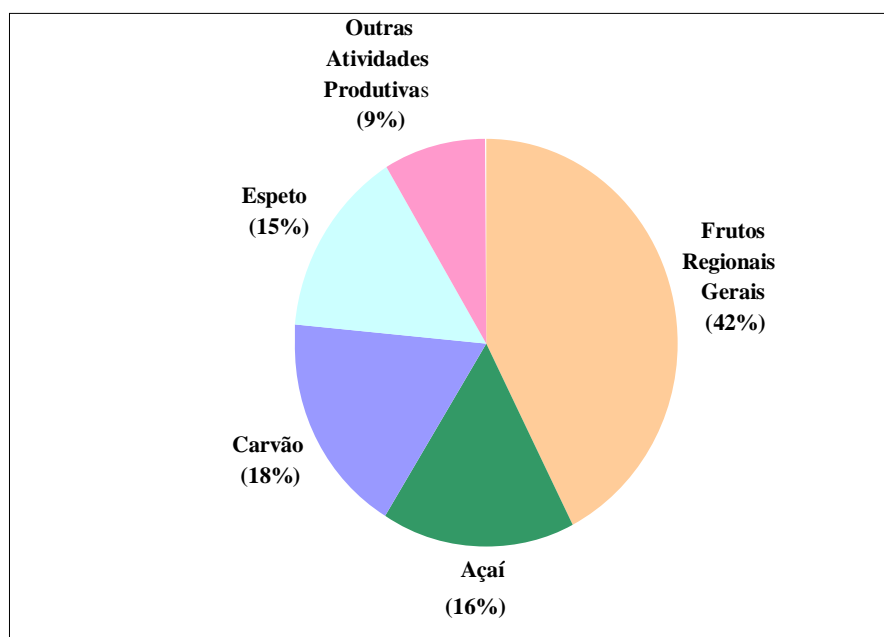


Gráfico 9 - Principais produtos que contribuem para a obtenção de renda das famílias de Guajará Miri, fevereiro de 2008

Fonte: Freire (2008)

Nessa época as famílias de Guajará Miri, dedicam a maior parte do seu tempo à coleta e à comercialização dos frutíferos, pois a obtenção de renda monetária da maior parte das unidades familiares é proveniente dessa atividade. Essas práticas têm também sido observadas por outros pesquisadores, inclusive por Shanley e Gaia (2004) na ilha do Combu, às proximidades de Belém, onde 92% da população local tinha como principal fonte de renda o

extrativismo de produtos florestais, o que enfatiza a importância dessa economia para comunidades rurais que habitam em diversos locais do estuário amazônico.

Além da comercialização desses frutos, a produção do carvão vegetal, dos espetos de bambu e de outros produtos (utensílios domésticos de fibras vegetais, fabrico do tucupi e tapioca) geram ingressos monetários complementares de renda e são produzidos durante todo o ano, no entanto, dependendo da estação, essas atividades produtivas podem diminuir a intensidade produtiva. O açaí, embora fora da safra a coleta do fruto no período (fevereiro 2008) ainda contribui consideravelmente para o rendimento familiar. Da mesma forma, Scoles Cano (2005) identificou que as atividades agroextrativistas tradicionais são as principais fontes de renda das famílias de Itancoã, especialmente, a venda de frutas regionais e as sacas de carvão vegetal.

4.1.1 Produção de açaí

O açaí é a principal fonte de alimentação e de renda na época da safra para as famílias de Guajará Miri. Os açazeiros crescem livremente nos sítios das famílias e são manejados tradicionalmente. Na região o açazeiro geralmente frutifica apenas uma vez por ano, mas em outras regiões o processo pode se dar de forma diferente (BRASIL, 2000). A palmeira do açazeiro é uma planta típica da região amazônica e do seu fruto é fabricado o “vinho de açaí”, com predominância no estado do Pará. Segundo dados do IDEFLOR (2008), em 2006, o estado do Pará foi responsável por 87% da produção nacional de açaí, o que corresponde a 88.547 toneladas do fruto e a uma receita de R\$95 milhões. É um produto tradicional na dieta alimentar de grande parte da população da região, principalmente, das camadas mais pobres. Do açazeiro se extrai também o palmito que abastece as indústrias do ramo.

Na comunidade do Cruzeirinho algumas famílias trabalham retirando palmito durante o inverno, mas há o cuidado de não prejudicar o desenvolvimento das palmeiras porque o objetivo maior é a extração do açaí:

Tinha açaí em abundância, mas a gente não vivia da venda do açaí porque havia poucas pessoas [...]. O açaí era pouco comercializado. Nessa época não tinha grande quantidade de batidores de açaí na cidade, então era pouco consumido. O açaí era mais amassado na munheca (Sr. Dorival, 88 anos).

Segundo Brasil (2000), o fruto do açaí, passou a ser explorado comercialmente somente nas últimas duas ou três décadas, em razão, principalmente, da diminuição de

açazeiros ao redor dos centros urbanos como consequência do crescimento populacional nessas áreas. Com a urbanização as áreas que possuíam esses recursos foram devastadas a fim de dar lugar às moradias para a atender a crescente população. Com o aumento considerável da população nas cidades, houve, em igual medida, o aumento do consumo do “vinho do açaí” o que estimulou as populações rurais de áreas com potencial desse recurso a produzir e comercializar o fruto, pois até então só produziam para o auto-consumo. Desta forma, a exploração e o plantio do açazeiro veio se tornar razoavelmente lucrativo para aqueles que as praticam. No Guajará Miri, durante a safra do açaí as famílias ocupam-se principalmente nesta atividade, que é considerada como uma das mais rentáveis.

A safra do açaí acontece, principalmente, durante o verão, iniciando no final do inverno (meados de maio e junho) para os moradores das áreas de várzea, que são os mais beneficiados com a comercialização dos frutos, que se dá com maior intensidade nos meses de julho, agosto e setembro. Em outubro o fruto já começa a escassear para os moradores da Beira do Rio.

Para as famílias que moram em áreas de terra firme a safra do açaí inicia em meados de agosto. Nos meses de outubro e novembro é que essa população obtém a maior renda com a comercialização do fruto. Porém há algumas famílias que tem parte do seu sítio em áreas de igapós, nestes locais os açazeiros começam a produzir o fruto já em maio ou junho, no entanto, a retirada do fruto, nesse período é direcionada basicamente para o consumo da família.

O final da safra do açaí para as famílias que moram na área de terra firme é entre os meses de dezembro e janeiro, sendo que foi constatado em campo que esse período se estende até o mês de fevereiro, pois nesse mesmo mês, 16% das famílias ainda comercializavam açaí, embora em pequena quantidade.

Durante a safra do açaí a coleta é realizada diariamente para atender o mercado, mas há sempre uma quantidade disponibilizada para o consumo familiar no dia.

O processo para a coleta do açaí inicia com a ida do coletor às áreas já observadas com frutos maduros para o consumo. Alguns açazeiros ficam muito próximos da casa, outros mais distantes. O passo seguinte se dá com a subida do coletor na palmeira; para isso se utiliza um suporte para os pés, confeccionado com algumas folhas do próprio açazeiro denominado de “peconha”, que facilita a subida na palmeira. Com esse apoio o coletor sobe até o topo da palmeira onde está o cacho do açaí, retira-o e desce muito rápido até o chão para “debulhar o açaí”. Esse processo implica muitos perigos ao coletor, pois tem produtores que sobem no açazeiro com um facão ou faca preso à bermuda ou na boca, geralmente sem camisa,

ocasionando acidentes (Fotografias 19 e 20). Sendo as estipes muito finas, muitas vezes não suportam o peso do coletor, e caem causando acidentes graves, levando até a morte da pessoa. Neste tipo de trabalho é tradicional a utilização da mão-de-obra de jovens, adolescentes (sexo masculino e feminino), para realizar a tarefa de coletar o açaí já que a leveza e a destreza dos jovens contribuem para a realização da atividade. A prática de subir nas palmeiras é um conhecimento que é adquirido muito cedo e não é percebido como forma de exploração do trabalho infantil no interior da unidade familiar. Essa tarefa é realizada como forma de distribuição e divisão do trabalho para a reprodução socioeconômica da família.

O último passo é realizado com a “debulha” do açaí na rasa (Fotografia 20). Para a coleta do açaí há a necessidade de pelo menos duas pessoas: uma delas é responsável em apanhar os cachos e outra debulha. Dessa forma a atividade é realizada com maior agilidade, garantindo uma maior produtividade.



Fotografia 19 - Produtor apanhando açaí no povoado da Vila
Fonte: Freire (2008)



Fotografia 20 - Debulha do açaí no povoado da Vila
Fonte: Freire (2008)

O beneficiamento e a comercialização do açaí se dão de várias formas. Famílias dispostas de máquina elétrica de bater açaí em sua residência recebem solicitações da vizinhança para beneficiar o fruto em troca de uma dada quantidade do vinho para consumo

próprio. Outras famílias, fora da safra do açaí, compram aos sábados o fruto no mercado de Ver-o-Peso, em Belém, geralmente uma rasa²⁴ e levam-o para seus domicílios, onde o beneficiam em uma máquina manual projetada pela própria família para “bater” o açaí e o vinho é comercializado no povoado São Miguel a R\$ 2,50 cada litro. Uma família produz em média 18 litros de vinho.

Em geral as famílias de Guajará Miri possuem em seu domicílio, uma batedora manual de açaí, confeccionada artesanalmente, sendo de grande utilidade para a produção do vinho em substituição à forma manual de amassar o açaí com as mãos. Esse mesmo utensílio doméstico também foi citado por Scoles Cano (2005), como um equipamento utilizado por uma grande parte das famílias de Itancoã (Fotografia 21).



Fotografia 21 - Máquina manual de bater açaí de uma família no povoado do Bacabal

Fonte: Freire (2008)

A máquina é confeccionada com um suporte de madeira que apóia um tubo grosso de plástico com um furo no centro e uma tampa de alumínio com vários pequenos furos. O açaí é colocado dentro do recipiente de plástico e uma espécie de maçaneta giratória, também em madeira, que amassa o açaí ao mesmo tempo em que contribui para o despulpamento do fruto que vai sendo transformado em vinho à medida que se acrescenta água. Esse equipamento é

²⁴ A rasa é um utensílio artesanal confeccionado com talas de guarumã e serve para acondicionar vários produtos entre eles o açaí. Cada uma rasa equivale a 2 latas de açaí.

de grande utilidade para as famílias; aquelas que não possuem o equipamento doméstico socializam com parentes ou vizinhos da comunidade a utilização da máquina.

4.1.2 Demais frutos regionais

Para os demais frutos regionais a safra inicia em dezembro e permanece até meados de abril. Neste período as famílias que mais se beneficiam com a venda desses produtos são as que moram nas áreas de terra firme. Entre os meses de maio, junho e julho, aquelas famílias que dependem da comercialização desses frutos encontram muitas dificuldades financeiras. É neste momento que atividades produtivas complementares de renda se tornam extremamente importantes para a sobrevivência das famílias.

A preferência para as coletas dos frutos pelas pessoas é maior durante as primeiras horas da manhã ou durante a tarde. Alguns praticam a coleta em dias alternados dependendo da necessidade de comercialização ou até mesmo de consumo. Em Guajará Miri, como o dia melhor para comercialização da produção no Porto da Palha é aos sábados, a quinta e sextas-feiras são os dias de maior fluxo de coleta dos frutos. Estes vão sendo acumulados durante alguns dias da semana, dentro da casa ou mesmo são deixados em baixo das árvores até o dia da coleta, caso não haja perigo dos frutos serem roubados ou mesmo comidos por animais.

As mulheres e principalmente as crianças e jovens participam ativamente da coleta manual dos frutos que caíram das árvores, podendo até mesmo as crianças realizar a coleta, geralmente, sem perigos. A exceção é a coleta da pupunha, da abacaba e da jaca; esses frutos exigem operações mais complicadas, as quais são destinadas a adultos e jovens. Para apanhar a pupunha e não se ferir nos espinhos da pupunheira as famílias colocam uma vara de bambu encostada na palmeira à altura do cacho e o coletor sob na vara de bambu com uma peconha atada aos pés, mas para isso há a necessidade da ajuda de uma segunda pessoa que fica em baixo, segurando a vara para que a mesma tenha mais firmeza e não balance com o movimento do coletor (Fotografia 22).



Fotografia 22 - Família da Matinha realizando a coleta da pupunha
Fonte: Freire (2008)

Depois do cacho coletado é feita a limpeza do mesmo retirando os frutos que não estão bons para comercializar, geralmente aqueles comidos por animais ou mesmo estragados naturalmente, depois se corta os talos e a pupunha está pronta para ser vendida. Os frutos que não estão bons para serem comercializados, ou não de boa qualidade, na maioria das vezes, são destinados para o consumo familiar.

A área de Guajará Miri é rica em espécies frutíferas que proporcionam melhores rendas no mercado local. Os produtos que foram mais comercializados, pelas famílias da comunidade, em fevereiro de 2008, foram o cupuaçu, pupunha, biribá, piquiá, bacuri e o cacau (Tabela 3). O cacau é produzido somente pelas famílias da Beira do Rio. Uma das famílias entrevistadas da Beira do Rio disse comercializar a semente do cacau. Para uma das famílias produtoras de cacau, a última retirada do cacau foi de 50kg, a renda adquirida cobriu as despesas de uma semana aproximadamente da família. Nessa família o cacau é comercializado em sementes para a fabricação do chocolate. Para isso a família quebra o cacau ainda verde (porque é bom de ser comercializado) coloca em um tanque para que a poupa possa ser escorrida ficando somente a semente para ser comercializada. Segundo o chefe da família, as pessoas da casa não têm o hábito de consumir o cacau, nem mesmo para

fazerem o aproveitamento do suco, então toda a poupa retirada é estragada, diferentemente do açaí que é consumido diariamente.

Tabela 3 - Principais frutos comercializados pelas famílias de Guajará Miri, em fevereiro de 2008

Nº	Fruto	Quantidade	Unidade de medida
01	Cupuaçu	3720	Unidade
02	Pupunha	3296	Cacho
03	Biribá	1875	Unidade
04	Tucumã	52	Cento
05	Uxi	115	Cento
06	Mucajá	3	Sacola
07	Mari	4,5	Panero
08	Banana	13	Cacho
09	Abacaba	105	Lata
10	Jaca	15	Unidade
11	Piquiá	1430	Unidade
12	Bacuri	570	Unidade
13	Cacau	675	Unidade
14	Cacau	1020	Kg

Fonte: Freire (2008)

Assim como o açaí, a pupunha e o uxi tiveram um crescimento nas vendas e valorização do preço no mercado, tornando-se uma atividade bastante rentável para as famílias. Assim também, o biribá e o bacuri muito apreciados pelas famílias para o consumo, mas devido a sua valorização no mercado, acaba sendo destinado quase que exclusivamente para a venda.

Agora que alguns fruto tão tendo valor. A pupunha também a mesma coisa, agora tem um valor muito grande. O uxi também. Então eu acho que essas frutas tiveram um crescimento muito grande. Eu falo pros meus filhos: vão fazer sítio, que um dia vocês vão ter (Maria Antonia, moradora da Matinha).

O investimento na produção de sítios é atualmente para as famílias uma estratégia de sobrevivência, pois além de valorizar a terra, os frutíferos contribuem para obtenção de renda bastante lucrativa no período de amadurecimento dos frutos. Ainda assim, há na comunidade uma parcela de jovens que não querem mais trabalhar nas mesmas atividades dos pais ou dos

avôs. Os jovens tendem a realizar trabalhos mais diretamente vinculados às atividades da cidade, nesse caso, a capital, Belém. Dada a idade avançada de alguns pais, estes vão perdendo a energia do trabalho, e com isso, os meios de subsistência vão ficando comprometidos. Dessa forma a migração de jovens para as áreas urbanas pode contribuir para a fragmentação da cultura das populações tradicionais da Amazônia.

4.1.3 Produção de carvão

A produção do carvão vegetal é outra atividade produtiva direcionada basicamente para atender o mercado de Belém. Entre as famílias que já possuem sítios estruturados, a renda adquirida com a venda do carvão, em determinado período, serve para complementar a renda principal, proveniente da comercialização dos frutos, e nos períodos em que a comercialização dos frutíferos diminui, a produção do carvão passa a ser uma estratégia de sobrevivência. Já para os grupos domésticos que ainda não possuem sítios ou estão iniciando a plantação em seus terrenos a renda do carvão contribui consideravelmente para o sustento das famílias.

A atividade de corte e queima é realizada, principalmente durante o verão. Nesse período aumenta a quantidade de carvão. Apesar das restrições dos órgãos ambientais, a prática de produção do carvão é desenvolvida pela maioria das famílias de Guajará Miri. Mesmo no período do inverno quando a queima é quase que impraticável, 18% das famílias disseram produzi-lo no mês de fevereiro; uma produção de 740 sacas (Fotografia 23). Para essas famílias o melhor momento de produzir carvão é durante o inverno, porque o preço da saca é mais vantajoso dado a escassez no mercado e quando o controle da produção é mais efetiva.

O melhor momento de vender o carvão é no inverno porque o preço fica melhor. É nesse período que muita gente aqui se volta pras frutas e pára de produzir carvão. Então o preço fica melhor. É melhor também porque no período da chuva tem o controle melhor da temperatura da queima do carvão, já no inverno fica mais difícil de apagar (Sr. Vilô, morador da Matinha e produtor de carvão).

A justificativa para que grande parte das famílias se dediquem à produção do carvão é por ser uma fonte importante de renda. Sua produção não implica custos monetários elevados e a obtenção de renda é imediata, principalmente para as famílias que dependem de outra atividade que não seja a comercialização de frutos.



Fotografia 23 - Carvão estocado para a venda na Matinha

Fonte: Freire (2008)

Para Maria Antonia, moradora da Vila a produção do carvão é determinante para o sustento da família:

As pessoas viviam antes muito da produção do carvão. O pessoal aprenderam a fazer carvão e faziam muito carvão antes. Se um dia eu pudesse dizer pro Lula, quando eles lá proibem a gente de fazer carvão, eu dizia: a gente até pode deixar de fazer carvão, mas se ele fazer um projeto maior do que a renda de fazer carvão.

E ainda,

A gente sabe que é proibido fazer carvão, a gente sabe que a gente tá prejudicando a natureza e o meio ambiente. Mas se a gente parar de fazer carvão a gente morre de fome.

Em Guajará Miri as alterações no meio ambiente vêm ocorrendo desde os primeiros processos de ocupação da região. Do ponto de vista madeireiro, verifica-se que o pouco de madeira que ainda existe é extraído para a construção de habitações e outros usos domésticos, além do fabrico de lenha para o carvão. Na Amazônia a necessidade de utilização racional dos recursos naturais vem sendo discutida por diversos pesquisadores, profissionais da área e pelas próprias populações que dependem desses recursos. O que se busca nessa direção é a sustentabilidade dos processos de exploração dos recursos naturais, que são limitados, eficiência econômica e melhoria da qualidade de vida das populações (SIMONIAN, 2007). Para isso a comunidade vem lutando, embora ainda com muitas dificuldades, para garantir a

gestão dos seus recursos; e essa ação vem ganhando força através da organização das famílias e da gestão de uso coletivo ou gestão comunitária do território.

Embora algumas pessoas da comunidade tenham consciência dos efeitos prejudiciais da produção do carvão, não só ao meio ambiente, como também à saúde do trabalhador, as famílias não vêem alternativas de geração de renda rápida, que não seja o investimento no carvão. Em geral essa situação reflete a ineficiência dos projetos produtivos comunitários, implantados na comunidade e que não surtiram os efeitos desejados de geração de renda, o que leva a maioria dos pequenos empreendimentos à extinção. A prática produtiva realizada pelas famílias tem demonstrado a potencialidade local. No entanto, faltam políticas de incentivos para orientar a população às novas técnicas produtivas e recursos suficientes para a estruturação dos empreendimentos.

Para a produção do carvão as famílias extraem a madeira da mata local e queimam em um forno de barro, construído no próprio terreno ou em áreas próximas. O sistema de produção de carvão tem mudado as comunidades rurais. Antes se construíam as chamadas “caieiras”²⁵, mas atualmente preferem a produção em fornos.

O forno é cavado no solo e tem uma entrada maior na parte da frente e outra menor atrás para a saída de ar. O tamanho do forno varia muito; a profundidade da escavação é de mais de 1m, e a altura chega a superar 1,5m. O carvão fica pronto para a retirada quando o forno estiver completamente frio, o que pode ser identificado com o toque das mãos. No inverno, o tempo para o esfriamento total é menor, podendo levar até quatro dias, já no verão, é de seis dias ou mais (SCOLES CANO, 2005).

Neste processo, o maior problema é a insalubridade decorrente da produção e, principalmente, na retirada do carvão do forno, no término da queima, pois há a necessidade do carvoeiro entrar no forno para retirar todos os pedaços de carvão. As Fotografias 24 e 25 apresentam dois fornos, um pronto para a queima e outro no processo de queima do carvão.

²⁵ Forno para fabricar carvão cavado diretamente no solo e uma pequena abertura ao fundo para a saída de ar.



Fotografia 24 - Forno de carvão em São Miguel

Fonte: Freire (2008)



Fotografia 25 - Queima de carvão no forno, povoado da Vila

Fonte: Freire (2008)

Depois da produção de carvão é colocado em sacos de 80 litros e comercializado principalmente no Porto da Palha.

4.1.4 Produção de espeto

Na comunidade quilombola de Guajará Miri, 15% das famílias trabalham na produção de espetos de bambu, para complementação da renda. Os espetos são feitos do bambu que é encontrado facilmente nas matas da comunidade ou no próprio terreno das famílias (Fotografia 26). O bambu é cortado em finos pedaços, os quais são limpos e feitas as pontas, bem como o lixamento e após são colocados para secar ao sol. Segundo os produtores, o espeto deve secar bastante, caso contrário pode encher de “bolô” (fungos), ficando impróprio para a comercialização ou “ruim pra venda” (Fotografia 27).



Fotografia 26 - Bambu no quintal de uma família no povoado da Vila

Fonte: Freire (2008)



Fotografia 27 - Milheiro de espetos prontos para a venda no povoado da Vila

Fonte: Freire (2008)

Os espetos são vendidos em lotes, como observado na Fotografia 27, que corresponde a 100 unidades de espetos²⁶. É uma atividade que exige um dispêndio de tempo para produzir cada espeto. É necessário produzir vários lotes para obter uma renda melhor, “é muito trabalho pra pouco dinheiro”, afirma dona Eli (moradora da Vila). No entanto, a comercialização dos espetos proporciona uma obtenção de renda rápida e sem ônus produtivo para as famílias: “o espeto foi e ainda é de muita ajuda pra gente”, afirma dona Maria Antonia, moradora da Matinha.

A comercialização dos espetos é uma atividade que tem crescido no mercado da cidade devido à expansão da atividade informal, com a venda de churrasquinhos em vários pontos da cidade, principalmente, na periferia de Belém. Os espetos são encontrados nas várias feiras e outros pontos comerciais. A fabricação dos espetos é de grande importância para as famílias que dedicam boa parte do seu tempo nesta atividade, pois em caso de dificuldades financeiras ele é rapidamente vendido.

4.1.5 Outras atividades produtivas

Nove por cento das famílias de Guajará Miri pratica outras atividades produtivas para complementar a renda familiar. São atividades artesanais, como a fabricação do tipiti, a

²⁶ Cada lote de espeto é denominado pelas famílias de “milheiro”, mas de fato corresponde a 100 unidades.

peneira, o remo, rasas, abanos e outros instrumentos de uso doméstico e comercial, confeccionados de fibras vegetais e madeira extraídas da floresta.

O sr. Vilô (65 anos), exímio produtor de tipiti, do povoado da Matinha, disse que aprendeu o ofício com o pai. Ele confecciona o tipiti com fibras de guarumã que encontra no mato. São necessárias nove varas de guarumã que ele corta em 72 talas. Ele fabrica um tipiti em 3 horas, às vezes ele chega a fabricar cinco tipitis no dia e vende a R\$10,00 cada (Fotografia 28).



Fotografia 28 – Sr. Vilô mostrando seu tipiti produzido artesanalmente, povoado da Matinha
Fonte: Freire (2008)

Dona Nazaré (78 anos), moradora da Vila que produz abanos para vender na feira do Ver-o-Peso, afirma usar uma técnica que adquiriu de longas datas. Com isso ela garante algum dinheiro para ajudar na renda da família. Segundo Simonian (2004a), a produção artesanal, denominada de “economia dos trançados ou cestaria”, é uma arte popular praticada, principalmente, por populações tradicionais. Os objetos fabricados servem não só para o

acondicionamento dos frutos para a venda, mas também para o uso doméstico. A produção desses utensílios faz parte da cultura dos antepassados, cujo conhecimento e técnica de confecção foram repassados tradicionalmente de geração em geração. Atualmente em Guajará Miri algumas famílias vêm deixando de utilizar alguns destes objetos, principalmente, as rasas e as caixas de madeira, que são utilizadas para o acondicionamento dos frutos, vindo a ser substituídos pelas “basquetas”²⁷, que garantem uma melhor preservação da qualidade dos frutos, principalmente do açaí: “atualmente eu deixei de produzir as rasas, estamos colocando os frutos na basqueta”, afirma o sr. Siríaco (57 anos), morador da Matinha. Entretanto tais mudanças podem afetar negativamente os ingressos familiares (SIMONIAN, 2004a).

Ainda no contexto do extrativismo vegetal é importante a coleta de ervas e outras plantas silvestres para uso medicinal e simbólico. São cipós, raízes, folhas e “casca” de plantas que são comercializados fundamentalmente na feira de Ver-o-Peso. A venda desses produtos contribui para a sobrevivência das famílias, pois são importante fonte de renda, além de garantir a reprodução sócio-cultural do grupo tradicional.

Em Guajará Miri, as espécies comercializadas são coletadas diretamente no mato e são poucas as famílias que praticam essa atividade. O sr. Ciló, de 84 anos, é referência na comunidade com a comercialização das plantas. Ele disse que deixou de produzir farinha e carvão para se dedicar a venda dos produtos do mato, conhecimento que adquiriu com um morador antigo da comunidade. As ervas são repassadas para as vendedoras que atuam na feira do Ver-o-Peso, e são elas que fazem a manipulação para o uso medicinal e simbólico dos vegetais.

Depois eu deixei de tá fazendo farinha, carvão. Tinha um senhor que trabalhava e gostava de vender mato, cipó, casca aqui. Eu peguei com ele e até hoje “prestou” (deu certo). Às vezes eu encho a canoa 3, 4, 5 sacas e vou vender. [...] Eu vendo lá no Ver-o-Peso. É lá que eu vendo. Tem o mercado, tem o solar da beira e aquelas barraquinhas lá que vendem. Elas que sabem pra que serve, chega lá elas batizam: tal coisa, tal coisa, tal coisa [...] elas que fazem o “temperado” delas e vendem (Sr. Ciló, vendedor de ervas de Guajará Miri).

Há famílias que repassam seus produtos, como abanos, rasas, paneiros, as ervas medicinais coletadas na mata para o sr. Ciló fazer a venda no Ver-o-Peso, já que ele é quem tem o contato da clientela no local. É também uma forma de diminuir os custos com esse tipo de comércio, pois o barco da comunidade só vai até o porto da Palha e para chegar ao Ver-o-

²⁷ Recipiente de plástico “ideal” para o acondicionamento dos frutos por ser mais resistente e de fácil higienização (SESPA, 2007)

Peso é necessário pagar condução até o local da comercialização. Esses obstáculos dificultam o processo de comercialização e o retorno com a venda acaba sendo pouco vantajoso.

É tradição em comunidades rurais amazônicas desde tempos imemoriais a utilização de recursos da natureza para diversos usos, dentre estes, é prioritário o uso medicinal e simbólico de várias espécies vegetais. Segundo Simonian (2004a) e Acevedo Marin e Castro (2004) a utilização das plantas por populações amazônicas para cura de doenças revela a carência no atendimento aos serviços básicos de saúde, principalmente na falta de atendimento médico, de postos de saúde e de remédios o que é uma realidade tanto nas áreas rurais como nas áreas urbanas das periferias amazônicas. A insustentabilidade do setor da saúde, tem levado as comunidades a fazerem uso da auto-medicação com vários produtos florestais. O uso da medicina tradicional revela, segundo Simonian (2004a), o conhecimento profundo do potencial dos recursos naturais locais. A forma de inter-relação dos saberes e tradições locais para utilização das plantas do mato faz parte de um conhecimento adquirido dos antepassados das populações tradicionais, e que é transmitido oralmente de geração para geração.

A importância da valorização dos conhecimentos locais tem sido apontada por diversos autores inclusive por Levi-Strauss (1998). Portanto, no contexto do extrativismo vegetal, há a necessidade de um levantamento mais aprofundado para o conhecimento do uso e da comercialização das plantas pela comunidade de Guajará Miri. Assim também, há a importância da transmissão de conhecimentos técnicos para que as famílias possam fazer a manipulação das ervas e assim poder agregar valor aos produtos, obtendo vantagens na comercialização e garantir a sustentabilidade da exploração dos recursos. Segundo Campos (2002), o extrativismo não deve ser direcionado apenas para atender as necessidades de mercado, mas integrado às relações gerais de produção que englobam um conjunto de estratégias econômicas, sociais, culturais e políticas que as unidades domésticas estabelecem com o mercado, a sociedade e a natureza.

4.1.6 Serviços

As famílias adotam outras modalidades monetárias não produtivas para garantir sua sobrevivência. Na comunidade a contratação de trabalhadores para serviços públicos é praticamente inexistente. As famílias adotam diversas estratégias para ajudar na renda familiar, há mulheres que desenvolvem a atividade de costura e de pequenos reparos em roupas. Outros grupos domésticos possuem em seus domicílios pequenos “comércios” para

ajudar na renda familiar, no entanto, são poucas as famílias que sobrevivem dessa atividade, pois a maior parte do alimento e outras mercadorias são adquiridas em Belém. Há também atividades de mecânico de bicicleta e de capina de roça de parentes e vizinhos. As atividades de serviços são realizadas com mais frequência entre os jovens solteiros que precisam obter sua própria renda ou casais em início de vida conjugal que ainda estão constituindo sítios.

O Sr. Lourêncio, morador da Matinha, além de trabalhar cortando lenha para fabricação do seu próprio carvão, também faz esse mesmo serviço para outras pessoas e cobra o valor de R\$25,00 que equivale a meio dia de trabalho. Ele ainda está pagando a motosserra que comprou para fazer o corte da lenha, e tem que tirar uma parte para efetivar o pagamento desse equipamento.

Apesar da importância dos serviços para obtenção de renda, as atividades agrícolas e extrativistas, sobretudo a comercialização dos frutos, continuam sendo as atividades principais para garantir a sobrevivência das famílias.

4.1.7 O Bolsa-Família e as aposentadorias

Das famílias entrevistadas na comunidade de Guajará Miri, apenas 18,7% recebem o benefício previdenciário no valor de um salário mínimo. Embora o valor recebido do benefício seja considerado baixo, a renda proveniente da aposentadoria é essencial para a sobrevivência das famílias, pois representa uma renda permanente e ajuda, principalmente, nos momentos de entressafra dos frutos. No Brasil é cada vez maior o número de idosos²⁸ que são responsáveis por mais da metade da renda familiar (IBGE, 2007). Fato também constatado em Guajará Miri, em algumas famílias a aposentadoria representava a principal renda de subsistência do grupo doméstico. Em virtude disso, os aposentados ainda trabalham na atividade produtiva para contribuir com a elevação da renda familiar.

Foi observado também, a dificuldade de acesso aos direitos previdenciários na comunidade, devido à insuficiência de comprovações, pela falta de documentos pessoais (carteira de trabalho, identidade, certidão de nascimento etc.), e da falta de comprovação da condição de produtores rurais. Neste caso, a comprovação para o órgão da Previdência Social é dado por meio da quantificação da renda proveniente da comercialização da produção familiar. Para as famílias de Guajará Miri, assim como para a maioria das populações rurais da Amazônia, a falta de um instrumento de comprovação do rendimento da produção é um dos principais entraves para o acesso a garantias de direitos, dentre eles a aposentadoria.

²⁸ Segundo Ribeiro (2003), os idosos são todos os indivíduos com 65 anos ou mais de idade.

Em relação ao acesso ao Bolsa-Família, foi constatado na comunidade que 62,5% recebem mensalmente o benefício. O Bolsa-Família faz parte do Programa Fome Zero, que é um programa de transferência de renda do Governo Federal que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. De acordo com o a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto 5.749, de 11 de abril de 2006 do Governo Federal, as famílias em condições de pobreza são aquelas que recebem renda mensal por pessoa de R\$60,01 a R\$120,00. E as famílias em extrema pobreza são as que recebem rendimentos mensais por pessoa de até R\$60,00. Em Guajará Miri, o Bolsa-Família é de suma importância para a subsistência familiar.

4.1.8 A “bolsa areal” e os impactos ambientais

A “bolsa areal” surgiu de um acordo entre a AMOPROQG e o Sr. Marco Antonio Pimentel Moura (conforme contrato entre as partes datado de 09.06.2004), vinculado segundo os moradores à empresa LN Nobre. Ao explorador/comprador foi concedido através do arrendamento, o direito de exploração de 50 hectares de minério de areia branca existente na comunidade. Em troca a empresa destina mensalmente em forma de pagamento para a associação o percentual de 25% do valor de cada “carrada” do minério retirado do local, além da obrigatoriedade da empresa contratar mão-de-obra local para realização de serviços não especializados. No local há apenas um funcionário contratado pela empresa que exerce a função de fiscal e que a comunidade chama de apontador. Esse apontador é quem faz o controle da saída das caçambas com areia do areal e repassa os recursos para a associação.

Dos 25% recebidos mensalmente da LN Nobre, a associação destina uma parte para o caixa, retira outra parte para efetivar o pagamento de mais um apontador que é remunerado pela AMOPROQG e o restante é dividido igualmente entre as 86 (oitenta e seis) famílias associadas. Segundo informações do presidente da AMOPROQG, se no mesmo domicílio residir mais de uma família, e mesmo sendo ambos os responsáveis associados, esse domicílio só tem direito a receber o valor equivalente a uma bolsa.

O valor da bolsa recebido pelas famílias varia mensalmente entre R\$50,00, R\$60,00 ou R\$20,00, dependendo da produção. Em dezembro de 2007 o valor recebido foi de R\$270,00, isso porque em acordo com os associados, a associação acumulou cerca de dois meses para que em dezembro as famílias pudessem receber uma quantia mais elevada. No mês de janeiro não houve nenhum pagamento da bolsa, as constantes chuvas na localidade prejudicaram os trabalhos da empresa, e por conta disso, atrasou o pagamento da bolsa. Em

fevereiro de 2008, setenta e duas famílias receberam apenas R\$30,00, “isso não tá dando pras pessoas construírem praticamente nada, tá certo que é uma ajuda na renda, na alimentação, mas não há um resultado que seja satisfatório diante de tudo que tá acontecendo”, argumenta um dos moradores da comunidade.

O valor da bolsa é questionado por algumas famílias de Guajará Miri, que afirmam que a renda recebida é insignificante em relação ao ganho da empresa. Conforme depoimento dos moradores da localidade, a LN Nobre atua no local desde 2004 e ainda não explorou nem a metade dos 50 hectares que tem por direito.

Contam os antigos moradores, que o areal era considerado um lugar encantado; há muitas histórias e mitos do local que estão se perdendo com a exploração na área. Na época das chuvas, geralmente à noite, ouvia-se um imenso estouro, tipo uma bomba na área do areal, no dia seguinte estava formado um enorme lago na areia que inundava grande parte do local. A água nascia e desaparecia no mesmo lugar. No verão, a impressão que a comunidade tinha era de que as folhagens haviam sido varridas e amontoadas nos pés de árvores de cajueiros. Havia também, caranguejos em volta. A mulher no ciclo menstrual não poderia passar no local, nem crianças que não fossem batizadas. Também não poderia passar com cadáveres, caso contrário, a guardiã do local, chamada de “mãe do lugar” iria assombrar aqueles que desobedecessem as regras. Havia muito respeito pelo lugar. Além de que, o areal é rico em bromélias e orquídeas, que naturalmente germinam nas árvores e também na areia. O areal tem algo que é diferente de muitos outros lugares, comenta José Carlos Galisa, liderança na comunidade.

Os impactos ambientais causados pela exploração desordenada da retirada da areia já começam a aparecer (Fotografias 29 e 30). Para a extração do minério é necessário retirar a mata que cobre grande parte do areal.



Fotografia 29 - Exploração da areia em Guajará Miri

Fonte: Freire (2008)



Fotografia 30 - Formação de poços de água no areal de Guajará Miri

Fonte: Freire (2008)

Com a retirada da mata e da areia vão se formando enormes crateras e uma água surge do sub-solo formando uma espécie de lago. Aos poucos ela vai ficando mais preta e suja (Fotografia 30). Com a exploração do areal a cobertura vegetal do solo tem apresentado modificações; no lugar da mata secundária um novo tipo de vegetação floresce na área, a jurubeba, uma planta espinhosa.

Tudo indica que os lugares que formaram lagos têm sido abandonados pelos tratoristas e outros são abertos para a retirada da areia. A população e alguns visitantes da comunidade costumam tomar banho nos lugares de água mais limpa, inclusive fazer um tipo de pic-nic aos finais de semana. Os moradores falam que não sabem de onde surge a água, pois afirmam que não são das chuvas.

Em outras partes do areal é encontrado outro tipo de solo, o “barro” (Fotografias 31 e 32). Os trabalhadores utilizam o “barro” para aterrar determinados locais no areal já que constantemente os tratores e caçambas atolam dificultando o acesso dentro da área de extração. Com isso os tratores abrem enormes buracos no meio do mato, devastando a vegetação natural sem nenhuma preocupação de recomposição da mata (revegetação). O barro é acumulado num determinado ponto para depois ser transportado até o local da exploração da areia.



Fotografia 31 - Retirada do barro do areal em Guajará Miri
Fonte: Freire (2008)



Fotografia 32 - Acumulação do barro no areal de Guajará Miri
Fonte: Freire (2008)

A exploração do areal vem prejudicando as fontes de água que enchem alguns igarapés da Matinha, Cruzeirinho e Bacabal. No ramal da Matinha onde fica depositada a areia até ser transportada para Belém as chuvas estão causando deslizamento da areia que está atingindo as nascentes de água dos povoados vizinhos:

Tem mais ou menos cinco igarapés que tem nascente em volta do areal, um deles parece que já tá dando problema de secar porque a enxurrada da chuva acaba levando a areia solta que fica lá no areal pra dentro do igarapé, então ele tá fechando (depoimento de um morador da comunidade de Guajará Miri).

Os igarapés são ainda muito utilizados pela população local, pois nem todas as famílias possuem água encanada, e mesmo para aquelas que possuem, o uso dos igarapés faz parte da cultura local. Não houve confirmação por parte dos participantes da pesquisa, da existência de um projeto de planejamento de utilização sustentável do areal. Informaram apenas, que na época da discussão para o arrendamento das terras, houve a visita de alguns pesquisadores, que foram até o local, e disseram que abaixo da areia ainda tem seixo. Na época das negociações não houve preocupação da comunidade com os impactos ambientais, e mesmo atualmente, a maior parte das famílias, ainda não tem a dimensão dos problemas que a exploração do areal poderá causar a comunidade.

O objetivo do arrendamento do areal foi contribuir para aumentar a renda das famílias de Guajará Miri, principalmente na entressafra dos frutos, quando os rendimentos monetários

caem consideravelmente levando muitos grupos domésticos a passarem sérias dificuldades para aquisição de alimentos e outros bens de consumo. No entanto, os benefícios líquidos recebidos a partir do contrato com a firma exploradora não justificam os impactos sociais, ambientais e culturais causados na comunidade com a extração da areia:

A gente na época não se preocupou com o impacto ambiental, então na última assembleia tinha uma proposta de negociar os outros 50%, aí eu fui lá e disse que eu não era de acordo, até porque eu me arrependo amargamente de ter ajudado, certo que não foi só eu, a decisão não foi só minha, mas eu compartilhei. Então, portanto eu fiz esse discurso na assembleia e tentei convencê-los de que não fizesse uma sessão de uso pra exploração pra essa outra área. Então acho que isso foi uma coisa muito negativa na comunidade no meu modo de ver. Enfim é um lugar que realmente hoje eu não vejo que a exploração recompensou isso (fala de um morador da comunidade de Guajará Miri).

A fala acima supõe alegações de conhecimento socialmente construídas (CRESWELL, 2007). As pessoas tentam entender e construir o significado de determinada situação focal que perpassa pelo cotidiano da comunidade e a partir daí negociar a solução de determinados problemas que afligem o grupo com base na interação coletiva e nos fatores sociais, históricos e culturais nos quais as famílias estão inseridas. Para a maioria das comunidades rurais da Amazônia, e nela inserida a comunidade de Guajará Miri, é necessário construir estratégias e dinâmicas priorizando o enfrentamento dos problemas sociais, ambientais e econômicos através da organização de redes locais. As redes são experiências significativas de ações coletivas ou comunitárias com vistas a alcançar transformações nos modos de vida da comunidade.

4.2 ESTRATÉGIAS NÃO-MONETÁRIAS DE COMPLEMENTAÇÃO DE RENDA

As estratégias não-monetárias em Guajará Miri têm a ver com a produção para o auto-consumo, sendo esta prática recorrente para todas as famílias pesquisadas em Guajará Miri. Nesta pesquisa, a renda não-monetária resulta de parte ou totalmente, dos principais produtos que deixaram de ser vendidos, para serem destinados para o consumo familiar. Ou seja, o rendimento não-monetário é determinante para a subsistência das famílias da comunidade em questão, pois contribui para alimentar, vestir, medicar, além do acesso a outros usos. Sendo assim, o fato destes gêneros não terem sido comprados, permitiu a redução dos gastos familiares com esses bens, aumentando, de certa forma, os rendimentos familiares.

A produção não-monetária na comunidade diz respeito à fabricação artesanal de utensílios de uso doméstico como: paneiros, peneiras, abanos, rasas, tipitis, remo, fogão manual e outros que foram produzidos para o armazenamento e acondicionamento dos produtos na unidade familiar; a agricultura, com a fabricação da farinha de mandioca e seus derivados para a alimentação das famílias; a extração dos frutos que foram destinados para o consumo familiar; além da caça, da pesca e outras atividades produtivas voltadas para o auto-consumo.

Em Guajará Miri, a pesquisa revelou que os principais produtos destinados para o auto-consumo das famílias foram o açaí (62%), os frutos regionais (56%), a farinha (45%) e o carvão (16%). Sendo que a farinha e o açaí (em época de frutificação) são base da dieta alimentar das famílias da comunidade, portanto, determinantes para o auto-consumo (Gráfico 10).

O carvão também é um importante produto não-monetário, principalmente para aquelas famílias que ainda não possuem fogão a gás, ou mesmo, o uso do carvão possibilita a economia de gás. Assim, 16% das famílias destinaram parte do carvão para o auto-consumo, podendo-se considerar que essas famílias obtiveram elevação em seus rendimentos monetários a partir da economia no consumo de gás.

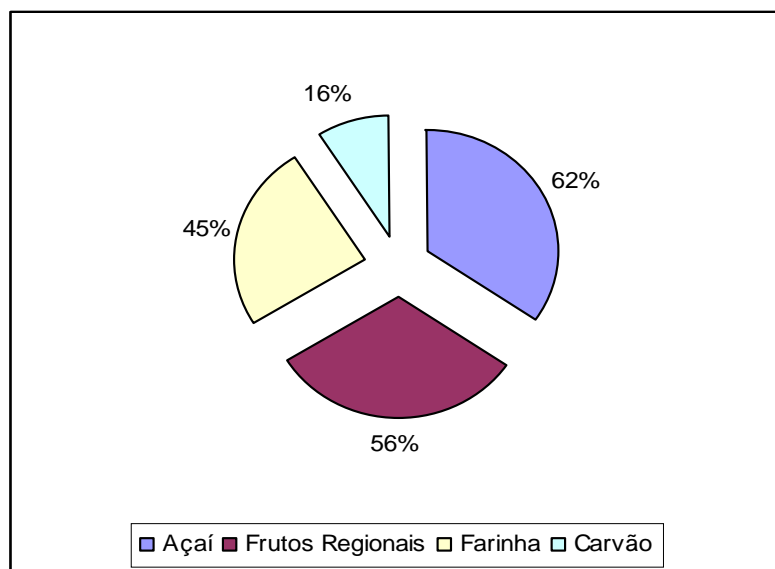


Gráfico 10 - Principais produtos de auto-consumo das famílias de Guajará Miri, fevereiro de 2008

Fonte: Freire (2008)

Segundo Chayanov (1974), a organização da unidade familiar é um importante indicador das necessidades de consumo das famílias. Em Guajará Miri, a quantidade de produção para o auto-consumo varia conforme o tamanho e a necessidade das famílias. Dessa forma, o tempo de trabalho destinado à execução das tarefas é diretamente relacionado ao número de pessoas com capacidade para desenvolver as atividades.

Na comunidade há um fator limitante para o auto-consumo, principalmente alimentar, que diz respeito às famílias que não possuem sítios ou roças, ou mesmo, estão iniciando a plantação de sítios e roças. Neste caso, as famílias encontram outras estratégias não-monetárias de consumo que podem estar relacionadas, segundo Lima (2006), por ações de trocas, redes de cooperação, acesso aos serviços públicos e demais possibilidades que as famílias utilizam para satisfação de suas necessidades e de bem-estar. No entanto, essas ações não foram fator de quantificação na pesquisa.

Como as estratégias não-monetárias nos espaços rurais são pouco mensuradas, as medidas de satisfação de bem-estar tendem a não refletir a realidade das condições de vida das famílias (CARDOSO; NEGRÃO, 2006; HOFFMANN, 2000; LOPES et al., 2003; SEM, 2000). Em Guajará Miri, o fator não-monetário é de suma relevância para melhoria de renda e de condições de vida das famílias da comunidade, como pôde ser constatado em capítulo posterior.

4.2.1 Farinha de mandioca

Em Guajará Miri, a agricultura é praticada através das roças; em geral de pequeno tamanho, mas que atendem as necessidades de consumo da unidade familiar durante um determinado período de tempo, estimado conforme a capacidade de trabalho de cada família (ACEVEDO MARIN; CASTRO, 1998; 2004; CHAYANOV, 1974). A mandioca é o produto mais importante da roça. Em Guajará Miri, seu valor não se relaciona ao seu preço de venda no mercado, mas sim ao fato de ser fundamental para o consumo diário das famílias.

Em épocas passadas a farinha era um dos principais produtos comercializados pelas famílias de Guajará Miri. As relações de intercâmbio comercial realizadas pelas famílias transformaram-se bastante nas últimas décadas, seguindo as mudanças no mercado local. Os produtos mais bem colocados no mercado, ou seja, aqueles que passaram por certa valorização monetária como é o caso do açaí e de alguns frutos de cultura permanente são os mais priorizados na lógica da produção e da venda (ACEVEDO MARIN; CASTRO, 2004). Essas mudanças justificam o fato da comunidade investir mais na produtividade da mandioca

para o consumo do que para a venda: “Antes as pessoas viviam de trabalhar na roça. Era roças, tarefas e tarefas. Agora que o açaí ta tendo valor, antes não, a gente vendia por batatela” (Maria Antonia, moradora da Vila).

O sistema de cultivo ou de preparação da roça é o método tradicional de corte e queima e com a utilização de instrumentos de trabalho rudimentar. Algumas são abertas na própria área do sítio, o que corresponde a 50,9% de famílias que ainda dispõem de terra apropriada para o cultivo de mandioca em seu próprio terreno, diferentemente para o restante das famílias que precisam buscar a terra para plantação de roça cada vez mais distante de suas residências. O tamanho da área cultivada e da quantidade de farinha a ser fabricada depende do tamanho da unidade familiar já que envolve basicamente a mão-de-obra dos membros da família pautada na divisão do trabalho.

Segundo Chayanov (1974), a organização das famílias, e como parte, o número de pessoas que compõem a unidade familiar, determina a necessidade de consumo, quantidade de trabalho e nível de exploração da terra. Neste caso, as famílias de Guajará Miri plantam e coletam uma quantidade de mandioca da roça, na proporção da quantidade desejada para o consumo em um determinado período de tempo; coloca de molho em um pequeno igarapé destinado para essa atividade; descasca, rala, coloca no tipiti para espremer; depois de peneirada é levada ao forno e torrada. Depois de espremida, o líquido extraído é aproveitado em forma de tucupi e a goma é direcionada para o fabrico da farinha de tapioca, ambos os produtos são comercializados por algumas famílias.

A farinha é fabricada periodicamente por quase todas as famílias que possuem roças e é destinada basicamente para o consumo familiar. Durante o período de referência da pesquisa (fevereiro de 2008), 45% das famílias produziram farinha, o que corresponde a 67 sacas de farinha destinada ao consumo nas unidades familiares. Vale ressaltar que muitas famílias na comunidade estavam com roça verde, ou seja, ainda não preparada para a colheita, sendo que parte das famílias disse está comprando farinha para o consumo.

Das famílias entrevistadas, a produção da farinha é realizada tanto semanal, quinzenal ou mensal de acordo com a necessidade de consumo familiar (Fotografia 33).



Fotografia 33 - Farinha pronta para o consumo no povoado da Matinha, fevereiro de 2008

Fonte: Freire (2008)

4.2.2 Açaí, demais frutos regionais e carvão

A destinação dos frutíferos para o auto-consumo depende da necessidade de consumo doméstico e da disponibilidade temporal do recurso no período (safra e entressafra). Neste caso, quando há escassez de algum fruto, a estratégia é basicamente destinar esses produtos para o consumo familiar, a exemplo do açaí, que fora da safra, o que as famílias conseguem coletar é destinado somente para a alimentação das pessoas. Quanto aos demais frutos regionais, embora estes tenham contribuído com 56% de destino para o consumo na unidade familiar, não têm a mesma representação em termos alimentares que o açaí e a farinha. Segundo os moradores, quanto maior o consumo do açaí, maior a quantidade de farinha consumida. Dentre os frutos regionais mais consumidos, o cupuaçu e a pupunha foram os que mais se destacaram no auto-consumo.

É comum entre as famílias de Guajará Miri cozinhar algumas refeições em fogão de barro com uso de carvão ou lenha (Fotografia 34). Então, parte das famílias que fabricaram carvão vegetal na época da pesquisa destinou em média, 2 a 4 sacas para o consumo familiar. Com isso, as famílias tiveram condições de elevação na renda monetária familiar.



Fotografia 34 - Fogão manual construído por uma família no povoado da Matinha, fevereiro de 2008
Fonte: Freire (2008)

Um indicador interessante na comunidade é que a população pouco utiliza os recursos pesqueiros, ou seja, a pesca não é uma atividade freqüente da população embora a mesma tenha o potencial do rio a sua frente. A caça é praticada também por poucas famílias. Um dos fatores pode ser a escassez desses recursos no momento atual.

Das famílias entrevistadas, 60% disseram possuir em seus quintais, criações de pequenos animais como galinhas, patos, porco que são destinados ao consumo doméstico. São estratégias que têm encontrado para conseguir alimento quando não se tem recursos monetários suficientes para garantir o consumo básico.

4.3 ESCOAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Em Guajará Miri a venda realizada pelas famílias é para suprir as necessidades de retorno monetário que é direcionada para compra de gêneros alimentícios, vestuário, eletrodomésticos e outros. A renda mais elevada é adquirida com a comercialização dos frutos em época de safra, principalmente daqueles com alto valor no mercado.

Embora a comercialização dos produtos agroextrativistas tenha obtido importantes contribuições monetárias para a sobrevivência das famílias na comunidade, e alguns destes tenham sofrido certa valorização no mercado, os produtos primários de natureza agrícola ou

extrativa sempre estiveram em desvantagem comercial na Amazônia, por se caracterizar, segundo Santos (1980), como uma atividade que não conseguiu desenvolver as condições gerais de produção. Ou seja, as características básicas de valorização no mercado. Sendo assim, a composição da renda auferida pelas populações rurais sempre foi muito baixa, pelos seguintes motivos: 1) dispersão e difícil acesso a base dos recursos naturais, sendo necessário o produtor fazer a coleta cada vez mais distante, fazendo com que o custo do deslocamento não seja compatível com a renda auferida a partir da quantidade coletada dos produtos para a venda; 2) a distância percorrida entre a comunidade e o mercado e a falta de infra-estrutura adequada para o escoamento da produção, encarece os custos com transporte, fazendo aparecer quase sempre a figura do atravessador; 3) a venda dos produtos serem *in natura*, sem nenhum valor agregado o que inviabiliza a valorização dos frutos no mercado local, regional ou internacional (SANTOS, 1980).

De modo geral, as condições de produção e de abastecimento de mercado na Amazônia sempre estiveram relacionadas a populações rurais moradoras de áreas próximas dos centros comerciais das cidades, dentre estes, comunidades quilombolas, que se destacam por colocar no mercado regional a maior parte dos gêneros necessários ao consumo alimentar das populações do entorno (ACEVEDO MARIN; CASTRO, 2004).

A literatura econômica da Amazônia incorpora observações sobre a importância dos quilombos para o abastecimento do mercado local. Estes desenvolveram uma rede de comercialização que extrapola o comércio local. A comunidade do Guajará Miri desde épocas históricas produziu diversos produtos agrícolas e extrativos para comercializar nos portos de Belém. O transporte era realizado em grandes embarcações, denominados de “montarias” que saíam do trapiche da comunidade de madrugada cheias de produtos e voltavam cheias de mercadorias que eram compradas pelas famílias na cidade. Essa realidade atualmente pouco mudou. Em razão da proximidade da comunidade com Belém, a maior parte das famílias destina sua produção para ser comercializada no Porto da Palha diariamente. A comercialização é realizada, principalmente, às sextas-feiras e aos sábados, que são os dias de maior movimento no porto. No sábado é o dia também que as famílias fazem as compras dos gêneros necessários do consumo familiar com o dinheiro recebido da venda da produção.

Segundo informações da população, praticamente todos comercializam nesse porto por conta da proximidade da comunidade ficando os custos com o transporte (frete) mais em conta, ou seja, quanto mais distantes do porto da comunidade mais elevado o preço do frete. Outro determinante é a sua função sendo tanto de chegada quanto de saída de mercadorias e passageiros, dentre outros fatores já mencionados que influenciam na escolha do porto. O

movimento é intenso nas primeiras horas da manhã, quando podem ser vistas várias embarcações descarregando seus produtos, principalmente carvão, açaí, animais (porco, galinha e outros animais de pequeno porte), farinha, madeira, banana e demais frutos da época.

Na comunidade cada povoado possui dinâmicas de escoamento e comercialização da produção diferenciada. Considerando todos os povoados, 39% das famílias destinam a mercadoria para o trapiche da comunidade na Vila e, 42% utilizam os barcos da comunidade, o “Zumbizão” e o “Zumbizinho”. Destes percentuais fazem parte as famílias que moram na Vila, Matinha, Vila da Paz, Bacabal e parte dos moradores da Beira do Rio. Elas levam a mercadoria para o trapiche da comunidade sempre no final da tarde, embarcam no barco da comunidade para sair de madrugada e comercializar na manhã seguinte no Porto da Palha. Os que moram mais distante do trapiche, como a população da Matinha, Bacabal e Vila da Paz são os que têm que levar mais cedo o produto até o lugar de embarque. Outros grupos domésticos quando a produção é em menor quantidade ou moram muito próximo do pequeno porto, preferem levá-la na mesma hora da viagem.

O barco de Guajará Miri, que só faz viagem para o Porto da Palha, sai entre 3 e 4h da madrugada e chega ao porto antes do amanhecer, retornando à comunidade por volta de 10 e 11h. Ao chegar ao Porto da Palha há diversos carregadores que se ocupam durante horas retirando mercadorias pesadas dos pequenos barcos para serem vendidas no porto. As famílias que demandam esses serviços pagam o equivalente ao preço de cada carga retirada pelos carregadores. Nesse momento há também os compradores a espera dos produtos para serem comercializados.

O barco da comunidade é alugado para uma pessoa do local. Ele cobra pelas passagens e pela carga transportada. Cada passageiro paga entre R\$2,00 ou R\$2,50 de passagem. A carga depende da quantidade: uma rasa de açaí custa R\$1,00; cada saca de carvão custa R\$0,50; o cacho de pupunha custa de R\$0,20 a R\$0,30; R\$1,00 pelo feixe de espeto e a saca de Umerim (erva para defumação) é R\$1,00. Cada carga tem seu preço e a cobrança é por unidade de carga. Com essa renda o barqueiro paga o aluguel de R\$200,00 para a Associação Filhos de Zumbi. Esse recurso arrecadado é investido na manutenção dos dois barcos. Para o presidente da Associação de Guajará Miri, a cobrança pelo transporte das mercadorias é injusta para as famílias, considerando que elas ainda pagam pela passagem e o barco pertence à comunidade (Fotografia 35).



Fotografia 35 - Barco da comunidade chegando no trapiche de Guajará Miri

Fonte: Freire (2008)

O barqueiro presta serviço aos moradores das localidades, pois além de se responsabilizar pela carga que fica no barco, durante a noite, ele faz a venda da produção de várias famílias que não vão efetivar a venda em determinado dia da semana. Nesse caso, os produtores repassam sua mercadoria para o barqueiro vender, e o mesmo cobra apenas pela carga transportada. O barqueiro também faz várias compras de despesas solicitadas pelas famílias. E não cobra nada por isso. Dessa forma as famílias conseguem economizar com a diminuição dos custos com o transporte.

As famílias dos povoados do Cruzeirinho e de São Miguel, assim como a maior parte da população da Beira do Rio não utilizam o barco da comunidade nem direcionam sua produção para o trapiche da comunidade.

No Cruzeirinho há muitas dificuldades para o escoamento da produção. Uma parte das famílias escoam a produção pelo igarapé Carará. Quando o Carará está seco fica inviável a navegação. Para conseguir escoar a produção as famílias utilizam diversas estratégias, primeiramente, as viagens para a venda da produção é somente realizada de sexta para sábado. Há dois barcos particulares no povoado que prestam serviços à localidade. As famílias levam a produção entre 4 e 6h da tarde de sexta-feira para embarcar. Durante a noite, com a maré cheia, o barqueiro leva a embarcação para ficar no trapiche “Santa Rosa” ou “Porto do Loro” que fica às proximidades do rio Guarapiranga. Depois de embarcada a mercadoria o produtor retorna ao domicílio e volta ao porto Carará na madrugada, às 3 ou 4h da manhã. Se a maré estiver cheia, segundo informações das famílias, uma sexta-feira sim

outra não, o barqueiro retorna com o barco ao porto Carará, para levar as famílias ao Porto da Palha. Quando o igarapé está seco as famílias têm que caminhar de madrugada por um ramal dentro da várzea até o Trapiche Santa Rosa. É mais de meia hora de caminhada dentro da várzea com riscos a acidentes graves. No período de inverno os riscos são ainda maiores na várzea. Além desse problema, há informações que muitas famílias já tiveram sua produção roubada do trapiche Santa Rosa.

Dentre as inúmeras dificuldades, algumas famílias preferem escoar sua produção pelo Porto de Boa Vista, sendo que: “Quem não tem carro-de-mão ou bicicleta tem que carregar na mão a produção até Boa Vista, isso é muito sacrificoso pra gente”, diz uma moradora do Cruzeirinho.

No porto Carará não existe nenhuma infra-estrutura, somente algumas estivas que dão acesso ao igarapé. Para um dos moradores do local, a alternativa seria aterrar a várzea, como fizeram com muitos ramais da localidade. Segundo ele, “não há interesse do governo, nem da associação e até mesmo dos próprios moradores do povoado pra lutar por isso”. Toda a produção do Cruzeirinho é comercializada no Porto da Palha.

No povoado de São Miguel as condições de infra-estrutura de comercialização são ainda mais precárias. Na localidade, as famílias dependem da maré cheia do igarapé São Miguel para o escoamento da produção. Somente quando o igarapé está cheio, é que o barco do marreteiro²⁹ entra na localidade, tanto para comprar a produção das famílias, quanto para levá-los para comercializar no Porto da Palha. As famílias falaram que a viagem pelo igarapé São Miguel é mais demorada do que o percurso a pé pelo ramal de Boa Vista. Então, as famílias que desejam realizar diretamente a comercialização enfrentam várias dificuldades, dentre as quais, a distância da localidade até o local de comercialização, a falta de transporte para carregar a produção até o porto de Boa Vista e o elevado custo com o transporte. Esses fatores não permitem que as famílias comercializem diretamente a produção, sendo mais vantajoso repassá-la para o marreteiro.

Segundo informações dos moradores tem um marreteiro que vai até a localidade duas vezes por semana em seu próprio barco pelo rio São Miguel para comprar a produção das famílias.

As dificuldades para o escoamento da produção do domicílio até a embarcação dos povoados são problemas enfrentados por todas as famílias da comunidade (Gráfico 11).

²⁹ Termo utilizado pelas pessoas da comunidade para classificar o intermediário que compra diretamente a produção das famílias para venda no mercado.

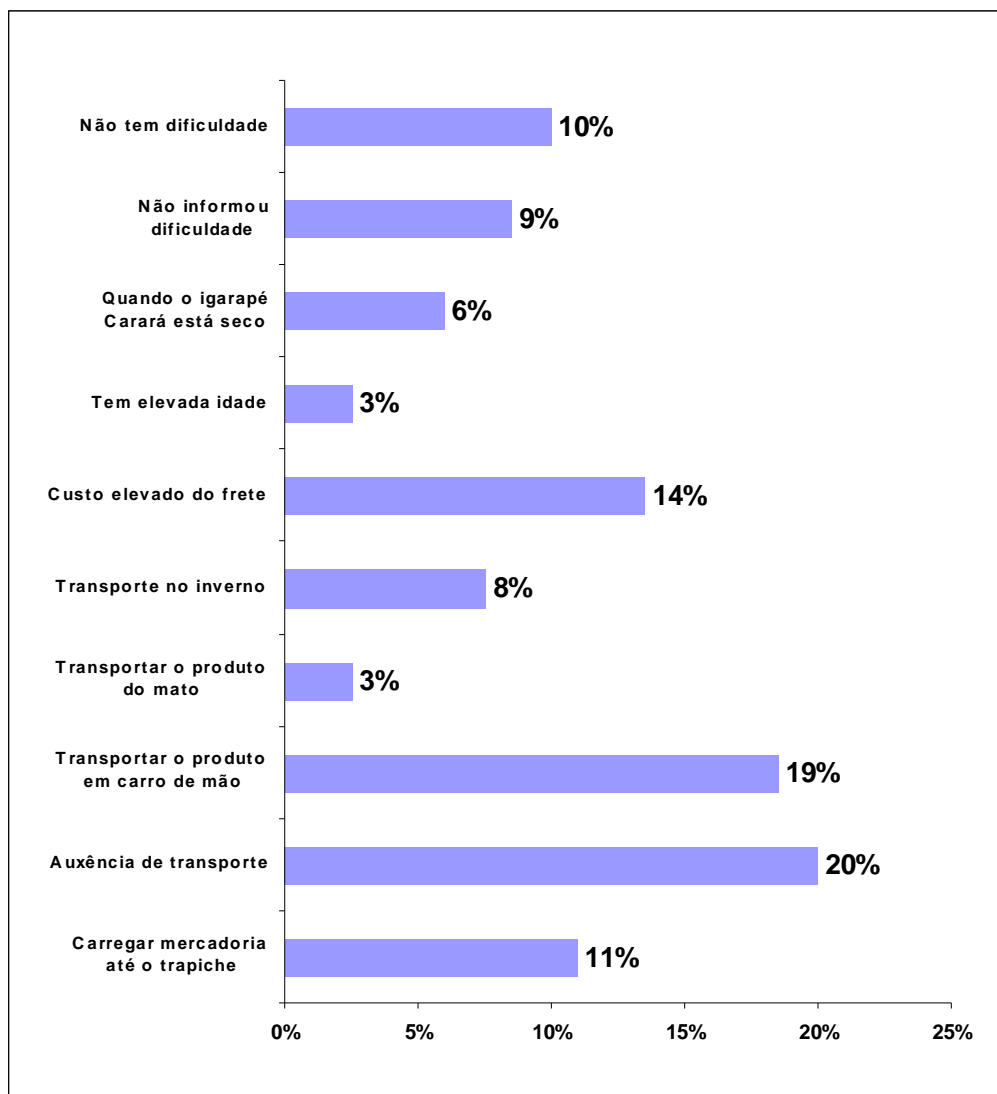


Gráfico 11 - Dificuldades enfrentadas pelas famílias de Guajará Miri para o escoamento da produção

Fonte: Freire (2008)

Os produtos são transportados em carrinho de mão, bicicleta e carroça. Os moradores de áreas mais distantes dos pequenos portos ou do trapiche da comunidade são os que mais sofrem com as dificuldades do escoamento da produção. Diante disso, 20% das famílias disseram que para embarcar a mercadoria no barco dependem da boa vontade de alguns vizinhos e parentes para emprestar carro de mão ou outro transporte, pois não possuem meio de transporte. Quando não conseguem o empréstimo do transporte, tem que carregar na mão até o trapiche (11%). Outras famílias (14%) alugam carro-de-mão ou pagam frete para carregar o produto acabando por comprometer o rendimento familiar com elevados custos derivados do transporte da produção até o barco. As dificuldades com o transporte da

produção iniciam desde a retirada dos produtos do local de coleta, ou de produção até o domicílio, tornando-se ainda mais problemática na época do inverno, pois as chuvas constantes deixam os ramais e várzeas alagadiços prejudicando o transporte, além de que a atividade é realizada em boa parte do tempo em baixo de chuvas (Fotografia 36).



Fotografia 36 - Transporte da produção para o trapiche de Guajará Miri em carro-de-mão
Fonte: Freire (2008)

Mesmo os grupos domésticos que possuem transporte para carregar o produto reclamam da dificuldade que é empurrar o carro-de-mão (19%), ou a bicicleta até o porto, devido ao peso da produção e a elevada idade de uma parte dos produtores da comunidade. Alguns destes reclamaram de problemas de saúde por conta do esforço da atividade. Quando há uma grande quantidade de produção é necessário fazer mais de duas viagens para poder escoar todo o produto. Neste caso, o envolvimento dos demais membros da família na atividade, principalmente dos homens é fundamental, sendo que levar a produção até o local do embarque é uma atividade quase que específica dos homens sejam jovens, crianças ou adultos.

Quando a produção é em menor quantidade tem famílias que preferem transportá-la no horário da viagem. Há outras famílias que independente do volume costumam levar a produção para o porto na madrugada, mesmo tendo que enfrentar maiores riscos. Para os 10% de famílias que disseram não ter dificuldades, uma parte destas moram às proximidades do

porto, outras repassam a mercadoria diretamente para o marreteiro, ou para parentes fazerem a comercialização da produção.

As dificuldades enfrentadas no processo de escoamento e comercialização da produção levam as famílias da comunidade a adotarem determinadas estratégias, uma delas é não comercializar todos os dias. A maior parte das famílias, o correspondente a 70%, comercializa apenas uma vez na semana no Porto da Palha, principalmente no sábado, que é o dia de maior movimento de comércio no Porto. E também é o dia que as famílias fazem suas compras semanais. Outros 25%, comercializam duas vezes na semana, geralmente às quartas-feiras e aos sábados. O número de vezes destinado para a comercialização na comunidade depende muito da quantidade da produção que é coletada; da safra dos frutíferos; das necessidades monetárias; da disponibilidade da pessoa da família de coletar o produto; e mais, dos custos que venham a ser auferidos no processo da comercialização (Gráfico 12). Também, nem sempre são comercializados os mesmos produtos na semana. Há uma variação enorme dos tipos de produtos comercializados, pois depende do tempo de amadurecimento do fruto e até mesmo da quantidade de árvores frutíferas no sítio de cada produtor. Há propriedades em que a safra de determinado fruto já acabou, enquanto a de outra família está em abundância, e de outra família ainda nem começou.

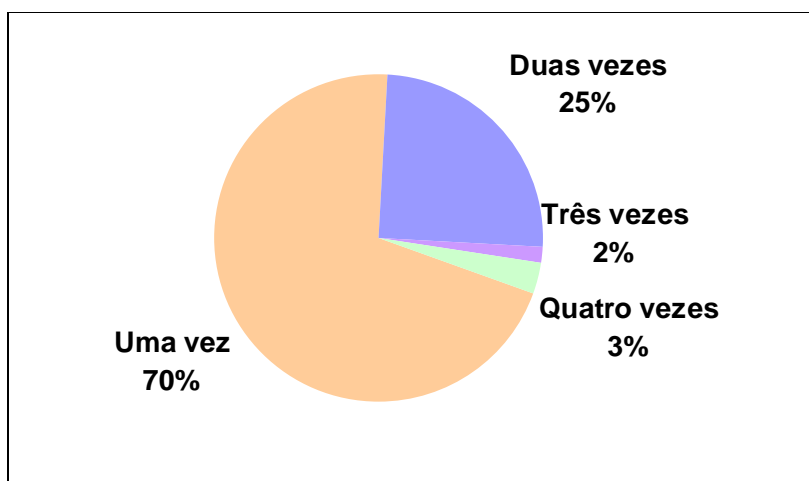


Gráfico 12 - Número de vezes que as famílias de Guajará Miri comercializam no Porto da Palha

Fonte: Freire (2008)

Considerando a falta de infra-estrutura adequada para o escoamento da produção e a comercialização, muitas famílias preferem repassar para terceiros a venda da sua produção, mas, principalmente, para o marreteiro. Na comunidade as famílias estão subordinadas a dois

tipos de marretagem. O marreteiro que reside na própria comunidade ou nas localidades próximas aos povoados e até mesmo em Belém que se desloca até as unidades produtivas, prioritariamente, na época da safra da produção para fazer a compra dos produtos da população e vender diretamente no mercado local. Outro tipo de marreteiro é o que fica no Porto da Palha esperando os produtores chegar com as sua produção para a venda no local.

Para Santos (1980), na história da Amazônia perdurou durante décadas a presença do regatão e do patrão, ambos agentes de comercialização que se apropriavam do excedente da população rural para vender diretamente ao consumidor e almejar lucros elevados com esse tipo de comercialização. Em troca a população recebia bens de consumo de uso doméstico e pessoal, instrumentos de trabalho e eventualmente pequena quantidade de dinheiro que eram repassados com base no sistema de aviamento que estabelecia laços de dependência cada vez maiores entre o produtor e o aviador (SANTOS, 1980). O aviamento é caracterizado por um intercâmbio comercial em que os produtores recebem preços excessivamente baixos com a venda da sua produção e pagam preços elevados por mercadorias adquiridas para sua subsistência. As relações eram estabelecidas através de um regime de crédito informal basicamente sem a presença do dinheiro, pois o isolamento da área de produção do mercado consumidor era de tal forma que o dinheiro perdia a função de uso. Nessas condições a troca de uma mercadoria pela outra que suprisse as necessidades do trabalhador era quase que exclusiva até meados do século XVIII. Atualmente essa modalidade de financiamento ainda persiste em comunidades distantes dos centros urbanos, mas sua forma de participação e influência já demonstra declínio, justamente pela presença de diversas formas de comercialização entre produtores e agentes comerciais (FRAXE, 2004).

Na comunidade ultimamente tem surgido formas de quebrar as relações do sistema de aviamento. Primeiramente, a proximidade de Guajará Miri com Belém permite viagens contínuas de barco das famílias para vender e comprar mercadorias no Porto da Palha, podendo excluir a cadeia de intermediários. Segundo, pelo fato das famílias cultivarem grande parte da sua produção em seus próprios sítios, ou seja, nos arredores da residência. E por último, por terem adquirido e implementado determinadas técnicas de manejo, mesmo que tradicionais, e outros tipos de aperfeiçoamentos possibilitando o aumento da produtividade de determinadas espécies frutíferas e de outros cultivos. Mas ainda assim, 63% das famílias disseram ter repassado sua produção para o marreteiro da comunidade (Gráfico 13). Os familiares que moram mais distantes do porto, e os que não possuem nenhum meio de transporte, são os mais afetados, e os que se submetem em maior proporção à intermediação da venda da sua produção.

O ganho do marreteiro se dá pela diferença do preço da venda dos produtos no dia e o preço pago ao produtor na comunidade. O aparecimento do intermediário comercial ou o marreteiro na comunidade deve-se, fundamentalmente, às condições precárias dos meios de transporte, ao alto custo com deslocamentos até o local de comercialização e em dado momento à baixa quantidade dos produtos para venda. Mas segundo Fraxe (2004), as condições de subordinação das famílias à lógica do capital comercial estão relacionadas, principalmente, à inexistência de política de apoio às populações rurais da Região Amazônica.

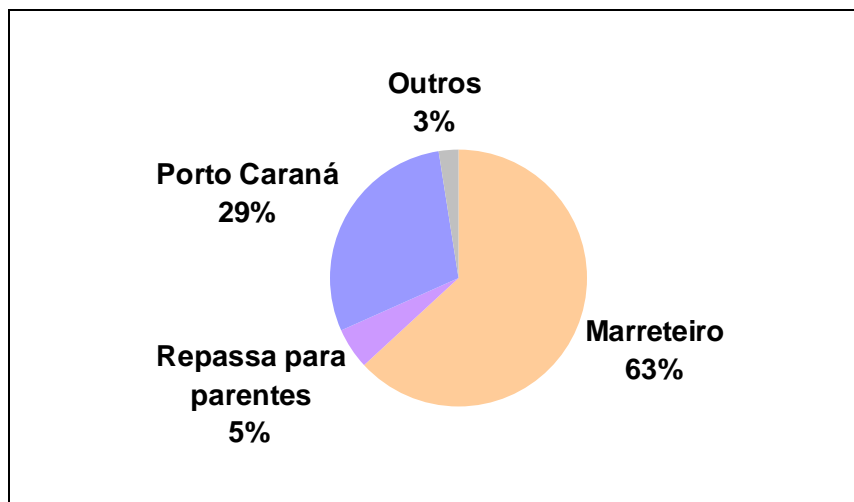


Gráfico 13 - Destino da produção das famílias de Guajará Miri, fevereiro de 2008

Fonte: Freire (2008)

A presença do marreteiro no Porto da Palha é condicionada pela falta de infraestrutura adequada à comercialização, pois os produtos ficam expostos nas estivas do porto. Os produtores ficam aguardando os compradores, sendo que uma parte das famílias repassa sua mercadoria para alguns marreteiros já conhecidos, mas grande parte fica esperando compradores. Há a necessidade de ampliação da feira do Porto da Palha e melhoria da infraestrutura e das condições de higiene no local. Cada produtor deveria ter um *box* para a venda da sua produção diretamente ao consumidor final, evitando a presença do intermediário que se aproveita das condições de concorrência desigual para obter maiores vantagens. Diante das informações dos entrevistados, as maiores desvantagens em relação à comercialização, estão relacionadas ao controle dos preços dos produtos nas mãos dos marreteiros, tanto dos que atuam no Porto da Palha, quanto daqueles que compram a produção diretamente na unidade produtiva.

Em relação aos frutos, os preços variam de acordo com a sazonalidade da produção. Quando está na época da maturação dos frutos, há elevada quantidade ofertada do produto, em relação à demanda. Nesse período a concorrência é desvantajosa no Porto da Palha. Se as famílias não quiserem voltar com toda a sua produção para a comunidade, têm que vender a mercadoria ao primeiro comprador que aparecer, e a um preço bem baixo. As margens de ganho das famílias com a venda nessa época são excessivamente baixas. *O marreteiro cobra o preço que ele acha melhor*, comenta um entrevistado. Quando a safra está iniciando ou terminando é o período para obter maiores rendimentos com a venda da produção, devido à concorrência estar em baixa (Tabela 4).

Tabela 4 - Preço dos produtos comercializados pelas famílias de Guajará Miri no Porto da Palha, fevereiro de 2008

Nº	Produtos	Nº famílias que comercializaram	Quant.	Unid. de medida	Menor preço (R\$)	Maior preço (R\$)	Preço médio (R\$)	Varição maiorP e menorP
01	Cupuaçu	45	3720	Unid.	0,60	2,50	1,18	76%
02	Pupunha	35	3296	Cacho	1,00	10,00	4,14	90%
03	Biribá	7	1875	Unid.	0,22	1,00	0,67	78%
04	Piquiá	6	1430	Unid.	0,10	0,50	0,23	80%
05	Cacau	02	1020	Kg	1,00	1,00	1,00	0%
06	Cacau	01	675	Unid.	0,17	0,17	0,17	0%
07	Bacuri	3	570	Unid.	0,25	1,00	0,58	75%
08	Uxi	22	115	Cento	3,00	9,00	4,93	67%
09	Abacaba	7	105	Lata	5,00	10,00	9,29	50%
10	Tucumã	5	52	Cento	2,00	8,00	4,40	75%
11	Jaca	2	15	Unid.	1,00	1,00	1,00	0%
12	Banana	2	13	Cacho	4,00	5,00	4,50	20%
13	Mari	4	4,5	Panero	2,00	4,00	2,25	50%
14	Mucajá	1	3	Sacola	7,00	7,00	7,00	0%
15	Açaí	16	84	Lata	5,00	35,00	19,94	86%
16	Carvão	16	740	Saca	4,00	6,00	4,60	33%
17	Espeto	12	109,5	Milheiro	7,00	8,00	7,82	12,5%

Fonte: Freire (2008)

Dos principais frutos comercializados pelas famílias, o cupuaçu sofreu uma variação nos preços de 76%, a pupunha 90%, o biribá 78%, o uxi 67%, o piquiá 80%, o bacuri 75% e o açaí 86% no mês de fevereiro de 2008. O menor preço para todos os produtos varia entre R\$0,10 e R\$7,00, com um preço médio de R\$2,50. Tal situação revela que há uma elevada dispersão da média dos preços dos produtos comercializados pelas famílias.

Com base nos relatos das famílias os menores preços alcançados com a venda dos produtos referem-se ao período de safra dos frutíferos em que a concorrência é bastante elevada entre os produtores e a atuação do marreteiro é determinante para a desvantagem com a comercialização. Essas estimativas caracterizam-se em perdas significativas na venda da produção pelos grupos domésticos que acaba por refletir nos baixos rendimentos que são auferidos pela população de Guajará Miri.

Diferentemente, no período em que há escassez dos frutos no mercado, há um aumento considerável nos preços dos produtos, fazendo com que as famílias alcancem rendimentos elevados com a venda da produção. Conforme a Tabela 4, os preços variam de R\$0,17 a R\$35,00, como por exemplo, o preço do açaí, produto determinante para fonte de renda das famílias. Fora da safra o preço é mais elevado, e a venda de uma retirada do fruto é suficiente para garantir por uns dias a sobrevivência da família, afirma um entrevistado. Além de ser esta fruta a base alimentar das pessoas da comunidade.

No período em que a venda da produção das famílias alcança o maior preço, a Receita Total Bruta (RTB) dos principais produtos comercializados, como o cupuaçu, chega a alcançar um rendimento de até 76%, com a venda do fruto. Enquanto que para a RTB do menor preço, há uma perda significativa nos rendimentos, pois as famílias deixam de receber o total de R\$9.300,00, e alcançam apenas 24% do ganho, que equivale a R\$2.232,00 da receita total. A média recebida por família com a venda do cupuaçu ficou em torno de R\$101,31. Para a pupunha o percentual da RTB do maior preço de venda é de 90%, que corresponde a R\$32.960,00, em relação a R\$3.296,00 do menor preço. No mês de fevereiro de 2008, a pupunha foi o fruto que obteve a maior RTB, chegando a alcançar o valor de R\$9.928,83, e proporcionou para as famílias que comercializaram a fruta, uma receita média de R\$283,68 (Tabela 5). No caso da Tabela 4, a atuação do marreteiro é um dos principais fatores para a variação dos preços dos produtos.

Tabela 5 - Receita Total Bruta do maior e menor preço recebido pelas famílias de Guajará Miri, fevereiro de 2008

Nº	Produtos	Nº de famílias que comercializaram	Quant.	RTB (menor preço) R\$	RTB (maior preço) R\$	Média recebida por família
1	Cupuaçu	45	3720	2.232,00	9.300,00	101,31
2	Pupunha	35	3296	3.296,00	32.960,00	283,68
3	Biribá	7	1875	412,5	1.875,00	200,55
4	Piquiá	6	1430	143	715	50,00
5	Cacau (kg)	2	1020	1.020,00	1.020,00	510,00
6	Cacau (unid.)	1	675	114,75	114,75	114,75
7	Bacuri	3	570	142,5	570	86,67
8	Uxi	22	115	345	1.035,00	23,51
9	Abacaba	7	105	525	1.050,00	75,00
15	Açaí	16	84	420	2.940,00	81,56
16	Carvão	16	740	2.960,00	4.440,00	221,50
17	Espeto	12	109,5	766,5	876	70,33

Fonte: Freire (2008)

As dificuldades no processo de comercialização poderiam ser superadas se a comunidade obtivesse um sistema de beneficiamento dos frutos para agregação de valor, principalmente, no período da safra dos frutíferos. Sem a infra-estrutura necessária de valorização dos preços da produção, as famílias são obrigadas a vender a mercadoria a preços considerados baixíssimos. Neste aspecto, se os preços não estão sendo transmitidos de maneira justa para as famílias, isso significa que os mercados (produtor – consumidor) não estão integrados. Há também outro ponto determinante para o baixo rendimento das famílias, o alto custo com o transporte, ou custo de transação da produção até o local de comercialização, principalmente, o relacionado à cobrança das cargas no barco. Essas dificuldades fazem com que a maior parte das famílias comercialize apenas uma vez na semana, o que acaba por fortalecer o papel do marreteiro. Além do que, os familiares vão acondicionando os frutos, com exceção do açaí, na casa, até o dia da comercialização. Os frutos chegam a passar até cinco dias guardados no domicílio e sem equipamentos adequados de conservação dos frutíferos a decomposição dos produtos é elevada, fazendo com que haja uma perda na qualidade dos frutos e obviamente dos preços.

Além do fator sazonal, há outros determinantes que condicionam o baixo rendimento recebido pelas famílias, no processo de comercialização dos frutíferos. Uma das principais

queixas dos produtores é a desvantagem na venda, condicionada pela qualidade e o tamanho dos frutos. Se o cupuaçu for pequeno o marreteiro, *sempre muito esperto*, junta duas ou mais unidades de cupuaçus menores, fazem um lote e compram por apenas R\$1,00, argumentando estarem em tamanho inadequado para a comercialização, “isso é bastante comum durante a venda e quem sai sempre ganhando é o marreteiro”, comenta uma das famílias insatisfeitas com a situação. Com outros frutos, por exemplo, a pupunha, o preço depende da qualidade podendo variar entre R\$4,00 e R\$10,00, informa uma das famílias entrevistada. Assim acontece com o biribá e o cupuaçu em que o preço depende do tamanho e da qualidade do fruto.

Pode-se observar que além dos frutos, o carvão e o espeto também sofrem variação nos preços (Tabela 4). Uma das famílias entrevistadas comentou que todo o carvão produzido na unidade familiar é passado diretamente para o marreteiro da própria comunidade. Há um acordo de entrega quinzenal pela família, de 50 sacas de carvão ao marreteiro. Como o forno (caieira³⁰) estava com problemas devido às constantes chuvas na região, só foi possível produzir 28 sacas. A renda adquirida com a venda do carvão foi de apenas R\$30,00. Três pessoas trabalharam na atividade, inclusive uma delas é o próprio filho do informante. Nesse caso, toda a renda da venda das sacas do carvão foi dividida entre as três pessoas. A família disse ainda que além do carvão, outros produtos são repassados constantemente para um marreteiro da comunidade. É muito raro, a própria família vender a produção no Porto da Palha. Disse achar mais vantagens repassar a produção para o marreteiro, evitando maiores gastos.

É uma dificuldade muito grande pra gente levar a produção até o trapiche que fica bastante distante daqui e depois ter que voltar de madrugada para pegar o barco e ir pro Porto da Palha. Quem não tem carrinho de mão ou bicicleta, como é o meu caso fica mais difícil ainda (Sr. Lourêncio, morador do povoado da Matinha).

Diante dessas dificuldades muitas famílias preferem vender para os marreteiros a sua produção. Para o sr. Lourêncio, o ideal seria a comunidade ter o seu próprio carro para escoar a produção.

As variações de preço do carvão podem também se dar durante o período de verão quando a produção é maior. Para o espeto a variação é de apenas 12,5%, porque a produção não depende de fatores climáticos nem sazonais. Igualmente para a produção da mandioca. Uma das famílias comentou que produz a mandioca amarela para a retirada do tucupi e vende

³⁰ Lugar onde se queima a lenha para fabricar o carvão.

em saca para um marreteiro da própria comunidade. É o marreteiro quem retira o tucupi para a venda.

Para o enfrentamento dos problemas relacionados ao escoamento e à comercialização da produção pelas famílias de Guajará Miri é necessário que a comunidade estabeleça estratégias de fortalecimento comunitário através de um sistema de redes locais que permita a execução de ações cooperativas pautadas na confiança, nas normas e sistemas capazes de aumentar a eficiência comunitária, facilitando as ações coordenadas (PUTNAN, 2000). As redes devem atuar como mecanismo de organização interna e apoio externo com base no trabalho coletivo, participação e organização social. Somente assim poderão ser rompidos os laços econômicos de dependência dos intermediários e possibilitar melhores níveis de vida às famílias de Guajará. Assim também há a necessidade de que as famílias adquiram novos conhecimentos com base na transferência de tecnologias produtivas que sejam acessíveis à realidade da comunidade e esta possa interferir nas relações de preços dos produtos que são disponibilizados no mercado.

Dessa forma, a população de Guajará Miri passará a garantir capacidade produtiva local com aplicação de inovações às atividades produtivas, no sentido de adquirir vantagens competitivas capazes de possibilitar a sustentabilidade econômica das famílias da comunidade. Isso é importante para tomada de decisão dos agentes de mercado, e para a formulação de políticas públicas setoriais. Daí a importância da articulação em redes coordenadas, como estratégia de desenvolvimento interno, para poder estabelecer ações sociais e políticas com outros atores, principalmente o governo e demais instituições de apoio. O acesso à tecnologia não é de domínio público, já que exige vultosos recursos financeiros e pesquisa (CAMPOS, 2002), portanto, há a necessidade de parcerias como estratégia de acesso a novos conhecimentos.

Diante destas e de outras condições faz-se necessário aprofundar em futuros estudos e pesquisas na comunidade e em outras áreas com características parecidas com as de Guajará Miri, processos relacionados à transmissão de preços, custos de transação e redes locais como estratégias de melhoria de renda.

5 ORGANIZAÇÃO FAMILIAR E ESTRATÉGIAS DE MELHORIA DE RENDA

Segundo Bruschini (1989), definir família é tarefa complexa. Para Ferreira (2004), a família seria um grupo de pessoas unidas por laços de parentesco e vivendo na mesma casa, no caso, pai, mãe e filhos. Para o IBGE (2000), uma família vai até os limites físicos de uma moradia, e que os conviventes tenham entre si laços de parentesco e de ajuda mútua, ou mesmo, uma pessoa que more só em uma casa.

Para Medeiros e Osório (2001), o conceito de família tenta refletir uma unidade que compartilha renda e consumo, dentro de um domicílio, tendo características próprias, como laços de parentesco e regras de convivência específicas. Segundo Goldani (1990), é na unidade familiar que são garantidas as condições de consumo. Mas não só as condições de consumo são pensadas na unidade familiar, também, a transmissão de valores e de cultura cujos padrões de relacionamento têm sido reproduzidos socialmente (GOLDANI, 1990).

É importante ressaltar que na década de 1950 os estudos sobre família e as relações vivenciadas no domicílio seguia a linha de pensamento funcionalista (BRASIL, 2000; BRUSCHINI, 1989). Para Bruschini (1989), a função da família se concentra na formação da personalidade do indivíduo, tendo a mãe como a principal responsável pela formação do filho, já que o pai passava a maior parte do tempo fora tendo que garantir o sustento da família através do trabalho. Nesse caso, o modelo de organização familiar predominante era a nuclear (pai, mãe e filho) e mesmo que fossem identificados outros arranjos, a exemplo de outros parentes coabitando no mesmo domicílio, esse arranjo era insignificante.

Na década de 1970, a literatura sobre a família destaca a importância do trabalho doméstico para a reprodução familiar (BRUSCHINI, 1989). Dessa forma o papel da família seria garantir a sua reprodução social e econômica a partir da divisão do trabalho, cabendo às mulheres a reprodução dos valores de uso, na esfera domiciliar, e aos homens a sustentação da família, com a venda da sua força de trabalho no mercado (BRUSCHINI, 1989). As relações familiares passam a ser estudadas, considerando o cotidiano da unidade familiar.

Dessa forma, Goldani (1990) e Bruschini (1989) constataam que a unidade familiar é um espaço de reprodução para o consumo, e neste aspecto, a divisão do trabalho é determinante para alcançar os rendimentos necessários para o consumo familiar. Para os mesmos autores, a vinda dos filhos garantiria a reprodução dos futuros trabalhadores com base nos valores culturalmente estabelecidos no cotidiano da família. A família passa então a ser vista como um grupo que assume várias funções, principalmente, econômicas, e os

membros se articulam para alcançar não só os objetivos de garantias de consumo, mas também da reprodução do indivíduo.

A família passou, então, a ser definida como uma unidade social na qual se realiza a reprodução do trabalhador; é uma unidade de consumo e de rendimentos, grupo composto pela soma dos salários individuais (BRASIL, 2000, p. 8).

Desta forma, as análises da família e das relações familiares ao nível da unidade familiar se tornaram de suma importância. Com contribuições, principalmente, da antropologia, da economia, e da demografia e com o avanço do movimento feminista foi possível revisar conceitos sobre o papel da mulher, tanto no campo, como na cidade. Informações relacionadas ao tamanho e composição da unidade familiar, os aspectos socioeconômicos e demográficos, a questão da nupcialidade e da fecundidade, abriram um leque de conhecimentos sobre o padrão ou organização das famílias.

Diante das diferentes visões acadêmicas o conceito de família passa a ser investigado sob óticas diferentes. Ou seja, incorporando outras formas de organização familiar, além daquela constituída pela família nuclear (pai, mãe e filho). As pesquisas de Bruschini (1989) e Goldani (1990), já apresentavam arranjos familiares diferentes do nuclear. São arranjos do tipo extenso e compostos, além do modelo tradicional, e outras formas de organização no interior da unidade familiar.

O formato de famílias do tipo extensa, estendida e composta para o IBGE (2000) é constituída por duas ou mais famílias nucleares morando no mesmo domicílio. Segundo Nascimento (2006), é comum no Brasil a união de duas famílias nucleares no mesmo domicílio. Para o autor, isso acontece quando um dos filhos se casa e o cônjuge vai morar no domicílio do casal principal.

Chama-se família principal aquela composta pelo casal de país de um dos cônjuges, já a família secundária é formada pelo casal de filho(a) e genro ou nora. Da mesma forma, se um dos netos do casal da família principal morar no mesmo domicílio da família, o IBGE classifica como duas famílias. E também, se uma terceira família nuclear (alguns parente de um dos cônjuges do casal principal) for morar no mesmo teto da família principal, tem-se uma família do tipo extensa, estendida ou composta, segundo o IBGE (NASCIMENTO, 2006).

5.1 ORGANIZAÇÃO FAMILIAR EM GUAJARÁ MIRI

Nesta dissertação, família, ou unidade familiar refere-se ao conjunto de pessoas que convivem no mesmo domicílio e ligadas por laços de parentesco, tal como, referenciado por Medeiros e Osório (2001); Brasil (2000) e Bruschini (1989).

Estudar a família, portanto, é a porta de entrada para entender qualquer sociedade. Daí a importância de diversos pesquisadores se debruçarem sobre seu estudo para compreender o processo de transformações no interior dela, como as estratégias adotadas para garantir sua reprodução. Para este estudo foi necessário compreender a organização das famílias de Guajará Miri, a partir dos arranjos constituídos no interior da unidade familiar. Segundo Medeiros e Osório (2001; 2002), um arranjo familiar é constituído por pessoas que coabitam no mesmo domicílio e que têm qualquer grau de parentesco com o responsável do domicílio ou a pessoa de referência da família, podendo, o mesmo domicílio ser subdividido em várias famílias. Dentro deste contexto, na comunidade de Guajará Miri foram identificados 18 arranjos familiares (Tabela 6):

Tabela 6 - Arranjos familiares em Guajara Miri

Nº	Arranjos familiares	Nº de famílias
01	Casal com filhos na casa	38
02	Casal sem filhos	4
03	Casal com filhos fora da casa	5
04	Casal com filhos e netos	5
05	Casal com filhos, genro ou nora e netos	2
06	Mãe com filhos e netos	1
07	Mãe com filhos, genro ou nora e netos	3
09	Mãe com filhos	9
10	Pai com filhos	1
11	Casal com filhos e outros parentes	2
12	Casal com netos	1
13	Mãe com netos	1
14	Pai com netos	2
15	Mãe com filhos e outros parentes	2
16	Homem morando só	2
17	Mulher morando só	1
18	Mulher com outros parentes	1

Fonte: Freire (2008)

Qualquer uma das nomenclaturas apresentadas na Tabela 9 é considerada tanto pelo IBGE (2000), como pela Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) como uma única família. Também fazem parte das famílias de Guajará Miri outros parentes, como: sobrinhos, tios, genros e noras, com grau de parentesco com o chefe da família e coabitando no mesmo domicílio. Na comunidade não foram identificadas pessoas que não tivessem nenhuma relação de parentesco com o responsável do domicílio morando na mesma casa. Em relação às pessoas morando sozinhas no domicílio, foram consideradas na pesquisa, como família, conforme IBGE (2000).

Para obter uma maior compreensão da realidade das condições de vida da comunidade de Guajará Miri, considerando a forma de organização e a composição das famílias, em termos de número de componentes, relação de parentesco, idade e sexo, foi identificada, analisada e relacionada entre si, a seguinte tipologia de famílias:

- a) Família em expansão – constituída por família nuclear cujos filhos tem no máximo 9 anos de idade;
- b) Família consolidada – constituída por família nuclear, cujos filhos estivessem em idade de 10 anos e mais, mas que não tivessem casados;
- c) Fusão - constituída pela família principal completa ou não, com filhos em várias faixas etárias, podendo estar casados ou não, com a presença de netos e/ou outros parentes;
- d) Famílias chefiadas por mães solteiras – constituída por famílias chefiadas pela mãe solteira, com filhos solteiros em várias faixas etárias;
- e) Outros tipos de família – que não se enquadrem em nenhuma das categorias anteriores.

Diante do exposto, pode-se observar que a forma de organização das famílias, segundo Brasil (2000) é uma estratégia que elas encontram para manter sua sobrevivência. Mas, assim como o conceito de família pode ser percebido por diversos ângulos, a análise das estratégia de sobrevivência também envolve diversos enfoques.

Segundo Worobiej (2000), o conceito de estratégia de sobrevivência pode ser entendido como a multiplicidade de elementos e de comportamentos que incluem ações no âmbito econômico, social e cultural, assim como a inserção de determinadas ações que impactam diretamente nos aspectos demográficos como a fecundidade, a mortalidade e a

mobilidade, caracterizando-se por um conjunto de processos orientados para atender as necessidades básicas de sobrevivência humana.

Portanto, para este autor as estratégias compreendem um conjunto específico de comportamentos que um grupo social adota na estrutura da unidade familiar para garantir a reprodução e as condições de consumo da família, sejam materiais ou não. Deste conjunto de estratégias participam mãe, pai, filhos adultos ou não, agregados e outros parentes, formando, segundo Brasil (2000), um grupo familiar e não simplesmente uma soma de indivíduos.

Diante disso, para Brasil (2000) as estratégias de sobrevivência utilizadas pelas famílias não são apenas necessidades de reprodução material ou econômica, mas também biológica, pois incluem uma variedade de comportamentos econômicos, sociais, demográficos, culturais e ambientais da unidade familiar e não apenas dos indivíduos.

Andrade e Viveros (2005) discutem as estratégias de sobrevivência no campo da ação social da sociodemografia, que denominam de estratégias sociais, por integrar uma variedade de comportamentos coletivos para maximizar os recursos econômicos e sociais. Mas também as estratégias sociais não se restringem apenas ao interior da unidade familiar, considerando que as famílias interagem através de redes coletivas construídas, principalmente, da relação de vizinhança no sentido de estruturar uma organização que lhes permita atuar enquanto comunidades políticas para reivindicar ações frente ao Estado e ao mercado.

El concepto de “redes” o áreas de movimiento permite valorar los nuevos movimientos sociales, constituídos por individuos y pequeños grupos articulados entre si y que comparten una cultura y una identidad. Se basan en relaciones informales, en las que el compromiso personal y la solidaridad efectiva son decisivos. Operan inmersos en la problemática de la cotidianidad y no tanto en el terreno político (ANDRADE; VIVEROS, 2005, p. 8).

Essas redes se expressam independentemente das estruturas formais da sociedade, pois se configuram em categorias específicas ou grupos ou populações específicas que através de suas interações concretizam o seu ajustamento ao meio em que vivem formando uma identidade coletiva e que através de laços de afinidades organizam-se entre si de forma a garantir sua sobrevivência.

Nesse sentido, não se poderá analisar estratégias de sobrevivência relacionando à família exclusivamente, mas estratégias adotadas na unidade familiar e esta interagindo com seu meio. Segundo Castro (2005) e Acevedo Marin e Castro (1998), entre populações

quilombolas da Amazônia as redes de sociabilidade da comunidade reforçam não somente questões internas de relações políticas e sociais, mas também, as estruturas de produção, cultura e costumes que estreitam as relações de convivência.

5.2 TIPOS DE FAMILIAS

5.2.1 Famílias em expansão

As famílias em expansão são constituídas por pai, mãe e filhos ainda menores e correspondem a 24% do total (Gráfico 14). Os casais são ainda jovens e grande parte desse núcleo familiar está começando a produção de sítios, por isso a comercialização da produção é bastante reduzida em relação às outras famílias, com exceção apenas para os núcleos chefiados por mães solteiras. Para suprir suas necessidades, as famílias fazem outras atividades como: pequeno comércio, serviços de pedreiro, capina e coleta de frutos no sítio e roça de vizinhos e parentes, principalmente, dos pais; dentre outras atividades de serviços na própria comunidade. A produção de carvão é freqüente entre as famílias em expansão, por ser uma atividade imediata para gerar renda.

Nas famílias em expansão o homem é o principal provedor do sustento da família, quando não é o único (BILAC, 1978). Isto geralmente acontece quando os filhos são menores e a mãe tem que ocupar grande parte do seu tempo no cuidados dos filhos e da casa. Quando pode a mulher ajudar na roça e na coleta dos frutos, é de responsabilidade das crianças contribuírem com sua força de trabalho nas atividades que não exijam força bruta como a coleta e o armazenamento dos frutos. A coleta se dá para aqueles produtos que geralmente se encontram em baixo das árvores como o cupuaçu, o uxi e o biribá. Da coleta do açaí participa a maior parte de crianças, pois a flexibilidade e a agilidade dos meninos e meninas possibilitam menos riscos na atividade e maior produtividade na extração do fruto. Além dessa atividade, as crianças ajudam na debulha e no transporte do produto do local da extração até a casa da família.

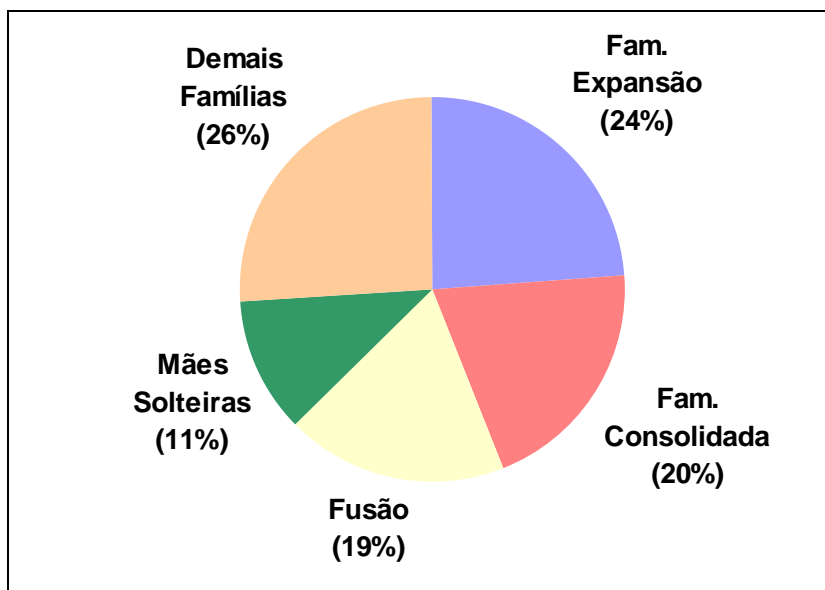


Gráfico 14 - Tipologia das famílias de Guajará Miri, fevereiro de 2008
 Fonte: Freire (2008)

5.2.2 Famílias consolidadas

As famílias consolidadas na comunidade são compostas por casais com filhos acima de 10 anos de idade. São no total 16 famílias que corresponde a 20% do total. A maioria dessas famílias já constituiu sítios e as atividades produtivas contam com total participação dos filhos e do casal. Nota-se a presença de um número maior de pessoas ocupadas nesta categoria de família, principalmente, pela participação de filhos em idade adulta na geração da renda familiar. A produção de carvão também é freqüente nesse grupo doméstico. Os filhos mais velhos ajudam os pais na fabricação desse produto, diminuindo a sobrecarga do trabalho do pai, como acontece na família em expansão. O trabalho da esposa é importante na geração da renda familiar considerando que os filhos têm idade acima de 10 anos e demandam menos cuidados da mãe. Algumas mulheres têm a sua própria renda que é retirada, principalmente da fabricação de tapioca, tucupi, espeto, entre outras.

As crianças de até 16 anos aproximadamente, além de coletar frutos e apanhar açaí, têm a responsabilidade de selecionar os frutos que estão em melhor qualidade, fazer o corte dos talos da pupunha, embalar os frutos e comercializar a produção no Porto da Palha, quando necessário. Quanto maior a idade, maior a responsabilidade. Os filhos adultos fazem a coleta dos frutos que exige maior esforço físico, como subir na palmeira para pegar o cacho da

pupunha, produzir carvão e outras atividades de capina de roça e demais serviços para ajudar no orçamento familiar.

Enquanto para os homens é freqüente o trabalho fora do domicílio, para as mulheres a responsabilidade maior é de ajudar a mãe nos afazeres domésticos ou em atividades produtivas assumidas pela mãe. As vantagens em termos de remuneração e divisão da renda são maiores entre os homens. Em algumas famílias, os pais já repassam para os filhos homens menores a responsabilidade de coletar a sua própria produção e realizar a comercialização. A remuneração obtida é de posse do filho. Para as mulheres, a distribuição da renda não se dá da mesma forma que a dos homens, geralmente, a mãe compra os pertences das filhas. Geralmente também é a mulher adulta que tem posse de alguma renda. Se mãe e filha de maior idade produzirem juntas, a renda é compartilhada entre ambas.

5.2.3 Famílias do tipo fusão

Em Guajará Miri, 15 famílias (19% do total) são de tipo fusão, isto é, coabitam com outros parentes (netos, genros, noras e outros). A ampliação da unidade familiar é condicionada por diversos fatores. Na comunidade, 33% do processo de fusão correspondem à incorporação da prole de filhos solteiros, principalmente de filhos de mulheres jovens solteiras sem condições de manutenção própria que tiveram que permanecer na casa dos pais. Outra forma de fusão encontrada em Guajará Miri é através da incorporação de núcleos em formação à unidade familiar principal. Neste caso, a filha passa a morar na casa dos pais com o marido e os filhos; ou mesmo, casais recém casados e sem filhos, que permanecem na casa dos pais de um dos cônjuges. O núcleo principal ganha um provedor. Já para a família incorporada, a permanência na casa dos pais, mesmo que temporária, é fundamental para que o casal consiga economizar para uma independência futura. Os demais tipos de fusão estão relacionados à integração de outros parentes como os tios já idosos e sobrinhos ao núcleo principal.

Nesse tipo de família, o núcleo principal é constituído, em geral, por pessoas adultas que contribuem de forma considerável para a subsistência da família, seja através da renda da produção, ou de outras fontes como a aposentadoria. Os filhos mais velhos, genros ou noras, realizam várias atividades para contribuir com o sustento familiar, e a renda, em grande parte, é dividida entre os membros da família. Segundo reflexão de uma moradora, “se eu pego R\$30,00, R\$10,00 é dele (genro). Se eu pego R\$50,00, R\$20,00 ou R\$15,00 é dele”. Entre algumas famílias não há divisão da renda entre os participantes, pois tudo é revertido na

compra de gêneros alimentícios e outros bens. As filhas e as netas em idade de trabalhar ajudam a família nas atividades do lar. A renda auferida por filhos mais velhos, genros ou noras que realizam serviços fora do domicílio, pertence ao participante para uso pessoal.

5.2.4 Famílias chefiadas por mães solteiras

No Brasil, nos últimos anos tem havido um crescimento de arranjos familiares constituídos por uma mulher e seus filhos (MEDEIROS; OSÓRIO, 2001). Em Guajará Miri, nove famílias são chefiadas por mães solteiras, correspondendo a 11% do total. Na comunidade, as mães solteiras são mulheres que passam a morar só com os filhos, depois de separar de seus maridos. Outras, que saíram da casa dos pais e foram constituir sua própria autonomia, passando a morar só com os filhos, mesmo sem nunca ter um marido.

As mulheres nessas condições têm idade de 20 a 39 e de 50 a 68 anos com uma taxa de ocupação dos filhos elevada; sete tem filhos entre 10 e 30 anos que contribuem consideravelmente para as atividades de trabalho familiar à medida que a idade aumenta. Os resultados da amostra da comunidade para esse tipo de arranjo familiar são proporcionais àqueles apresentados pelo IBGE (2000).

Nesta categoria há famílias que ainda não têm seus sítios constituídos, portanto boa parte do consumo alimentício é realizado na casa dos pais ou parte do auto-consumo é retirado a partir da prestação de serviço a parentes ou outras pessoas da comunidade. Neste caso, a estratégia de sobrevivência que a mulher, chefe de família encontra, é possibilitada pela rede familiar que ultrapassa os limites internos da unidade familiar (ASSUNÇÃO; FERREIRA, 2006). Algumas das mulheres entrevistadas informaram que tiveram que sair da localidade para conseguir emprego em Belém, geralmente de empregada doméstica, pelo fato de terem enfrentado muitas dificuldades na cidade retornaram à comunidade e resolveram iniciar a plantação de sítios. Uma moradora da localidade disse que mora só com os filhos menores e tem muitas dificuldades para trabalhar sozinha; ela está plantando açaí e cupuaçu e acha o serviço pesado para uma mulher. Algumas mães disseram que sem condições de auto-sustentação tiveram que dar os seus filhos para outros parentes criarem.

Nesse tipo de família, os filhos adultos realizam vários serviços fora da propriedade da família para contribuir na renda familiar, ou mesmo para aumentar a renda pessoal. Os filhos de menor idade não participam na divisão da renda da produção, mais participam da divisão do trabalho. Em geral, neste tipo de família, é a mulher que administra os rendimentos

auferidos do trabalho familiar, somente depois de fazer todas as despesas da casa é que divide o restante da renda entre os filhos mais velhos.

5.2.5 Outros tipos de famílias

Existem outros tipos de famílias que correspondem a 26% do total de famílias na comunidade. São famílias do tipo: casais em formação que ainda não tiveram filhos. Alguns destes estão recentemente casados, e iniciando a plantação de sítios. São quatro famílias na comunidade, e dependem geralmente da família de origem para a subsistência.

Outro tipo identificado na comunidade é de famílias em desagregação. São cinco famílias constituídas por casais em idade adulta, com filhos também em idade adulta que estão morando fora da casa, pois alguns destes já constituíram famílias. Ou, filhos que saíram da casa para trabalhar e/ou estudar na cidade.

Uma família constituída por um casal em idade adulta com netos. Nessa família, os filhos já são adultos e moram fora da casa dos pais. Os netos tem idade de 4 e 1 ano, passaram a morar com o casal pelo fato dos pais não terem condições financeiras de sustentar as crianças.

Três famílias são constituídas por casais com filhos em várias faixas etárias, incluindo crianças de 0 a 5 anos, até adultos acima de 20 anos (solteiros). Assim também para três famílias, cujo pai mora com netos. E uma família em que o pai mora com o filho.

Três famílias são constituídas por pessoas que moram sozinhas na casa. Um jovem que passou a constituir seu próprio sítio tem uma casa e vive da produção de carvão, espeto e prestando serviços para outras pessoas; e duas pessoas idosas, um homem e uma mulher, cujos filhos já são casados, alguns deles moram na própria localidade, outros em Belém. O homem tem um pequeno comércio, é aposentado e diz que prefere morar só. A mulher é aposentada e os filhos só freqüentam à casa da mãe para visitá-la. Ambos os idosos têm seu próprio sítio e ainda trabalham na coleta de frutos. Pagam pessoas da comunidade para fazer serviços que os mesmos não conseguem desenvolver por conta da idade.

5.3 COMPOSIÇÃO FAMILIAR

Manter, aumentar ou diminuir o tamanho das unidades familiares é uma das estratégias de sobrevivência em comunidades rurais da Amazônia. Segundo Bilac (1978), o tamanho da família depende do modo como os indivíduos se organizam para garantir a sua sobrevivência.

Na comunidade, do total de famílias pesquisadas 75% são constituídas por famílias nucleares, e 25% por famílias que foram ampliadas.

A partir das observações de Castro, F. (2006), o número de atividades realizadas pelas famílias está relacionado à composição demográfica da unidade familiar. Aquelas famílias compostas pela maioria de indivíduos em idade adulta tendem a incluir uma quantidade maior de atividades. Mas também a garantia de sustentação dos membros da família depende também da divisão do trabalho estabelecida conforme o sexo e a idade dos indivíduos que compõem a unidade familiar.

Na comunidade de Guajará Miri, as famílias em expansão apresentam a maior razão de sexo (115,6 homens por 100 mulheres), seguidas pelas famílias consolidadas e de mães solteiras. Já as famílias do tipo fusão são as que apresentam a menor razão de sexo (80,4) (Tabela 7).

Tabela 7 - Pessoas da comunidade de Guajará Miri por sexo e tipo familiar

Sexo	Tipo de família					Total
	Expansão	Consolidada	Fusão	Mães solteiras	Outros tipos de famílias	
Homens	37	34	41	13	24	149
Mulheres	32	31	51	12	26	152
Total	69	65	92	25	50	301
Razão de sexo*	115,6	109,7	80,4	108,3	92,3	98,0

Fonte: Freire (2008)

*Número de homens para cada 100 mulheres

Igualmente como Bilac (1978), Castro, F. (2006) e Brasil (2000) observaram, em Guajará Miri, a maioria das famílias está ocupada nas atividades agroextrativistas e a produção é realizada em regime familiar. Portanto, todos os membros em condições de trabalhar estão ocupados em alguma atividade. Considerando que a média de pessoas por família fica em torno de 3,8, número relativamente baixo para famílias rurais que dependem basicamente da mão-de-obra familiar, é necessário que todos os membros participem do trabalho, até mesmo as crianças.

Considerando o limite de 10 anos e mais de idade, utilizado pelo IBGE para identificar a População Economicamente Ativa, as famílias em expansão, tem em média 2 pessoas ocupadas em atividades produtivas, normalmente o marido e a esposa. Neste caso, os

indivíduos ocupados têm que desempenhar um número maior de atividades para poder manter a subsistência da família.

O Gráfico 15 diz respeito à média de pessoas ativas por tipo familiar. Assim, para as famílias consolidadas, a média de pessoas ativas fica em torno de 4 pessoas, geralmente os cônjuges e os filhos, que contribuem ativamente no trabalho. As famílias consolidadas possuem filhos já em idade adulta, podendo eles contribuir de forma considerável para o orçamento familiar.

As famílias do tipo fusão são as que apresentam o maior número médio de pessoas ocupadas (4,9), o que pode estar relacionado à contribuição dos cônjuges (família principal), dos filhos e do acréscimo de outros membros ativos no núcleo, podendo ser o genro, a nora, os netos ou outras pessoas, que passam a contribuir efetivamente para o orçamento familiar. Do mesmo modo que Brasil (2000) observou no Marajó, as famílias do tipo fusão de Guajará Miri, tem um número maior de pessoas ocupadas, isto possibilita distribuir melhor as atividades produtivas entre os indivíduos, de forma a garantir um nível de consumo razoável, sem levar à exaustão os seus membros. Já as famílias chefiadas por mães solteiras têm em média 2,3 pessoas ocupadas, fundamentalmente, a mãe e os filhos, em idade de contribuir com o trabalho na atividade produtiva. As outras famílias apresentaram a menor média (1,9) de pessoas ocupadas.

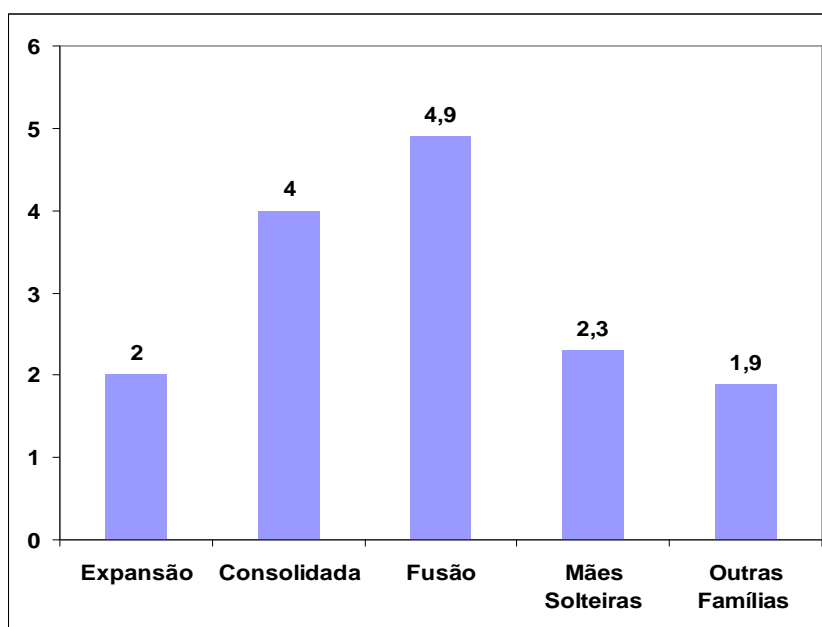


Gráfico 15 - Pessoas economicamente ativas por tipo de família em Guajará Miri, fevereiro de 2008

Fonte: Freire (2008)

Em relação às estratégias adotadas pelas unidades familiares de Guajará Miri para garantir a subsistência do grupo, pode-se afirmar que as famílias do tipo fusão possuem a melhor adequação de distribuição dos membros nas atividades produtivas, pelo fato de apresentar a média maior de pessoas ocupadas. A vantagem se dá pela agregação de um novo núcleo em formação, cujo provedor encontra-se, geralmente, em idade jovem e pode maximizar a realização de algumas atividades que permitirão o aumento geral do consumo doméstico do grupo familiar. Assim também para os núcleos consolidados, cuja média de pessoas ocupadas está em torno de 4 pessoas, e tendo as famílias filhos já em idade adulta, estes podem melhor distribuir as tarefas produtivas de forma a maximizar o rendimento familiar.

Excluindo os ofícios domésticos, em Guajará Miri, são poucas as atividades que são exclusivas para homens e mulheres, quase todas as atividades observadas são compartilhadas por ambos os sexos. Embora em algumas etapas do trabalho na comunidade exija a mão-de-obra fundamentalmente masculina, as demais consideradas de menor esforço físico são compartilhadas com as mulheres. Na produção do carvão e na preparação dos roçados, por exemplo, nas primeiras etapas do processo produtivo há uma participação maior da população masculina, mas nas demais etapas a participação da mulher é fundamental. Na coleta da pupunha e do açaí e no transporte da produção tem uma maior participação de homens. Já as mulheres e as crianças têm uma maior participação na produção de espeto, coletas de frutos e outras atividades que não exijam grandes riscos.

5.4 DINÂMICA ECONÔMICA E SUBSISTÊNCIA EM GUAJARÁ MIRI

5.4.1 A renda familiar monetária

A renda é um dos principais determinantes do nível de bem-estar da população, pois dela depende a capacidade de consumo das pessoas. Segundo Holffmann (2000); Rocha (2000) e Romão (2000), o conceito de renda, refere-se ao valor recebido como remuneração de uma atividade produtiva ou não, sendo esta individual ou coletiva. Nesta pesquisa o termo renda está relacionado aos ganhos das famílias através da venda dos produtos e de outras fontes como a Bolsa-Família, a “bolsa areal”, aposentadoria e outros ingressos, incluindo também a renda não monetária.

Conhecendo a renda das famílias pode-se determinar as condições de bem estar de uma determinada população. No entanto, para se ter uma dimensão maior do nível de bem-

estar, é fundamental analisar a renda conjuntamente com outros fatores que afetam a qualidade de vida, e que não dependem da renda monetária. Para isso, é fundamental inserir na análise a renda não monetária. Esse tipo de renda é auferida basicamente do auto-consumo das famílias, do acesso a serviços públicos básicos e das relações comunitárias e de parentesco existentes na comunidade. Isto se torna imprescindível, porque a mensuração da linha da pobreza no Brasil, que caracteriza as condições de bem-estar, é construída com base em indicadores tipicamente econômicos que não refletem a realidade local, especialmente em áreas rurais da Amazônia.

Tal medida não agrega informações não monetárias muito freqüentes nestas áreas (CARDOSO; NEGRÃO, 2006). Brasil (2000) enfatiza que em qualquer pesquisa socioeconômica as informações sobre a renda auferida pelas famílias rurais são sempre muito complexas e diferem daquelas das economias capitalistas que regem o sistema econômico atual. Conforme afirma Rivas et al. (2008), a produção rural em grande parte é destinada ao consumo familiar. Neste caso, o produtor não tem o hábito de adotar um sistema de controle de suas despesas e receitas obtidas com a produção. Portanto, o estudo da renda de populações tradicionais deve levar em consideração as especificidades locais, pois são componentes únicos de análises (RIVAS et al., 2008).

Em Guajará Miri, a produção para o mercado tem se constituído de grande relevância para o sustento de vida da comunidade. No entanto, foi observado que mesmo que a renda proveniente da venda da produção seja de suma importância para a sobrevivência das famílias, assim como a produção para o auto-consumo, essa renda não é quantificada de forma a demonstrar as condições de vida³¹ das famílias. Entre as famílias de Guajará Miri, nenhuma delas apresentou sequer qualquer forma de controle financeiro proveniente da comercialização da produção e do consumo. Até porque, segundo Hoffmann (2000) e Rivas et al. (2008), entre as populações rurais da Amazônia, a produção é voltada, fundamentalmente, para a sobrevivência das famílias. Portanto, o produtor não tem como hábito o controle financeiro da venda e do consumo obtido com a produção e de outras fontes de renda. A afirmativa dos autores em questão confirma a observação da pesquisadora durante o campo, pois o que importa para as famílias de Guajará Miri com a venda da produção resulta na compra das mercadorias, principalmente, para alimentação.

³¹ Segundo Fukai, apud Nascimento (2006), o termo relacionado a *condições de vida* das famílias tem a ver prioritariamente com a garantia de manutenção da vida através da aquisição de bens materiais: comer, vestir, abrigar. Dessa forma, o grupo familiar caracteriza-se como uma “unidade de renda e de consumo”, sendo o trabalho a base para sua manutenção. Em se tratando do estudo das famílias de Guajará, o termo “condições de vida” está relacionado não apenas com arranjos da aquisição da renda familiar, mas também com fatores que perpassam pela organização social, política e cultural da comunidade como forma de garantia de sobrevivência.

Para isso, a pesquisa de campo realizada em Guajará Miri, levantou informações da renda monetária auferida da quantidade de produtos agroextrativistas comercializados, assim como de aposentadorias, Bolsa-Família, “bolsa areal” e outras fontes de renda (serviços prestados, remuneração de professor da comunidade, agente de saúde comunitário, projetos comunitários) no mês de fevereiro de 2008. Mas também, foi realizado o levantamento da renda não-monetária dos principais produtos destinados ao auto-consumo na unidade familiar, considerando, fundamentalmente, o mês de fevereiro de 2008. Assim, foi possível obter dados referentes à renda total das famílias de Guajará Miri.

Em se tratando da renda auferida da comercialização da produção familiar, os dados indicaram que a renda média no mês de fevereiro de 2008, recebida pelas famílias pesquisadas fica em torno de R\$133,02, média considerada baixa em comparação ao valor do salário mínimo de fevereiro de 2008 (Tabela 8).

Tabela 8 - Valor total e médio recebido pelas famílias de Guajará Miri das atividades produtivas em fevereiro de 2008

Produto	Valores	
	Total (R\$)	%
Frutos (excluindo o açaí)	19.342,86	73
Carvão	3.544,00	13
Demais atividades**	1.436,00	5
Açaí	1.304,96	5
Espeto	844,00	3
Valor total	26.471,82	100
Média*	133,02	

Fonte: Freire (2008)

*Somatória de todos os valores da produção comercializada em fevereiro de 2008, dividido pelo número de famílias que comercializaram no período.

**Estão incluídas as atividades produtivas (comercialização de utensílios domésticos, coleta de ervas medicinais e aromáticas etc.)

A atividade economicamente mais rentável para as famílias no período é proveniente da comercialização dos frutos regionais (excluindo o açaí). A venda de cupuaçu, pupunha, uxi e demais frutíferos, é responsável por 73% da renda da comercialização no mês de fevereiro de 2008, que equivale a R\$19.342,86 da receita total auferida por todas as unidades domésticas que participaram na venda. A segunda atividade que mais contribui com o

rendimento familiar mensal é da produção do carvão (13%). Tanto o carvão como o espeto são atividades de complementação de renda, ou atividades que contribuem para a geração de renda rápida, em momentos de dificuldades financeiras para as famílias. A receita da produção do carvão, segundo informações dos entrevistados, é maior durante o verão, portanto, o total correspondente a R\$3.544,00 auferido em fevereiro de 2008 (período de chuvas), poderá se elevar nos períodos menos chuvosos. Já a produção do espeto é realizada todo tempo por algumas famílias, mas também sofre influência das chuvas, pois precisa do sol para secar os espetos.

Como a produção dos frutos depende da sazonalidade, o açaí no período de julho a dezembro é o principal produto para o aumento do rendimento familiar. Mas mesmo fora da safra o fruto contribui com 5% da renda mensal das famílias. Segundo os moradores, *a safra do açaí é muito melhor pro nosso ganho*, pois a comercialização é realizada todos os dias e a embarcação da comunidade sai sempre com uma grande quantidade de açaí para a venda.

Em termos de rendimentos recebidos por tipo familiar, os dados da Tabela 9 demonstram que as famílias consolidadas apresentaram a renda média mais elevada (R\$ 183,81). E aquelas constituídas por mães solteiras, apresentaram a menor média (R\$ 53,00). Em todas as famílias, o maior rendimento é proveniente da produção de frutos (excluindo o açaí), que representou sempre acima de 51% da renda. É importante ressaltar que a família do tipo fusão é a que obtém o maior percentual da produção dos frutíferos, chegando a alcançar 91% em relação aos demais produtos. Neste tipo de família a média de pessoas ocupadas é de 4,9, a maior média. Isto significa que todas as pessoas em condições de trabalhar estão ocupadas, principalmente, na extração e venda dos frutos. Como mostra a Tabela 12, as atividades produtivas de carvão e espeto entre famílias do tipo fusão são praticamente irrelevantes, isto demonstra que as famílias se dedicam prioritariamente à produção dos demais frutos, incluindo o açaí. Como os frutos sofrem uma variação considerável de queda nos preços, pelos fatores já relatados no capítulo anterior, essas famílias estão mais sujeitas a auferir rendas médias baixa em relação às famílias consolidada e em expansão que complementam a renda monetária com a venda do carvão.

Outro fator que a Tabela 9 está indicando, é a importância da produção do carvão para a elevação da renda familiar. Se as famílias tipo fusão se dedicam pouco à produção e venda do carvão, pode ser um dos fatores para a média (R\$122,11) ficar abaixo daquela recebida pelas famílias consolidadas e expansão.

Tabela 9 - Valor total e médio recebido da produção por tipo familiar em Guajará Miri, fevereiro, 2008

Produto	Tipo de família					Total
	Consolidada	Expansão	Fusão	Mães solteiras	Outros tipos de família	
Frutos (exceto o açai)	6.554,98	2.008,63	5.540,35	515,00	4.723,90	19.342,86
Açai	310,00	280,00	259,96	120,00	335,00	1.304,96
Espeto	40,00	8,00	20,00	272,00	504,00	844,00
Carvão	1.504,00	1.020,00	200,00	100,00	720,00	3.544,00
Demais atividades*	230,00	541,00	85,00	0,00	580,00	1.436,00
Valor total	8.638,98	3.857,63	6.105,31	1.007,00	6.862,90	26.471,82
Média	183,81	175,35	122,11	53,00	112,51	133,02

Fonte: Freire (2008)

*Estão incluídas as atividades produtivas (comercialização de utensílios domésticos, coleta de ervas medicinais e aromáticas etc.)

As famílias consolidadas e em expansão apresentaram a produção do carvão como a atividade de complementação de renda que mais contribui com a elevação da média da produção, depois dos frutos. A produção do espeto é praticamente insignificante para esses dois tipos de arranjos familiares. Observando que a família consolidada já possui sítios constituídos, a dedicação no cuidado e na coleta dos frutíferos é maior em relação às outras atividades produtivas. Outro fator determinante para a obtenção do rendimento maior na venda dos frutos, que chega a alcançar o valor de R\$ 6.554,98 nas famílias consolidadas, se dá pelo fato do grupo familiar dispor de filhos já em idade adulta o que dá à mulher mais tempo livre para ajudar diretamente nas atividades produtivas da unidade familiar e contribuir na renda. Nesse caso, o número de pessoas ativas na família é maior podendo melhor distribuir as atividades da produção entre os membros de forma a maximizar a produtividade do trabalho, tendo como consequência a média da produção mais elevada em relação às outras categorias (R\$183,81).

Para as famílias em expansão, os frutos, o carvão e a produção de demais atividades (venda de ervas medicinais e aromáticas, farinha de tapioca, tucupi, utensílios de fabricação artesanal e doméstica), contribuem com 14% para o rendimento familiar. Nesse arranjo a responsabilidade maior do trabalho recai sobre o casal, quase que exclusivamente ao homem que tem que se dividir entre a coleta dos frutos e a produção do carvão para garantir a sustento da família. A esposa dedica mais tempo ao cuidado dos filhos ainda menores e da casa, de forma que contribui muito pouco para o orçamento familiar. O valor total da produção das famílias em expansão, em fevereiro de 2008 (Tabela 9), ficou em torno de R\$ 3.857,63, bem abaixo do valor das demais tipologias, exceto, da tipologia chefiada por mães solteiras.

Mesmo assim, foi a que recebeu a segunda maior receita média (R\$ 175,35), ficando somente abaixo das famílias consolidadas. É importante ressaltar que nessa tipologia familiar há casais ainda muito jovens, casados recentemente, e poucos destes têm seus sítios constituídos, grande parte do rendimento familiar é proveniente da ajuda dos pais e de outros parentes.

Para as famílias de mães solteiras a produção do espeto constitui a segunda maior renda após a coleta de frutos (27%). Mesmo praticando a maior parte das atividades produtivas, esse tipo de família é o que tem a média mais baixa. Esse fator pode estar relacionado, principalmente, ao fato de muitas mães possuírem filhos ainda menores, e terem que desempenhar grande parte dos trabalhos de produção sozinha. Além do mais, como poucas têm sítios constituídos, grande parte da venda de frutos se dá a partir da retirada dos produtos dos sítios de outros parentes.

Em geral, mesmo que as famílias executem a maior parte das atividades produtivas, o rendimento recebido do trabalho é muito baixo para garantir o sustento da família, principalmente, para aquelas unidades familiares que possuem médias elevadas de pessoas residentes no domicílio.

As famílias de Guajará Miri para suprir suas necessidades básicas obtêm outras fontes de renda monetária. Embora a renda principal seja das atividades extrativistas, é de levar-se em consideração a tendência crescente do aumento do número de famílias que dependem do ingresso monetário fora da esfera da produção, como as aposentadorias, o Bolsa-Família, o “bolsa areal” e outras atividades (capina de roçado, serviços prestados, ajuda de parentes e renda dos projetos comunitários) (Tabela 10).

Tabela 10 - Contribuição de outras fontes monetárias para o rendimento familiar por tipo de família em Guajará Miri, fevereiro de 2008

Tipo de família	Aposentadoria		Bolsa-Família		“Bolsa areal”		Outras fontes*		Total	
	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$
Consolidada	11	1.140,00	43	1.077,00	18	480,00	28	1.770,00	100	4.467,00
Expansão	0	0,00	46	1.221,00	29	450,00	25	790,00	100	2.461,00
Fusão	23	2.280,00	29	900,00	24	420,00	24	3.295,00	100	6.895,00
Mães solteiras	10	380,00	53	564,00	37	240,00	0	0,00	100	1.184,00
Outros tipos de famílias	31	2.556,00	20	654,00	28	570,00	21	730,00	100	4.510,00
TOTAL	32,57	6.356,00	22,63	4.416,00	11,06	2.160,00	33,74	6.585,00	100	19.517,00

Fonte: Freire (2008)

* Serviços prestados, remuneração dos projetos comunitários, salários e outros ganhos.

Em Guajará Miri a renda proveniente das aposentadorias tornou-se um importante subsídio para o rendimento familiar, principalmente, nos períodos de maiores privações. Quando está fora da safra dos frutos é a renda da aposentadoria que ajuda na compra dos gêneros necessários a subsistência da família, devido a sua regularidade mensal. Observando a Tabela 10, o rendimento recebido da aposentadoria, em relação às outras fontes de renda especificadas, representa 31% do ganho para os outros tipos de famílias, seguido das unidades do tipo fusão com 23%, que receberam uma renda fixa de até um salário mínimo na época da entrevista³². Mesmo estando aposentados, os idosos ainda precisam trabalhar nas atividades produtivas do núcleo doméstico para poder contribuir com a elevação do rendimento familiar. Esse fator vem sendo uma tendência no país devido ao crescimento da população idosa. No período de 1997 a 2007 houve um crescimento relativo de 21,6% de idosos no território brasileiro. Decorrente de uma nova dinâmica demográfica foi possibilitado pela queda da fecundidade e o aumento da expectativa de vida. Dessa forma, do total de domicílios com população mais velha no Brasil, 53% deles são responsáveis por mais da metade da renda familiar (IBGE, 2000). Da mesma forma, Augusto e Ribeiro (2006) evidenciam que a renda principal das famílias rurais, em todo o território nacional, é oriunda dos benefícios previdenciários, sendo que as mulheres representam 69,8% e os homens 54,5% das aposentadorias.

Outro fator importante em relação à aposentadoria rural, segundo Augusto e Ribeiro (2006) é que a alocação da renda familiar tem uma relação direta com o número de agregados no domicílio. De fato em Guajará Miri, foi observado que para as famílias do tipo fusão a renda da aposentadoria sustenta um número elevado de pessoas por domicílio (6,1) (cônjuge, netos, filhos, e outros parentes que dependem do benefício das aposentadorias). Já para as famílias consolidadas, e de mães solteiras, a renda da aposentadoria em relação às demais fontes da Tabela 13, representa 11% e 10%, respectivamente. Neste sentido, embora a renda da aposentadoria seja diminuta, ela é essencial.

Nenhuma das famílias em expansão recebe aposentadoria; em compensação 46% delas recebem Bolsa-Família. Em Guajará Miri o valor do Bolsa-Família varia entre R\$36,00 e R\$185,00, dependendo do número de crianças e de gestantes residindo em cada unidade doméstica.

³² Em fevereiro de 2008, mês da realização do levantamento de campo, o valor do salário mínimo era de R\$380,00.

Para as famílias constituídas por mães solteiras o Bolsa-Família representa 53% da renda auferida por essas fontes e contribui com um rendimento médio mensal de R\$ 94,00.

Nas famílias do tipo fusão, o Bolsa-Família torna-se a principal fonte de renda para investir no sustento dos filhos. As mulheres com filhos ainda bebês que moram com os pais não podem ajudar muito nas atividades produtivas, mas as mães que tem filhos em maior idade conseguem contribuir efetivamente para o orçamento familiar.

Outra fonte de renda não governamental de suma importância para a comunidade é auferida do arrendamento da área do areal. Participam da “bolsa areal” 90% das famílias de Guajará Miri. As famílias de mães solteiras são as que têm a maior representação da renda do “bolsa areal”, contribuindo com 37%, em relação às outras tipologias familiares. Para esse tipo familiar, tanto a “bolsa areal”, quanto o Bolsa-Família são determinantes para a sobrevivência de seus indivíduos, pois a renda dos benefícios compensa os baixos rendimentos recebidos da produção.

Em seguida estão as famílias em expansão com 29% de representação de importância da “bolsa areal” em relação aos demais tipos de famílias. Neste tipo de família há uma tendência maior de filhos menores e mulheres ainda em idade fecunda, resultando em um maior benefícios do Bolsa-Família do que o “bolsa areal”.

As demais fontes correspondem à renda recebida por diversos serviços na comunidade, ingressos de serviços prestados à associação, serviços de costura, mecânico de bicicleta, capina de roças, dentre outros rendimentos (Tabela 13).

5.4.2 Renda per capita familiar

Conforme parâmetros do PNUD (2007), os indivíduos que recebem rendimentos menores que R\$190,00 per capita estão abaixo da linha da pobreza. Considerando somente os aspectos monetários em Guajará Miri, pode-se observar, com base na Tabela 14, que na comunidade existe um número significativo de famílias abaixo da linha de pobreza. Para calcular a renda per capita monetária, por tipo familiar da comunidade de Guajará Miri, adotou-se a metodologia usada pelo IBGE. Para o cálculo, foi feito o somatório de todo o rendimento recebido por família, de determinada tipo, por atividade: (1) produtiva (proveniente da venda dos frutos e outras atividades de cunho produtivo) e (2) outras fontes (aposentadoria, “bolsa areal”, Bolsa-Família e demais serviços) auferidas pelas famílias. Do somatório de cada atividade por tipo de família, foi feita a divisão pelo número de pessoas existente em cada tipo familiar.

Na Tabela 11, a maior renda per capita média foi recebida pelas famílias constituídas por outros tipos de família, no valor de R\$ 227,45 por unidade familiar; e o menor rendimento foi obtido pelas famílias de mães solteiras, no total de R\$ 87,64, valor que reflete a situação de extrema pobreza para essas famílias. As pesquisas do IBGE (2000) têm demonstrado que está aumentando a cada ano o número de mulheres chefes de família no Brasil, no entanto, o rendimento mensal recebido por elas ainda é muito baixo. Em 2006, 31% dos lares chefiados por mulheres recebiam até meio salário mínimo per capita (IBGE, 2000). Em Guajará Miri, os baixos rendimentos mensais recebidos pelas famílias de mães solteiras refletem a dependência desses núcleos domésticos dos seus parentes, principalmente dos pais. Devido à falta de condições de auto-sustentação, muitas destas mães são obrigadas a darem os seus filhos para conviverem com outras pessoas.

Tabela 11 - Renda per capita monetária média por tipo familiar, fevereiro 2008

Tipologia	Total de indivíduos por tipo de família	Valor absoluto			Renda per capita familiar média (R\$)		
		Produção	Outras fontes*	Total	Produção	Outras fontes*	Total per capita familiar média (R\$)
Outros tipos de família	50	6.862,90	4.510,00	11.372,90	137,25	90,2	227,45
Consolidada	65	8.638,98	4.467,00	13.105,98	132,91	68,86	201,77
Fusão	92	6.105,31	6.895,00	13.000,31	66,36	74,94	141,30
Expansão	69	3.857,63	2.461,00	6.318,63	55,91	35,67	91,58
Mães solteiras	25	1.007,00	1.184,00	2.191,00	40,28	47,36	87,64
TOTAL	301	26.471,82	19.517,00	45.988,82	87,95	64,84	152,79

Fonte: Freire (2008)

* Inclui as aposentadorias, o “bolsa areal”, o Bolsa Família e demais atividades não produtivas

Considerando os parâmetros do PNUD/BRASIL (2007), na comunidade, as famílias que recebem rendimentos per capita acima de R\$190,00³³, estariam acima da linha de pobreza. Enquanto aquelas com renda per capita entre R\$95,00 e R\$190,00 seriam pobres. E as famílias que receberam valor per capita inferior a R\$95,00, estariam vivendo em situação

³³ Parâmetro de medida com base no valor de R\$380,00, salário mínimo de fevereiro de 2008, época do levantamento de dados na comunidade.

de indigência ou extrema pobreza, que não obtêm recursos suficientes para atender os requisitos materiais mínimos estabelecidos para viver (ROCHA, 1996).

Na Tabela 12, pode-se observar que na comunidade de Guajará Miri, das 80 famílias que compõem a amostra, 57 famílias estariam vivendo em condições abaixo da linha da pobreza, o que corresponde a 71,25% de famílias, cuja renda monetária é insuficiente para melhoria das condições de vida. Do total de famílias, 36,25% estariam em situação de extrema pobreza. São 29 famílias que obtiveram no mês de fevereiro de 2008, uma renda per capita familiar inferior a R\$95,00. Outras 28 famílias estariam na condição de pobres, com remuneração per capita entre R\$95,00 e R\$190,00. Apenas 28,75% das famílias estariam com renda per capita acima de R\$190,00, ou seja, em situação acima da linha da pobreza.

Na comunidade, as tipologias familiares que obtiveram renda per capita acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo são as constituídas por outros tipos de famílias, que receberam R\$227,45 de renda per capita familiar média, seguida das famílias consolidadas que auferiram em média R\$201,77 da renda per capita familiar. Nesses dois tipos de família a elevação da renda proveniente de outras fontes foi determinante para a elevação da renda monetária, principalmente a renda das aposentadorias, pois nessas famílias há um número maior de aposentados e de pessoas fazendo outros serviços.

As famílias realizam um número maior de atividades produtivas, já que existe um número significativo de pessoas ocupadas no domicílio, podendo assim, melhor distribuir as tarefas na unidade familiar e auferir um rendimento mais elevado. Outro fator importante é que a maior parte das famílias possui sítios produtivos, dessa forma, os membros ocupam-se mais nos trabalhos voltados para a coleta e a comercialização dos frutos e na produção do carvão para a venda, principais atividades de obtenção de renda (Tabela 9).

No entanto, estratificando as condições de pobreza, pode-se perceber na Tabela 15 que o número de pobres nas famílias consolidadas é proporcional aquelas famílias na situação acima da linha da pobreza, pois são cinco famílias na condição de extrema pobreza, e três delas na categoria de pobres. Na categoria outros tipos de famílias são oito famílias na condição de pobres e duas em situação de extrema pobreza.

Tabela 12 - Famílias em condições de pobreza em Guajará Miri tomando somente a renda monetária, fevereiro de 2008

Renda R\$	Tipos de família					TOTAL
	Consolidada	Expansão	Fusão	Mães solteiras	Outros tipos de família	
Acima de R\$190,00	8	2	2	-	11	23
R\$95,00-R\$190,00	3	4	8	5	8	28
Abaixo de R\$95,00	5	13	5	4	2	29
TOTAL	16	19	15	9	21	80

Fonte: Freire (2008)

Para as famílias em expansão, fusão e de famílias chefiadas por mães solteiras o aumento nas outras fontes não foi suficiente para elevar a renda monetária total de forma considerável. Portanto, a maioria ficou abaixo da linha da pobreza. Das famílias do tipo fusão, oito famílias estão na condição de pobres e cinco em situação de extrema pobreza. Embora os rendimentos das outras fontes (R\$74,94 em média) tenham sido importantes para as famílias, a renda per capita da produção foi muito baixa, o que não permitiu para esse tipo de família elevar a sua renda monetária. No mês da pesquisa a renda per capita familiar média para o tipo fusão foi de R\$141,30, com esse valor a família é incapaz de suprir suas necessidades básicas, principalmente, quando nessa unidade familiar a média de pessoas é de 6.1.

A categoria em expansão tem o maior número de famílias em condições de extrema pobreza (13 famílias). Esse tipo de família teve rendimentos médios per capita tanto da produção, como das outras fontes, muito baixos, conforme indica a Tabela 11. Também estão nessas condições as famílias de mães solteiras. Neste caso, todas as nove famílias estão abaixo da linha da pobreza.

A situação de pobreza entre as tipologias familiares na Tabela 12 indica que as condições de vulnerabilidade são ainda maiores para as famílias de mães solteiras e expansão, pois os dois tipos de famílias foram os que apresentaram um número maior de pessoas que receberam renda per capita de até meio e um quarto do salário mínimo. Nessas famílias a dependência dos parentes é um dos indicadores do nível de pobreza extrema, pois muito dos grupos domésticos ainda não tem sítios maduros, portanto muitas pessoas não comercializam ainda. Ou quando o fazem compartilham dos recursos de parentes que cedem um pouco de

sua produção para que a família realize a venda e consumo dos produtos. Outro fator que contribui para os baixos rendimentos é o fato de a média de pessoas por domicílio ser considerada baixa, no caso das mães solteiras, a mulher tem que trabalhar sozinha na plantação de sítio. E as famílias em expansão ainda têm muitas crianças, sendo, principalmente o homem que contribui com o trabalho nas atividades produtivas. Assim, os ganhos monetários do Bolsa-Família e do “bolsa areal” são determinantes para suprir as necessidades alimentares do grupo. Isso está indicando que se retirado, ou se as famílias não tivessem acesso a qualquer outro benefício de renda monetária mínima a situação de subsistência ficaria ainda mais comprometida.

Contudo, as condições de pobreza reveladas pela renda monetária não permitem explicar como as famílias de Guajará sobrevivem neste ambiente. É necessário, portanto, agregar outras análises, entre as quais, as que têm papel crucial na renda não-monetária.

5.4.3 O consumo familiar

Em se tratando do consumo familiar, embora na pesquisa não tenha sido possível obter dados precisos dos gastos principais das despesas das famílias de Guajará Miri, foi observado que a maior parte da renda monetária das famílias é revertida em consumo alimentar. A despesa com a alimentação é realizada na feira do Porto da Palha, ou em tabernas e supermercados próximos ao porto. Segundo Acevedo Marin, Pinto e Monteiro (2005), os freqüentadores do porto não precisam ir muito longe para adquirir os produtos que precisam comprar, pois a feira e os estabelecimentos comerciais que ficam às proximidades do porto têm quase tudo que as famílias precisam. Além disso, existe uma facilidade de crédito para a compra, de forma fiado, em alguns locais e o preço das mercadorias são considerados mais em conta.

O barco da comunidade chega ao Porto da Palha cheio de produtos para serem comercializados e retorna cheio de mercadorias para a comunidade. No Porto da Palha afirmaram que é mais barato que no comércio da comunidade. A proximidade com Belém também facilita esse tipo de comércio. Então quando os produtores vendem sua produção no porto eles logo tratam de fazer a despesa da casa e todas as outras coisas necessárias à sobrevivência das famílias.

Para as populações tradicionais da Amazônia, a exemplo de Guajará Miri, a compra das mercadorias não dá condições de valorização do capital, pois o consumo é somente para

subsistência. Até porque a falta de infra-estrutura adequada no processo de produção e comercialização não permite aos pequenos produtores a acumulação do excedente, pois os preços dos produtos são sub-valorizados no mercado, com isso a renda recebida é muito baixa para o consumo. Mesmo que a produção e comercialização realizada pelas famílias de Guajará Miri se insiram no circuito do capital mercantil, o processo é basicamente para garantir a subsistência. Nesse caso, tanto a produção para a venda, quanto para o consumo das famílias é direcionada para a compra de alimentação, vestuário, medicamentos, acessórios de uso pessoal e outros produtos de forma a garantir as necessidades da família (Fotografias 37 e 38).



Fotografia 37 - Compra de mercadoria por famílias de Guajará Miri no Porto da Palha
Fonte: Freire (2008)



Fotografia 38 - Barco de Guajará Miri com mercadoria das famílias saindo do Porto da Palha
Fonte: Freire (2008)

Os níveis de subsistência a que estão submetidas as famílias de Guajará Miri se refletem nos baixos rendimentos recebidos pelos grupos domésticos. Quando comparado o rendimento per capita monetário recebido pelas famílias ao custo da cesta básica dos gêneros de alimentação na Região Metropolitana de Belém (RMB), pode-se observar que cada família precisaria de R\$178,14 para adquirir a cesta básica no mês de referência (fevereiro de 2008) (Tabela 13). Segundo dados de Pará (2007), o valor da cesta básica da RMB de fevereiro de 2008 correspondia a 46,89% do salário mínimo. Outra parte do orçamento familiar é comprometida com outras despesas (móveis e equipamentos domésticos, saúde, habitação, transporte e comunicação, vestuário, gastos pessoais, dentre outros).

Tabela 13 - Valor da cesta básica da RMB no mês de fevereiro de 2008

Produtos	Quantidade	Gasto em FEVEREIRO/08 (R\$)	Gasto em JANEIRO/08 (R\$)	Varição no mês (%)
Carne de 2ª	4,5 Kg	25,61	25,25	1,43
Leite in natura	6,0 Lt	12,36	12,66	-2,37
Arroz polido	3,6 Kg	6,19	6,44	-3,88
Feijão jalo	4,5 Kg	23,4	22,50	4
Farinha de mandioca	3,0 Kg	5,34	5,16	3,49
Tomate	12,0 Kg	25,8	26,28	-1,83
Pão comum	6,0 Kg	33,6	33,60	0,00
Café moído	300 G	2,88	2,80	2,86
Banana prata	7,5 Dz.	23,7	23,63	0,3
Açúcar refinado	3,0 Kg	3,75	3,81	-1,57
Manteiga	750 g	12,17	11,54	5,46
Óleo de Soja	900 MI	3,34	3,28	1,83
Gasto total mensal/R\$		178,14	176,95	0,67
Gasto salarial (%)		46,89	46,57	
Salário mínimo/R\$		380	380,00	
Horas trabalhadas		112h 45min	111h 59min	

Fonte: SEPOF/DIEPI/GERIN

(*) A Cesta Básica representa os gastos com alimentação de um trabalhador adulto, (Decreto Lei nº399/38 de

Se o rendimento monetário *per capita* recebido pelas famílias não atinge o valor necessário para aquisição da cesta básica mensal para a subsistência familiar, as outras despesas fundamentais para garantir o desenvolvimento humano estabelecido pelas Metas do Milênio estão ainda mais comprometidas. E se na comunidade o sistema de educação, de saúde, de transporte para o escoamento da produção das famílias, a presença dos marreteiros no circuito da comercialização, os projetos comunitários para geração de renda que estão em condições de extrema precariedade, então a situação de pobreza dessas famílias é ainda mais preocupante. Mesmo para as famílias consideradas acima da linha da pobreza, o rendimento recebido mostra-se insuficiente para garantir o bem-estar familiar.

No entanto, a pobreza não deve ser vista somente como um problema relacionado aos baixos rendimentos monetários, é importante observar limitações na saúde, educação, saneamento básico. Ou seja, é importante analisar a pobreza num foco multidimensional (PNUD, 2004; DATT et al, 1998; CARDOSO; NEGRÃO, 2006; HOFFMANN; KAGEYAMA, 2006; ROMÃO, 2000).

5.5 SUBSISTÊNCIA E RENDA FAMILIAR

Embora a renda monetária seja um importante instrumento de mensuração de bem-estar e pobreza é necessário integrar ao cálculo outras variáveis de cunho não-monetário (LOPES, 1993). Segundo Hoffmann (2000), os sistemas de mensuração de pobreza tradicionais não consideram o valor da produção para o auto-consumo dos pequenos agricultores das áreas rurais, mesmo que ele seja um dos componentes de suma importância para o cálculo da renda real dessas famílias. Segundo o mesmo autor, o valor não computado acaba sub-estimando os rendimentos finais das famílias colocando-as em condições de pobreza extrema.

Para se ter uma dimensão maior do que seja uma população pobre é consenso entre diversos autores a importância de analisar a renda conjuntamente com outros fatores. Nesse caso, a quantificação de indicadores relacionados a variáveis não monetárias deve ser considerada importante (LOPES, 1993). Assim, para melhorar suas condições as famílias desenvolvem estratégias não-monetárias para suprir suas necessidades não cobertas com a renda monetária. No caso de Guajará Miri são atividades ligadas principalmente à agricultura, em particular com a fabricação da farinha de mandioca; à exploração da madeira; à coleta de diversos frutos; à coleta de ervas, à pesca; à caça, e outras.

Segundo Brasil (2000), essas atividades complementares à renda permitem reduzir ao mínimo os gastos com a compra de alimentos e de utensílios domésticos utilizados na casa, e na produção e comercialização dos produtos. São estratégias utilizadas pelas famílias para maximizar o rendimento recebido das atividades produtivas.

Em Guajará a produção destinada para o auto-consumo gerou uma renda não-monetária de suma importância para a elevação dos rendimentos familiares (Tabela 14).

Tabela 14 - Acréscimos não-monetários à renda familiar na comunidade de Guajará Miri, fevereiro de 2008

Tipos de famílias	Renda			% de aumentos
	Monetária*	Não-monetária	Total	
Outros tipos de família	11.372,90	2.217,70	13.590,60	19,5
Consolidadas	13.105,98	2.302,50	15.408,48	17,6
Fusão	13.000,31	3.435,00	16.435,31	26,4
Expansão	6.318,63	1.167,00	7.485,63	18,5
Mães solteiras	2.191,00	2.621,00	4.812,00	119,6
Total	45.988,82	11.743,20	57.732,02	25,5

Fonte: Freire (2008)

* Inclui todos os rendimentos monetários

Neste aspecto, o maior acréscimo não-monetário foi para as famílias chefiadas por mães solteiras, mais de 100%, o que indica a importância da produção para o auto-consumo para essas famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade, em termos de rendimentos monetários. Esse acréscimo corresponde a um total de R\$2.621,00 vindo do consumo de farinha, carvão, frutos dentre outros produtos. As famílias tipo fusão aumentaram sua renda monetária em 26,4%, indicando a maior coleta de frutos e outros produtos para o seu próprio consumo. O menor acréscimo não-monetário foi para as famílias consolidadas e em expansão, que tiveram um aumento de 17,6% e 18,5%, respectivamente.

A análise da Tabela 15 está indicando que para aquelas famílias em maiores dificuldades de auferir renda monetária, a renda não-monetária torna-se crucial para o sustento de vida das famílias. Para essas famílias, a farinha de mandioca, o açaí, e alguns frutos foram os principais produtos consumidos e que contribuíram para a elevação da renda.

Dessa forma, pode-se observar na Tabela 15, que com a agregação dos rendimentos per capita não-monetários ao cálculo monetário, em fevereiro de 2008, houve uma elevação da renda per capita familiar média, modificando a condição de pobreza das famílias de Guajará Miri.

Tabela 15 - Renda média per capita total das famílias de Guajará Miri, fevereiro de 2008

Tipologia	Renda per capita média				
	Renda per capita média monetária (R\$)			Renda per capita média não monetária (R\$)	Total per capita média (R\$)
	Produção	Outras fontes*	Total		
Outros tipos de família	137,25	90,2	227,45	44,35	271,80
Consolidada	132,91	68,86	201,77	35,42	237,19
Mães solteiras	40,28	47,36	87,64	104,84	192,48
Fusão	66,36	74,94	141,30	37,34	178,64
Expansão	55,91	35,67	91,58	16,91	108,49
TOTAL	87,95	64,84	152,79	39,04	191,83

Fonte: Freire (2008)

* Inclui as aposentadorias, o “bolsa areal”, o Bolsa Família e demais atividades não produtivas

Os outros tipos de família e as famílias consolidadas tiveram suas rendas médias per capita elevadas de R\$227,45 e R\$201,77 para R\$271,80 e R\$237,19, respectivamente, dando

possibilidades para melhoria das condições de vida dessas famílias. No entanto, a importância maior da agregação da renda de subsistência à monetária foi das famílias chefiadas por mães solteiras e famílias em expansão. As do tipo mães solteiras elevaram a renda média per capita domiciliar de R\$87,64 para R\$192,48, ficando em média num patamar acima da linha da pobreza. As famílias em expansão aumentaram de R\$91,58 para R\$108,49, saindo em média da condição de indigência para a condição de famílias pobres.

Já as famílias do tipo fusão, por mais que tenham auferido o maior rendimento não-monetário (R\$3.435,00) em relação aos demais tipos familiares, aumentando a renda per capita média domiciliar de R\$141,30 para R\$178,64, permaneceram em média na mesma condição de pobre, devido principalmente ao grande número de pessoas por domicílio (6,1 em média).

A Tabela 16 reconstrói a Tabela 12 tomando a renda total (monetária e não-monetária) para classificar as famílias conforme os níveis de pobreza. Nota-se na Tabela 19 que a proporção de famílias abaixo da linha da pobreza diminuiu para 56,25% (45 famílias) com o acréscimo da renda não-monetária, em relação aos 71,25% (57 famílias), tomando somente os rendimentos monetários. Antes eram 23 famílias acima da linha da pobreza, com a quantificação da renda não-monetária, o número de famílias elevou-se para 35 na condição de não pobres.

E para aquelas famílias em condições de extrema pobreza houve uma queda de 29 famílias para apenas 23 famílias nessa situação, dando ênfase para aquelas chefiadas por mães solteiras que alcançaram padrões acima da linha da pobreza, nível antes ausente. As famílias em expansão, fusão e consolidadas apresentaram pouca mudança em relação aos padrões anteriores.

Tabela 16 - Famílias em condições de pobreza em Guajará Miri tomando a renda total, fevereiro de 2008

Renda R\$	Tipos de família					TOTAL
	Consolidada	Expansão	Fusão	Mães solteiras	Outros tipos de família	
Acima de 190,00	10	3	4	3	15	35
95-190,00	2	4	8	3	5	22
Abaixo de 95,00	4	12	3	3	1	23
TOTAL	16	19	15	9	21	80

Fonte: Freire (2008)

Pode-se deduzir dos resultados acima que as análises das condições de pobreza requerem medidas de aperfeiçoamento dos indicadores que a mensuram. Estes devem abranger muitas outras dimensões (SEM, 2000). O método tradicional é limitado para estudar a realidade de populações específicas como as das áreas rurais da Amazônia. Dessa forma, os indicadores de pobreza para a região acabam sendo superestimados (CARDOSO; NEGRÃO, 2006). Da mesma forma, Castro (2005, p. 165) concorda com as afirmativas dos autores.

A análise mesmo que atenciosa dos dados populacionais oficiais não seria suficiente para dar conta dos processos formadores das identidades culturais presentes hoje na população de cada estado da região, pois requer metodologia específica e qualitativa para apreender as raízes históricas e a diversidade cultural desses grupos.

Em Guajará Miri, mesmo com os resultados considerando a renda total, várias famílias não conseguiram atingir o valor necessário para aquisição da cesta básica para o consumo familiar, e mesmo entre aquelas que obtiveram valores acima do indicado para aquisição da cesta básica, os rendimentos cobririam escassamente a subsistência familiar. Isto porque a elevação dos resultados monetários não pode estar desarticulada de condições adequadas de saúde, educação, saneamento básico, infra-estrutura para o desenvolvimento da produção, dentre outros fatores necessários para garantir o desenvolvimento humano.

Neste sentido, Marques (2002) afirma que embora nos espaços rurais estejam concentrados os mais baixos níveis de renda, as medidas de pobreza nessas áreas tendem a ser superestimadas, uma vez que as relações de solidariedade, as redes de cooperação e a produção para o auto-consumo não são computadas, de forma a contribuir para a diminuição da pobreza (LOPES, 2003; HOFFMANN, 2000; SEM, 2000). Em Guajará Miri, nota-se que a elevação dos rendimentos através da renda-não monetária, permitiu algumas famílias melhorar as condições físicas do domicílio, como a construção de casas de alvenaria. Ou mesmo, a reforma das residências e a construção de novas moradias, a exemplo dos casais em expansão que estão iniciando a vida conjugal e a constituição de sua base produtiva, construindo pequena moradia na área ocupada (Fotografias 39 e 40), além da garantia de outros acessos de infra-estrutura como energia, água encanada e bens duráveis (fogão a gás, geladeira, televisão, rádio, freezer, telefone celular) e outros benefícios essenciais à melhoria de condições de vida.



Fotografia 39 - Casa em alvenaria construída recentemente no povoado do Bacabal

Fonte: Freire (2008)



Fotografia 40 - Casa reformada em madeira no povoado do Cruzeiroinho

Fonte: Freire (2008)

Algumas famílias adquiriram cartão interno de lojas, a exemplo da Y.Yamada e outros estabelecimentos comerciais que tem contribuído para o acesso ao crédito e a aquisição de bens duráveis e não-duráveis. Mas algumas famílias ainda vivem em condições precárias, principalmente aquelas em expansão (Fotografias 41 e 42).



Fotografia 41 - Residência recém-construída de família em expansão no povoado do Cruzeiroinho

Fonte: Freire (2008)



Fotografia 42 - Residência construída com pachiúba de uma família em expansão em São Miguel

Fonte: Freire (2008)

No Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2008) mediu os rendimentos não-monetários das famílias rurais em 23,3% em relação aos outros rendimentos

(Gráfico 16), bem próximo do caso de Guajará Miri, onde os rendimentos não monetários considerados representaram 20,5% do total de rendimentos.



Gráfico 16 - Distribuição do rendimento médio mensal familiar da população rural segundo origem do rendimento – Brasil 2003 (em %)

Fonte: IBGE (2003)

A natureza não-monetária, segundo Lima (2006), é gerada também com base nas trocas comunitárias, nas relações de reciprocidade e sociabilidade entre vizinhanças. Essas relações não são quantificadas ou mensuradas. Observando a comunidade de Guajará Miri, é comum entre as famílias a troca de favores entre as pessoas da comunidade, além de outros serviços e acessos que beneficiam as famílias e possibilitam as mesmas direcionar os rendimentos para a compra de bens que as famílias não conseguem produzir.

Nesse sentido, fica neste estudo o questionamento sobre a condição de pobreza a que estão submetidas as famílias de Guajará Miri. Pois foi constatado que além da melhoria das condições físicas dos domicílios, ou até mesmo do acesso a determinados equipamentos domésticos, as famílias são proprietárias de áreas com potencial de recursos naturais, de onde elas podem retirar grande parte dos gêneros para sua subsistência. Os laços de solidariedade são expressivos, o que poderá minimizar as dificuldades do indivíduo em dado momento. Portanto, o que é pobreza rural? E mais, o que é pobreza entre populações rurais tradicionais? São questionamentos que precisam ser analisados para que se tenha mais clara a dimensão do que sejam as condições de pobreza.

Neste aspecto, ainda que as estatísticas nacionais estejam mudando suas estratégias de mensuração de pobreza e bem-estar, incorporando mecanismos capazes de apontar resultados mais precisos da realidade das famílias rurais, é necessário definir de forma mais clara os rendimentos monetários e não-monetários das atividades das famílias rurais da Amazônia; e relacionar esses resultados às políticas públicas a fim de melhorar as condições socioeconômicas com base na realidade local.

6 CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E IMPLICAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

6.1 CONCLUSÕES

Este estudo partiu do pressuposto de que a renda monetária auferida pelas famílias de Guajará Miri é insuficiente para elas atingirem as condições básicas de sobrevivência, sendo que seus membros adotam estratégias de melhoria de suas condições de vida vinculadas à organização comunitária e familiar, e uso dos recursos naturais geradores de renda não monetária que varia conforme o tipo familiar a que pertencem. Para isso o estudo foi estruturado em seis seções principais que respondeu aos seguintes questionamentos: Como a organização comunitária e familiar influencia nos arranjos da produção em Guajará Miri? Qual é a tipologia das famílias existente na comunidade de Guajará Miri? Quais as estratégias adotadas pelas famílias para melhorar a renda familiar e garantir a sobrevivência? Qual o impacto dos rendimentos gerados nas unidades domésticas para a melhoria das condições de vida das famílias?

Conforme resultados do estudo, pode-se concluir que a renda monetária auferida pelas famílias de Guajará Miri é insuficiente para elas atingirem as condições básicas de sobrevivência. Portanto, para melhoria de suas condições de vida, seus membros adotam estratégias que partem da organização familiar identificadas na comunidade por tipos familiares em expansão, consolidadas, fusão, famílias chefiadas por mães solteiras e outros tipos de famílias. Cada um dos arranjos familiares praticam determinadas atividades produtivas que variam de acordo com a composição socioeconômica e demográfica da unidade familiar. Unem-se a essas estratégias vantagens oferecidas por componentes relacionados a aspectos culturais, econômicos e sociais, e a redes de sociabilidade e de cooperação. Esses fatores foram identificados como peças-chave para a subsistência familiar e a geração de renda a partir da comercialização e de outras fontes.

A base da subsistência das famílias está diretamente relacionada à produção e à extração dos recursos naturais. Os recursos são produzidos de forma a garantir o auto-consumo familiar e o restante é destinado para o abastecimento do mercado. Assim, as famílias adotam estratégias produtivas baseadas na divisão do trabalho no interior da unidade familiar. Dessa forma, a escolha da atividade produtiva e a divisão das tarefas entre os membros da família tem como parâmetro o auto-consumo e a venda do produto no mercado. A satisfação dessas necessidades tende a envolver todas as pessoas da família na atividade

produtiva, inclusive as crianças em condições de contribuir com o trabalho. Mas também, a escolha da atividade sofre influência dos fatores sazonais. Na comunidade, a safra do açaí e dos demais frutos são as atividades básicas e contínuas para as famílias, ficando o carvão, a fabricação de espetos e as outras atividades produtivas, como complementação de renda, e geração de renda rápida para os momentos de dificuldades financeiras.

São na realidade, estratégias monetárias de obtenção de renda, pois a renda é determinante para garantir o bem-estar da população. No entanto, os rendimentos obtidos com a venda da produção não são suficientes para suprir as necessidades de bem-estar familiar. Para isso as famílias obtêm outras fontes de renda que são os benefícios governamentais da aposentadoria, Bolsa-Família e não-governamental, que partiu da articulação da comunidade, que é o “bolsa areal”. Mesmo que a renda monetária, conjuntamente calculada, se concretize em um importante instrumento para garantia de consumo, em Guajará Miri a renda monetária auferida pelas famílias não é suficiente para diminuir as condições de pobreza das famílias, pois a per capita identificada, coloca a maior parte das famílias abaixo da linha da pobreza, pois não conseguiram atingir o valor acima de meio salário mínimo, de fevereiro de 2008. Nessa condição estão as famílias em expansão, fusão e de famílias chefiadas por mães solteiras.

Embora a renda monetária seja um importante instrumento de mensuração de bem-estar é necessário integrá-la ao cálculo de variáveis não-monetárias para se ter um entendimento maior e consistente das condições de vida da população. Para a quantificação do componente não-monetário foi integrado ao cálculo, os principais produtos para o auto consumo. Com esse novo parâmetro de mensuração, foi observada a elevação da renda monetária, contribuindo para a diminuição do número de pobres ou em situação de extrema pobreza das famílias de Guajará Miri.

No entanto, o parâmetro não-monetário vai além da quantificação da produção na comunidade, pois as famílias estabelecem redes de cooperação, de sociabilidade e de trocas que são determinantes para melhoria das condições de vida da comunidade, na medida que permite às famílias o acesso à melhoria de suas residências, adquirirem determinado eletrodomésticos, cartão de crédito, dentre outros benefícios, o que aumenta o nível de satisfação e bem-estar.

Por outro lado, os precários sistemas de educação, saúde, transporte e infra-estrutura, e os baixos rendimentos familiares são insuficientes para permitir o alcance de níveis de

desenvolvimento humano satisfatórios na comunidade, conforme as Metas do Milênio. As mais vulneráveis são as famílias constituídas por mães solteiras e em expansão.

Diante das dificuldades socioeconômicas, a comunidade procura vender a areia do areal para acrescentar sua renda familiar. Mas a falta de práticas sustentáveis pela parte da empresa exploradora (privada) está resultando em externalidades negativas durante e depois da exploração de areia. Sendo que a sobrevivência da comunidade depende do uso dos recursos naturais, a questão de gestão de recursos naturais é absolutamente fundamental para o desenvolvimento sustentável da comunidade de Guajará Miri.

6.2 RECOMENDAÇÕES

Pode-se concluir que a comunidade de Guajará Miri tem como principal meio de sobrevivência o uso dos recursos naturais, portanto, tem-se a necessidade de adotar estratégias de gestão sustentáveis dos recursos naturais tanto renováveis como não renováveis. Entre outras medidas, pode-se recomendar as seguintes:

1. As famílias de Guajará Miri foram declaradas populações quilombolas sem mecanismos adequados para geração de renda. Isso tem implicado nos baixos rendimentos monetários. Conseqüentemente, há a necessidade de investir em ações coordenadas entre os diferentes atores sociais (governo e sociedade), fortalecendo as redes de cooperação na comunidade para articular a implantação de políticas públicas direcionadas à melhoria da educação, da infra-estrutura de uso comum, da saúde, do crédito para as famílias da comunidade;
2. Se a comunidade tem dependência do meio ambiente, e se as famílias não estão coletando somente para o consumo familiar, mas também para o abastecimento do mercado, essas populações ficam vulneráveis ao esgotamento desses recursos, sendo sua sobrevivência ameaçada. Para isso, são necessários programas de capacitação sobre a gestão dos recursos naturais, com a prática do manejo sustentável baseado na diversificação da produção e no conhecimento tradicional da comunidade, de modo a alcançar a gestão sustentável dos recursos. Nesses programas deve-se dar atenção às condições sociais, culturais, econômicas e ambientais no local, permitindo assim, o desenvolvimento endógeno com base nos arranjos institucionais adequados;
3. Elaboração de projetos para o fortalecimento das capacidades produtivas locais, como também, a formação e a assessoria técnica para a valorização das práticas produtivas

- existentes, potencializando a inovação tecnológica com base nos saberes tradicionais para a elevação da renda monetária e da melhoria das condições de vida da população;
4. A sustentabilidade socioeconômica baseada no extrativismo não deve estar relacionada apenas à coleta do produto na natureza, mas a um conjunto de estratégias econômicas, sociais, culturais e políticas que relacione a prática do cultivo, ao uso e ao beneficiamento dos produtos. Para isso, há a necessidade de estabelecer convênios de cooperação com instituições de pesquisa para elevar a qualidade da produção e garantir a gestão sustentável dos recursos.
 5. Com a futura saída da empresa LN Nobre da comunidade, e o meio ambiente do areal degradado, a comunidade será obrigada a internalizar as externalidades negativas causadas pela degradação. É necessária a produção de um plano de gestão ambiental para a recuperação imediata do ambiente degradado. Com o direito de propriedade da terra pela comunidade, ela tem o direito de reivindicar que a firma assumam os custos da implantação do plano.

6.3 IMPLICAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

Observando que a maioria da população de Guajara Miri está em uma condição de pobreza relacionada diretamente com o baixo nível de renda, e também da falta de arranjos institucionais adequados para permitir um melhor nível de desenvolvimento humano sustentável, mais estudos são necessários para auxiliar políticas públicas. Entre esses estudos pode-se citar:

1. Estudos mais aprofundados sobre as formas de organização familiar, considerando os tipos familiares existentes na comunidade, para contribuir com a identificação e análise de estratégias adotadas por famílias rurais para elevação de renda e melhoria de condições de vida dessas populações;
2. Estudos que contribuam com a incorporação de metodologias de mensuração mais precisas dos rendimentos monetários e não-monetários das atividades desenvolvidas pelas famílias, de forma a contribuir para a compreensão do que seja a pobreza em comunidades rurais da Amazônia. E que estes estudos possam servir como importantes instrumentos para a orientação de políticas públicas capazes de melhorar as condições de vida das famílias da comunidade;

3. Estudos que adotem metodologias capazes de mensurar de forma mais precisa as estratégias não-monetárias adotadas pelas famílias da comunidade, para contribuir com a análise da importância da categoria não-monetária para a melhoria das condições de vida das famílias.
4. Estudos comparativos sobre desenvolvimento humano de povos tradicionais na Região Amazônica – antes e depois de serem declaradas tradicionais, como por exemplo, as comunidades remanescentes de quilombos.

Para a comunidade de Guajará Miri este estudo gerará contribuições importantes na medida em que apresenta de forma específica a organização das famílias da comunidade e suas diferentes estratégias de sobrevivência. Neste caso, a comunidade contará com um documento básico para auxiliar a gestão do uso comum e sustentável dos recursos naturais. Mas especificamente, o estudo será determinante para análise dos fatores que influenciam a aquisição de renda pelas famílias.

Os resultados podem também ser instrumento útil para análise das condições de vida de um grupo e de desenvolvimento socioeconômico para a região estudada, o que poderá contribuir para subsidiar políticas voltadas para esses segmentos sociais, bem como ao debate sobre as comunidades em questão, servindo como parâmetro para abertura de novos estudos e pesquisas.

Contudo, é importante considerar este estudo dentro do escopo definido e das limitações encontradas na pesquisa. São duas as maiores limitações: 1) O fato de ser um estudo *cross section* limita os resultados das análises de renda somente ao mês de fevereiro de 2008 (estação chuvosa). Uma análise mais completa requereria pesquisas desses fatos ao longo de um ano, ou pelo menos, durante as épocas de inverno e de verão; 2) As limitações de acesso permitiram que somente três das 17 famílias de Beira do Rio fossem entrevistadas o que limitou as análises da realidade desse povoado. Entretanto, não invalida a análise geral. Nos demais povoados foi entrevistada a maioria das famílias.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, R. E.; CASTRO, E. Mobilização política de comunidades negras rurais: domínios de um conhecimento praxiológico. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 2, n. 2, p. 73-107, 1999.

_____. *Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios*. 2. ed. Belém: CEJUP, 1998.

_____. *No caminho de pedras de Abacatal: experiência social de grupos negros no Pará*. 2. ed. Belém: NAEA/UFPA, 2004.

_____. *Itancoã, nosso sítio no Baixo Acará*. Belém: UNAMAZ, 2003.

ACEVEDO MARIN, R. E.; SILVA, C. N. da. Quilombolas de Salvaterra, ilha do Marajó: processos de territorialização e acesso aos recursos naturais. In: ARAGÓN, L. E. (Org.). *População e meio ambiente na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 2007. p. 55-69.

ACEVEDO MARIN, R. E.; PINTO, R.; MONTEIRO, E. Portos e trapiches como espelho de Belém e das comunidades rurais. In: TRINDADE JR.; S.C. da; SILVA, M. A. P. da (Orgs.). *Belém: a cidade e o rio na Amazônia*. Belém: UFPA, 2005. p. 130-144.

ACEVEDO MARIN, R. E. Camponeses, donos de engenho e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX. *Papers NAEA*, Belém, n. 153, 2000.

ALMEIDA, A. W. B. *Nas bordas da política étnica: os quilombos e as políticas sociais*. 2004. 25 p. Não publicado.

ALMEIDA, E. *Programa de garantia de renda mínima: inserção social ou utopia*. São Paulo: EDUC, 2000.

ANDRADE, S. U.; VIVEROS, R. M. Estratégias sociales: dela sobrevivencia a la contingencia. *Red de Revistas Científicas de America Latina y el Caribe, España y Portugal*, Toluca, n. 46, 2005.

ARAGÓN, L. E. Até onde vai a Amazônia e qual é a sua população? In: _____. (Org.). *Populações da Pan-Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 2005. p. 13-26

ASSUNÇÃO, L. M. de; FERREIRA, R. V. A rede familiar como empreendimento coletivo na estratégia de sobrevivência de uma migrante: um estudo de caso. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15. Caxambu, 2006, *Anais...* 2006.

AUGUSTO, H. A.; RIBEIRO, E. M. O idoso rural e os efeitos das aposentadorias rurais nos domicílios e no comércio local: o caso de Medina, nordeste de Minas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15. Caxambu, 2006, *Anais...* 2006.

BAKTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1987.

BETTO, F. *O que é comunidade Eclesial de Base*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. 115 p. (Coleção Primeiros Passos).

BILAC, E. D. *Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência. A organização da vida familiar em uma cidade paulista*. São Paulo: Símbolo, 1978. (Coleção Ensaio e Memória, 9)

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. *Qualitative research for education. An Introduction to Theory and Methods*. 3. ed. Boston: Allyn and Bacon, 1998.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Estatísticas do meio rural 2008*. Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Brasília: MDA: DIEESE, 2008.

BRASIL, M. C. As estratégias de sobrevivência da população ribeirinha da ilha de Marajó. In TORRES, Haroldo; COSTA, Heloisa. *População e meio ambiente: debates e desafios*. São Paulo: SENAC, 2000. p. 107-132.

BRUSCHINI, M. C. A. Uma abordagem sociológica da família. *Revista Brasileira de Estudos de Populações*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 1 - 23, jan./jun, 1989.

CAMPOS, I. A sustentabilidade da agricultura na Amazônia. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 1. Indaiatuba, 2002. *Anais...* Indaiatuba, 2002.

CARDOSO, A. C. D.; NEGRÃO, M. R. G. Considerações sobre a pobreza no Brasil e suas manifestações nas cidades da Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 9, n. 1, p. 95-117, 2006.

CASTRO, E. et al. *Relatório do projeto MEGAM – estudo das mudanças socioambientais no estuário amazônico*. Belém: NAEA/UFPA, 2005.

CASTRO, E. Terra de pretos entre rios e igarapés. In: CASTRO, E. (Org.). *Belém de águas e ilhas*. Belém: CEJUP, 2006. p. 137-160.

_____. Populações quilombolas na Amazônia: um olhar sobre o Brasil. In: ARAGÓN, L. E. (Org.). *Populações da Pan-Amazônia*. Belém: NAEA, 2005. p. 161-176.

_____. Cidades Amazônicas na confluência das águas. In: SOUZA, Eliane Lopes de; UHLY, Steven (Org.) *A questão da água na Grande Belém*. Belém: Casa de Estudos Germânicos, 2004. p. 13-37.

_____. *Quilombolas de Bujaru: memória da escravidão, territorialidade e titulação da terra*. Belém, NAEA/UFPA; UNAMAZ, 2003.

CASTRO, F. Economia familiar cabocla na várzea do médio baixo Amazonas. In: ADAMS, R. M.; NEVES, W. *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006. p.173-193.

CHAYANOV, A. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DATT, G. et al. Pobreza e bem-estar em Moçambique: primeira avaliação nacional (1996/97). *Relatório do Departamento de População e Desenvolvimento Social*, Ministério do Plano de Finanças, Governo de Moçambique. Moçambique, 1998.

DAVID, M. D. et al. Previdência Rural no Brasil: uma análise de seu impacto e eficácia como instrumento de combate à pobreza rural. In: SEMINÁRIO EXPERIÊNCIAS EXITOSAS DE COMBATE À POBREZA RURAL NA AMÉRICA LATINA. Santiago, 1999 *Anais...* Santiago: FAO/CEPAL/RIMISP, 1999. Disponível em: <www.redcapa.org.br>. Acesso em: 21 jun. 2007.

DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. Repensando e recriando as formas de apropriação comum do recursos naturais. In: _____. *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001. p. 97-124

DIEGUES, A. C. *Aspectos sócio-culturais e políticos do uso da água*. Brasília: MMA; São Paulo: USP, 2005.

DURR, J. A comercialização da produção familiar rural: o caso de Cametá. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 4, n. 2, p. 37-68, 2001.

FERREIRA, Aurelio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

FERREIRA, M.; LOZANA, J. E. A. Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, M.; AMADO, J. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 15-25.

FRAXE, T. J. P. O saber local e os agentes da comercialização numa comunidade amazônica: um estudo de caso na Costa da Terra Nova, no Carreiro da Várzea (AM). In: ENCONTRO DA ANPPAS, 2. São Paulo, 2004, *Anais...*, São Paulo, 2004.

FREIRE, M. M.; LOPES, R. *O desenvolvimento socioeconômico às margens do igarapé Tucunduba*: Porto São Domingos. 2004. Monografia (Especialização em Ciências Econômicas) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

GOLDANI, Ana Maria. Família, trajetórias individuais e mudanças demográficas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais...*, Belo Horizonte: ABEP, 1990. v. 1, p. 55-98. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br>>. Acesso em: 12 ago. 2008.

GOMES, C. G. et al. Indigência e pobreza em Uberlândia. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 10. Belo Horizonte, 2002. *Anais...* Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2002. p. 1-25

HOFFMANN, R; KAGEYAMA, A. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, v. 15, n. 1, v. 26, p. 79-112, jan./jun. 2006.

HOFFMANN, R. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 81-107.

_____. Distribuição da renda na agricultura. In: CAMARGO, J. M.; GIAMBIAGI, F. (Org.). *Distribuição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 2000. p. 145-164.

HOMMA, A. K. O. *A dinâmica do extrativismo vegetal na Amazônia*. Belém: CPATU/EMBRAPA, 1990.

HURTIENE, T. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: COELHO, M. C. N.; CASTRO, E.; HURTIENNE, T. (Org.) *Estado e políticas pública na Amazônia: gestão de desenvolvimento regional*. Belém: CEJUP; NAEA/UFPA, 2000. p. 177-283

IBGE. *Sistema Integrado de informações de 2000*. Rio de Janeiro, 2000.

_____. *Censo Demográfico de 2000*. Rio de Janeiro, 2000.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL DO ESTADO DO PARÁ. *Extrativismo e populações tradicionais no estado do Pará*. Belém, 2008. Disponível em: <www.pa.gov.br>. Acesso em: 15 out. 2008.

LÉVI-STRAUSS, C. A ciência do concreto. In: _____. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Nacional, 1998. p. 19-55.

LIMA, D. de M.; ALENCAR, E. F. Histórico da ocupação humana e mobilidade geográfica de assentamentos na várzea do médio Solimões. In: TORRES, Haroldo; COSTA, Heloisa. *População e meio ambiente: debates e desafios*. São Paulo: SENAC, 2000. p. 133-161.

LIMA, D. M de. Economia familiar cabocla na várzea do médio baixo Amazonas. In: ADAMS, R. M.; NEVES, W. *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 146-172.

LOPES, J. R. B et al. *Indicadores de pobreza: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2003. 15p. (Texto para discussão, 223)

LOPES, J. R. B. Brasil 1989: um estudo sócio-econômico da indigência e da pobreza urbanas. *Cadernos NEPP*, Campinas, n. 25, p.1-35, 1993.

LOZANO, J. E. A. Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, M; AMADO, J. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 15-25.

MALUNGO. Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos. II Encontro Estadual dos Quilombolas do Pará. *Território e garantia dos direitos e da identidade étnico-racial das comunidades quilombolas do Pará*. Belém, 2008.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. *Terra Livre - Geografia, movimentos sociais e teoria*, São Paulo, v. 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.

MEDEIROS, M.; OSÓRIO, R. *Arranjos domiciliares e arranjos nucleares no Brasil: classificação e evolução de 1977 a 1998*. Brasília: IPEA, 2001 (Texto para discussão n. 788)

_____. *Mudanças nas famílias brasileiras: a composição dos arranjos domiciliares entre 1978 e 1998*. IPEA, Brasília, 2002 (Texto para discussão n° 886)

MELO, H. P de. *Gênero e pobreza no Brasil*. Relatório Final do Projeto Governabilidade Democrática de Gênero em América Latina y Caribe. Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) e Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), Brasília, 2005.

MENEZES, A. J. et al. A importância da “produção invisível” para agricultura familiar na Amazônia: o caso dos projetos de assentamento agroextrativistas Praialta e Piranheira, município de nova Ipixuna, Pará. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 4, n. 2, p.5-49, 2001.

NASCIMENTO, A. M. do. População e família brasileira: ontem e hoje. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15. Caxambu-MG, 2006. *Anais...*, 2006.

OLIVEIRA, A. C.; CUNHA, L. H. *Manejo de lagos na região do Médio Solimões: a experiência das comunidades dos grupos de preservação e desenvolvimento (GPD)*. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – Tefé – Amazonas - Brasil. Belém, 2001.

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

PARÁ. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. *Mapa social dos municípios paraenses*. Belém, 2007. Disponível em: <sepop.pa.gov.br/estatisticamunicipal>. Acesso em: 10 jun. 2007.

PARÁ. Secretaria de Estado de Saúde Pública. *Boas práticas agrícolas na colheita do açaí: “nossa açaí com qualidade”*. Belém, 2007.

PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2007*. Brasília - DF. Disponível em: <www.undp.org>. Acesso em: 28 ago. 2008.

_____. *Pobreza e fome: objetivo 1: erradicar a extrema pobreza e a fome*. UFRGS, PUC Minas / IDHS, PNUD. Belo Horizonte: PUC Minas/IDHS, 2004.

PUTNAM, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

RAVENA, N. O abastecimento no século XVIII no Grão Pará: Macapá e vilas circunvizinhas. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 8, n. 2, p. 125-149, 2005.

RIBEIRO, E. M. Comunidades rurais e recursos comuns nas chapadas do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41. Juiz de Fora (MG), 2003 *Anais...* Brasília: SOBER, 2003.

RIVAS, A. A. F. et al. *Análise dos rendimentos em comunidades de várzea do rio Solimões, Amazonas*. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 4. Brasília, 2008. *Anais...*, Brasília, 2008.

ROCHA, S. Estimação de linhas de indigência e de pobreza: opções metodológicas no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 109-127.

_____. *Renda e pobreza: os impactos do plano real*. Rio de Janeiro: IPEA, 1996 (Texto para discussão, n. 439)

ROMÃO, M. C. Distribuição de renda, pobreza e desigualdades regionais no Brasil. In: CAMARGO, J. M.; GIAMBIAGI, F. (Org.). *Distribuição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 2000. p. 97-120.

ROMÃO, M. C. Pobreza: conceito e mensuração. *Caderno de Economia*, Brasília, n. 13, p. 1-209, 1993.

SAMAIN, E. “Ver” e “dizer” na tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski e a fotografia. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 19-49, 1995.

SANTOS, R. *História econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções sobre território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCOLES CANO, R. *Comunidad negra de Itancoã: territorio, biodiversidad y organización social, pilares para el etnodesarrollo?* 2005. 257f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

SEM, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHANLEY, P.; GAIA, P. A “fruta do pobre” se torna lucrativa: a Endopleura uchi em áreas manejadas próximo a Belém, Brasil. In: ALEXIADES, M.; SHANLEY, P.; PIERCE, P. (Eds) *Productos forestales, medios de subsistencia y conservación: estudios de caso sobre sistemas de manejo de productos forestales no maderables*. Indonésia: CIFOR, 2004. p. 219-240.

SIMONIAN, L. T. L. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas. In: ARAGÓN, L. E. (Org.). *População e meio ambiente na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 2007. p. 25-44.

_____. *Gestão em ilhas de muitos recursos: experiência na Trambioca-Barcarena/PA*. SIMONIAN, L. T. L (Org.) – Belém: NAEA/UFPA; Projeto NAEA/Fundação Ford, 2004.

_____. Pesquisa em ciências humanas e desenvolvimento entre as populações tradicionais amazônicas. In: SEMINÁRIO POPULAÇÕES TRADICIONAIS E DESENVOLVIMENTO. Belém, 2004. *Anais...* Belém, MPEG, 2004.

TOURTIER-BONAZZI, C. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, M.; AMADO, J. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 233-246.

TRINDADE JR. S. C. da; SILVA, M. A. P. da; MALHEIRO, B. C. Belém, a cidade e o rio: uma apresentação do tema. In: TRINDADE JR., S. C. da; SILVA, M. A. P. da (Org). *Belém: a cidade e o rio na Amazônia*. Belém: UFPA, 2005. p. 9-11.

WOROBIEJ, A. M. *Estrategias de supervivencia y reproducción social: el caso del barrio San Alfonso de Pillar – Paraguay*. Trabalho apresentado para o concurso para Jóvenes Investigadores. Programa de Becas CLASCSO – Asdi de promoción de la investigación social 1998 – 1999. Asunción, Paraguay, 2000.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Carta de permissão para atuação no campo

NAEA/UFPA

Belém-PA, 05 de janeiro de 2008

Ao sr. Ieldo dos Santos

Presidente da Associação dos Moradores e Produtores Quilombolas de Guajará Miri

Permissão para realização de pesquisa de campo

Sou mestranda em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará e estou realizando um trabalho de pesquisa intitulado: “Uma abordagem alternativa de mensuração e análise da pobreza na Amazônia: o caso das populações ribeirinhas do município do Acará/PA”. Este estudo já foi aprovado por uma banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Dada a importância tanto de dados qualitativos quanto quantitativos para execução bem sucedida desta investigação, estou solicitando gentilmente a autorização para realizar uma visita de campo à comunidade de Guajará. Mais especificamente, eu teria o interesse em observar a organização social e econômica da população, considerando os fatores que influenciam a produção, distribuição, comercialização e a renda total adquirida pelas famílias. Além disso, eu ficaria muito grata de seu apoio para a apresentação de documentações e demais registros com informações que pudessem ajudar no desenvolvimento do trabalho.

As conclusões deste estudo serão de grande importância para a comunidade local, pesquisadores, planejadores, políticos e agentes de desenvolvimento local. O conhecimento e as implicações deste estudo irão ajudar estes intervenientes para formular políticas e programas direcionados à comunidade local.

Todos os dados fornecidos serão estritamente confidenciais. Observe que as conclusões deste estudo não têm nenhum objetivo de prejudicar quer seja individual ou coletivamente a comunidade de Guajará. Neste sentido, se é dada permissão, eu ficaria muito grata e que a visita aconteça em um momento que seja mais conveniente para a comunidade.

Desde já meus sinceros agradecimentos.

Maria Madalena Costa Freire

APÊNDICE B

Questionário final

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA
NUCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
CURSO INTERNACIONAL DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Dissertação: Uma abordagem alternativa de mensuração e análise da pobreza na Amazônia: o caso das populações ribeirinhas do município do Acará/PA.

Autora: Maria Madalena Costa Freire

Orientador: Prof. Dr. Luis E. Aragón

Data: _____ Entrevista Nº. _____

Comunidade: _____ Localidade: _____

1. Dados pessoais:

1.1 - Sexo: [] M [] F 1.2 - Idade: _____ 1.3 - Local de nascimento _____

1.4 - Último local de moradia: _____

1.5 - Porque mudou? _____

1.6 - Tempo de moradia atual: _____

1.7 - Estado civil: [] Casado(a) [] Solteiro(a) [] Divorciado(a) [] Viúvo(a)

[] União consensual/amasiado

1.8 - Estuda Atualmente? [] Sim [] Não

[] Ens. Fund. de 1ª a 4ª série incompleto [] Ens. Fund. de 1ª a 4ª série completo

[] Ens. Fund. de 5ª a 8ª série incompleto [] Ens. Fund. de 5ª a 8ª série completo

[] Ensino Médio Incompleto [] Ensino Médio Completo

[] 3º grau incompleto [] 3º grau completo [] Outros _____

1.9 - Ocupação atual _____

1.10 - É membro da Associação de Guajará? [] Sim [] Não

2. Condições de moradia:

2.1 - Tipo de construção: [] Taipa [] Madeira [] Alvenaria [] Palha

[] Outros _____

2.2 - No domicílio têm energia elétrica? [] Sim [] Não

2.2.1 - Se negativo, qual o padrão de iluminação utilizado no domicílio?

[] Lâmpião a gás [] Lâmpião a querosene [] Gerador [] Vela [] Lamparina

[] Outros _____

2.3 - Possui sistema de água encanada? [] Sim [] Não

2.3.1 - Se negativo, de onde retira água para o consumo familiar?

[] Igarapé [] Poço [] Torneira pública [] Outros _____

Observação (citar as dificuldades encontradas para instalação de sistema de água e energia no domicílio): _____

3. Trabalho e renda

3.1 - Atividades econômicas de produção/coleta e serviços desenvolvidas pela família? _____

3.1.1 Produtos destinados para comercialização*

Itens	Produtos comercializados	Quant.	Preço (unid. do produto)	Valor total	Renda
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					

*Período de referência – 30 de janeiro a 28 de fevereiro de 2008

3.1.2 Atividades de subsistência agregado à renda familiar **

Itens	Produtos de consumo familiar (lavoura, extrativismo, produção de utensílios)	Quant.	Preço de venda em lugar de referência da família (por unid. do produto)	Valor total	Renda
01					
02					
03					
04					
05					
06					

** Período de referência – 30 de janeiro a 28 de fevereiro de 2008

3.1.2.1 Outras atividades de subsistência da família.

3.1.2.1.1 Caça? [] Sim [] Não

3.1.2.1.2 Pesca? [] Sim [] Não

3.1.2.1.3 Possui criação de pequenos animais? [] Sim [] Não

3.2 – Outras fontes de renda da família?

Item	Fontes de renda	R\$*	Último mês pagamento
01	Bolsa Família		
02	Bolsa areal		
03	Recebe ajuda financeira de familiares e/ou outros parentes		
04	Projetos na comunidade		
05			
06			

4. escoamento da produção e comercialização

4.1 Quantas vezes comercializa na semana? _____

4.2 Utiliza o barco da comunidade? Sim Não

4.3 Destina sua produção para o trapiche da comunidade? Sim Não

4.3.1 Se negativo, para onde leva a produção? _____

4.3.2 Quais as dificuldades para o transporte da produção? _____

4.4 – Quem comercializa a produção (indicar mais de uma opção)?

própria família Repassa direto a atravessadores Repassa a amigos, parentes para efetivar a comercialização Repassa para o barqueiro

Observação: _____

4.5 Local de comercialização? _____

4.6 - Porque nesse (s) lugar (es)? _____

4.7 - Quanto tempo comercializa nesses locais? _____

4.8 - Quantas horas levam da comunidade até o local da comercialização? _____

4.9 - Qual o horário da comercialização? manhã tarde

5. Participação comunitária

5.1 - Está vinculado a algum projeto da comunidade? Sim Não.

5.1.1 Se sim, qual? _____

5.1.2 Está produzindo e comercializando? Sim Não

5.2 Utiliza a casa de farinha da comunidade? Sim Não

5.2.1 Se negativo, como faz para produzir a farinha? _____

5.3 A roça fica no próprio sítio? Sim Não

5.3.1 Se negativo, como faz para aquisição de terra para plantação de roça? _____

APÊNDICE C

Planilha da renda per capita

Nº questionário	Tipologia familiar	Renda produção	Renda auto-consumo	Outras fontes	Renda total	Nº. de pessoas na família	Renda per capita produção	Renda per capita auto-consumo	Renda per capita outras fontes	Renda per capita total
9	Consolidadas	R\$ 558,00	R\$ 16,00	R\$ 120,00	R\$ 694,00	3	R\$ 186,00	R\$ 5,33	R\$ 40,00	R\$ 231,33
18	Consolidadas	R\$ 880,00	R\$ 9,00	R\$ 330,00	R\$ 1.219,00	3	R\$ 293,33	R\$ 3,00	R\$ 110,00	R\$ 406,33
30	Consolidadas	R\$ 310,00	R\$ 0,00	R\$ 182,00	R\$ 492,00	5	R\$ 62,00	R\$ 0,00	R\$ 36,40	R\$ 98,40
31	Consolidadas	R\$ 274,98	R\$ 245,00	R\$ 88,00	R\$ 607,98	3	R\$ 91,66	R\$ 81,67	R\$ 29,33	R\$ 202,66
33	Consolidadas	R\$ 1.320,00	R\$ 218,00	R\$ 142,00	R\$ 1.680,00	5	R\$ 264,00	R\$ 43,60	R\$ 28,40	R\$ 336,00
34	Consolidadas	R\$ 1.712,00	R\$ 78,00	R\$ 124,00	R\$ 1.914,00	3	R\$ 570,67	R\$ 26,00	R\$ 41,33	R\$ 638,00
38	Consolidadas	R\$ 1.228,00	R\$ 580,00	R\$ 106,00	R\$ 1.914,00	5	R\$ 245,60	R\$ 116,00	R\$ 21,20	R\$ 382,80
45	Consolidadas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 110,00	R\$ 110,00	5	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 22,00	R\$ 22,00
51	Consolidadas	R\$ 74,00	R\$ 235,00	R\$ 80,00	R\$ 389,00	3	R\$ 24,67	R\$ 78,33	R\$ 26,67	R\$ 129,67
57	Consolidadas	R\$ 60,00	R\$ 195,00	R\$ 410,00	R\$ 665,00	3	R\$ 20,00	R\$ 65,00	R\$ 136,67	R\$ 221,67
60	Consolidadas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 333,33	R\$ 333,33
63	Consolidadas	R\$ 48,00	R\$ 48,00	R\$ 884,00	R\$ 980,00	4	R\$ 12,00	R\$ 12,00	R\$ 221,00	R\$ 245,00
67	Consolidadas	R\$ 140,00	R\$ 120,00	R\$ 142,00	R\$ 402,00	5	R\$ 28,00	R\$ 24,00	R\$ 28,40	R\$ 80,40
77	Consolidadas	R\$ 129,00	R\$ 66,00	R\$ 124,00	R\$ 319,00	5	R\$ 25,80	R\$ 13,20	R\$ 24,80	R\$ 63,80
78	Consolidadas	R\$ 1.885,00	R\$ 492,50	R\$ 215,00	R\$ 2.592,50	5	R\$ 377,00	R\$ 98,50	R\$ 43,00	R\$ 518,50
79	Consolidadas	R\$ 20,00	R\$ 0,00	R\$ 410,00	R\$ 430,00	5	R\$ 4,00	R\$ 0,00	R\$ 82,00	R\$ 86,00
11	Demais tipos de famílias	R\$ 130,50	R\$ 0,00	R\$ 410,00	R\$ 540,50	1	R\$ 130,50	R\$ 0,00	R\$ 410,00	R\$ 540,50
12	Demais tipos de famílias	R\$ 0,00	R\$ 120,00	R\$ 276,00	R\$ 396,00	2	R\$ 0,00	R\$ 60,00	R\$ 138,00	R\$ 198,00
13	Demais tipos de famílias	R\$ 69,00	R\$ 0,00	R\$ 460,00	R\$ 529,00	2	R\$ 34,50	R\$ 0,00	R\$ 230,00	R\$ 264,50
14	Demais tipos de famílias	R\$ 540,00	R\$ 39,00	R\$ 468,00	R\$ 1.047,00	2	R\$ 270,00	R\$ 19,50	R\$ 234,00	R\$ 523,50
16	Demais tipos de famílias	R\$ 270,00	R\$ 0,00	R\$ 142,00	R\$ 412,00	4	R\$ 67,50	R\$ 0,00	R\$ 35,50	R\$ 103,00
17	Demais tipos de famílias	R\$ 626,60	R\$ 414,00	R\$ 142,00	R\$ 1.182,60	6	R\$ 104,43	R\$ 69,00	R\$ 23,67	R\$ 197,10
22	Demais tipos de famílias	R\$ 64,00	R\$ 120,00	R\$ 410,00	R\$ 594,00	2	R\$ 32,00	R\$ 60,00	R\$ 205,00	R\$ 297,00
23	Demais tipos de famílias	R\$ 328,40	R\$ 152,00	R\$ 0,00	R\$ 480,40	2	R\$ 164,20	R\$ 76,00	R\$ 0,00	R\$ 240,20
24	Demais tipos de famílias	R\$ 72,00	R\$ 0,00	R\$ 126,00	R\$ 198,00	2	R\$ 36,00	R\$ 0,00	R\$ 63,00	R\$ 99,00
25	Demais tipos de famílias	R\$ 50,00	R\$ 20,00	R\$ 306,00	R\$ 376,00	2	R\$ 25,00	R\$ 10,00	R\$ 153,00	R\$ 188,00

28	Demais tipos de famílias	R\$ 200,00	R\$ 0,00	R\$ 410,00	R\$ 610,00	2	R\$ 100,00	R\$ 0,00	R\$ 205,00	R\$ 305,00
32	Demais tipos de famílias	R\$ 60,00	R\$ 66,00	R\$ 410,00	R\$ 536,00	1	R\$ 60,00	R\$ 66,00	R\$ 410,00	R\$ 536,00
35	Demais tipos de famílias	R\$ 1.112,00	R\$ 182,00	R\$ 30,00	R\$ 1.324,00	4	R\$ 278,00	R\$ 45,50	R\$ 7,50	R\$ 331,00
40	Demais tipos de famílias	R\$ 1.752,00	R\$ 395,00	R\$ 98,00	R\$ 2.245,00	2	R\$ 876,00	R\$ 197,50	R\$ 49,00	R\$ 1.122,50
44	Demais tipos de famílias	R\$ 754,00	R\$ 173,00	R\$ 30,00	R\$ 957,00	2	R\$ 377,00	R\$ 86,50	R\$ 15,00	R\$ 478,50
47	Demais tipos de famílias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 30,00	R\$ 30,00	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15,00	R\$ 15,00
48	Demais tipos de famílias	R\$ 112,00	R\$ 25,00	R\$ 150,00	R\$ 287,00	1	R\$ 112,00	R\$ 25,00	R\$ 150,00	R\$ 287,00
50	Demais tipos de famílias	R\$ 165,00	R\$ 43,00	R\$ 30,00	R\$ 238,00	2	R\$ 82,50	R\$ 21,50	R\$ 15,00	R\$ 119,00
59	Demais tipos de famílias	R\$ 126,00	R\$ 36,20	R\$ 390,00	R\$ 552,20	2	R\$ 63,00	R\$ 18,10	R\$ 195,00	R\$ 276,10
64	Demais tipos de famílias	R\$ 120,00	R\$ 280,50	R\$ 142,00	R\$ 542,50	5	R\$ 24,00	R\$ 56,10	R\$ 28,40	R\$ 108,50
71	Demais tipos de famílias	R\$ 311,40	R\$ 152,00	R\$ 50,00	R\$ 513,40	2	R\$ 155,70	R\$ 76,00	R\$ 25,00	R\$ 256,70
4	Em expansão do tipo A	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 336,00	R\$ 336,00	4	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 84,00	R\$ 84,00
5	Em expansão do tipo A	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 130,00	R\$ 130,00	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 43,33	R\$ 43,33
6	Em expansão do tipo A	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8	Em expansão do tipo A	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 406,00	R\$ 406,00	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 135,33	R\$ 135,33
10	Em expansão do tipo A	R\$ 198,00	R\$ 66,00	R\$ 124,00	R\$ 388,00	4	R\$ 49,50	R\$ 16,50	R\$ 31,00	R\$ 97,00
19	Em expansão do tipo A	R\$ 40,00	R\$ 25,00	R\$ 124,00	R\$ 189,00	4	R\$ 10,00	R\$ 6,25	R\$ 31,00	R\$ 47,25
37	Em expansão do tipo A	R\$ 515,98	R\$ 16,00	R\$ 76,00	R\$ 607,98	3	R\$ 171,99	R\$ 5,33	R\$ 25,33	R\$ 202,66
42	Em expansão do tipo A	R\$ 160,00	R\$ 0,00	R\$ 30,00	R\$ 190,00	4	R\$ 40,00	R\$ 0,00	R\$ 7,50	R\$ 47,50
46	Em expansão do tipo A	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 142,00	R\$ 142,00	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 47,33	R\$ 47,33
49	Em expansão do tipo A	R\$ 40,00	R\$ 0,00	R\$ 50,00	R\$ 90,00	3	R\$ 13,33	R\$ 0,00	R\$ 16,67	R\$ 30,00
55	Em expansão do tipo A	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 124,00	R\$ 124,00	4	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 31,00	R\$ 31,00
56	Em expansão do tipo A	R\$ 240,00	R\$ 195,00	R\$ 186,00	R\$ 621,00	3	R\$ 80,00	R\$ 65,00	R\$ 62,00	R\$ 207,00
58	Em expansão do tipo A	R\$ 100,00	R\$ 0,00	R\$ 106,00	R\$ 206,00	4	R\$ 25,00	R\$ 0,00	R\$ 26,50	R\$ 51,50
65	Em expansão do tipo A	R\$ 40,00	R\$ 180,00	R\$ 30,00	R\$ 250,00	3	R\$ 13,33	R\$ 60,00	R\$ 10,00	R\$ 83,33
68	Em expansão do tipo A	R\$ 400,00	R\$ 50,00	R\$ 112,00	R\$ 562,00	5	R\$ 80,00	R\$ 10,00	R\$ 22,40	R\$ 112,40
70	Em expansão do tipo A	R\$ 270,00	R\$ 150,00	R\$ 125,00	R\$ 545,00	4	R\$ 67,50	R\$ 37,50	R\$ 31,25	R\$ 136,25
72	Em expansão do tipo A	R\$ 80,00	R\$ 65,00	R\$ 106,00	R\$ 251,00	3	R\$ 26,67	R\$ 21,67	R\$ 35,33	R\$ 83,67
73	Em expansão do tipo A	R\$ 1.560,00	R\$ 360,00	R\$ 30,00	R\$ 1.950,00	3	R\$ 520,00	R\$ 120,00	R\$ 10,00	R\$ 650,00
80	Em expansão do tipo A	R\$ 213,65	R\$ 60,00	R\$ 224,00	R\$ 497,65	6	R\$ 35,61	R\$ 10,00	R\$ 37,33	R\$ 82,94
1	Fusão	R\$ 61,35	R\$ 60,00	R\$ 826,00	R\$ 947,35	6	R\$ 10,23	R\$ 10,00	R\$ 137,67	R\$ 157,89
2	Fusão	R\$ 560,00	R\$ 186,00	R\$ 468,00	R\$ 1.214,00	6	R\$ 93,33	R\$ 31,00	R\$ 78,00	R\$ 202,33
7	Fusão	R\$ 1.016,00	R\$ 1.304,00	R\$ 894,00	R\$ 3.214,00	6	R\$ 169,33	R\$ 217,33	R\$ 149,00	R\$ 535,67
15	Fusão	R\$ 82,50	R\$ 100,00	R\$ 522,00	R\$ 704,50	7	R\$ 11,79	R\$ 14,29	R\$ 74,57	R\$ 100,64

20	Fusão	R\$ 99,00	R\$ 0,00	R\$ 30,00	R\$ 129,00	10	R\$ 9,90	R\$ 0,00	R\$ 3,00	R\$ 12,90
27	Fusão	R\$ 0,00	R\$ 252,00	R\$ 2.410,00	R\$ 2.662,00	5	R\$ 0,00	R\$ 50,40	R\$ 482,00	R\$ 532,40
29	Fusão	R\$ 263,00	R\$ 60,00	R\$ 106,00	R\$ 429,00	7	R\$ 37,57	R\$ 8,57	R\$ 15,14	R\$ 61,29
36	Fusão	R\$ 397,50	R\$ 151,00	R\$ 130,00	R\$ 678,50	4	R\$ 99,38	R\$ 37,75	R\$ 32,50	R\$ 169,63
52	Fusão	R\$ 80,00	R\$ 100,00	R\$ 460,00	R\$ 640,00	4	R\$ 20,00	R\$ 25,00	R\$ 115,00	R\$ 160,00
54	Fusão	R\$ 407,96	R\$ 160,00	R\$ 121,00	R\$ 688,96	5	R\$ 81,59	R\$ 32,00	R\$ 24,20	R\$ 137,79
61	Fusão	R\$ 406,00	R\$ 85,00	R\$ 508,00	R\$ 999,00	6	R\$ 67,67	R\$ 14,17	R\$ 84,67	R\$ 166,50
66	Fusão	R\$ 1.241,00	R\$ 499,00	R\$ 142,00	R\$ 1.882,00	10	R\$ 124,10	R\$ 49,90	R\$ 14,20	R\$ 188,20
69	Fusão	R\$ 1.120,00	R\$ 340,00	R\$ 30,00	R\$ 1.490,00	7	R\$ 160,00	R\$ 48,57	R\$ 4,29	R\$ 212,86
74	Fusão	R\$ 235,00	R\$ 100,00	R\$ 106,00	R\$ 441,00	4	R\$ 58,75	R\$ 25,00	R\$ 26,50	R\$ 110,25
76	Fusão	R\$ 136,00	R\$ 38,00	R\$ 142,00	R\$ 316,00	6	R\$ 22,67	R\$ 6,33	R\$ 23,67	R\$ 52,67
3	Mães solteiras	R\$ 51,00	R\$ 0,00	R\$ 30,00	R\$ 81,00	2	R\$ 25,50	R\$ 0,00	R\$ 15,00	R\$ 40,50
21	Mães solteiras	R\$ 30,00	R\$ 1.590,00	R\$ 410,00	R\$ 2.030,00	3	R\$ 10,00	R\$ 530,00	R\$ 136,67	R\$ 676,67
26	Mães solteiras	R\$ 112,00	R\$ 24,00	R\$ 106,00	R\$ 242,00	2	R\$ 56,00	R\$ 12,00	R\$ 53,00	R\$ 121,00
39	Mães solteiras	R\$ 260,00	R\$ 243,50	R\$ 124,00	R\$ 627,50	4	R\$ 65,00	R\$ 60,88	R\$ 31,00	R\$ 156,88
41	Mães solteiras	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 142,00	R\$ 142,00	5	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 28,40	R\$ 28,40
43	Mães solteiras	R\$ 200,00	R\$ 240,00	R\$ 142,00	R\$ 582,00	2	R\$ 100,00	R\$ 120,00	R\$ 71,00	R\$ 291,00
53	Mães solteiras	R\$ 0,00	R\$ 175,00	R\$ 94,00	R\$ 269,00	2	R\$ 0,00	R\$ 87,50	R\$ 47,00	R\$ 134,50
62	Mães solteiras	R\$ 276,00	R\$ 306,00	R\$ 106,00	R\$ 688,00	3	R\$ 92,00	R\$ 102,00	R\$ 35,33	R\$ 229,33
75	Mães solteiras	R\$ 78,00	R\$ 42,50	R\$ 30,00	R\$ 150,50	2	R\$ 39,00	R\$ 21,25	R\$ 15,00	R\$ 75,25
TOTAL		R\$ 26.471,82	R\$ 11.743,20	R\$ 19.517,00	R\$ 57.732,02	302	R\$ 7.683,79	R\$ 3.309,52	R\$ 6.215,72	R\$ 17.209,03